

Cleiton Ricardo Soares Gomes

O COMANDO DE OPERAÇÕES EM MANANCIAIS E ÁREAS DE FLORESTAS NAS INTERVENÇÕES DE INTERESSE ESTRATÉGICO NOS AMBIENTES NÃO-URBANOS: ANÁLISE DO EMPREGO

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Segurança Pública (CESP 2011) da Academia de Polícia Militar e Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Segurança Pública, sob orientação do Maj PM Ledwan Salgado Cotta

Belo Horizonte

2011

Cleiton Ricardo Soares Gomes

O COMANDO DE OPERAÇÕES EM MANANCIAIS E ÁREAS DE FLORESTAS NAS INTERVENÇÕES DE INTERESSE ESTRATÉGICO NOS AMBIENTES NÃO-URBANOS: ANÁLISE DO EMPREGO

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Segurança Pública (CESP 2011) da Academia de Polícia Militar e Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Segurança Pública.

BANCA EXAMINADORA

LEDWAN SALGADO COTTA

Belo Horizonte, 26 de Setembro de 2011.

Dedico aos policiais militares vocacionados que labutam no sacerdócio castrense, transformando a farda numa segunda pele, não sendo possível dela dissociar-se.

Agradeço,

Ao nosso Deus, por sua misericórdia e bondade na minha vida.

Aos meus pais e irmã, pelo amor e carinhos incondicionais.

À minha esposa, meu anjo pessoal, enviado por Deus, que foi muito além da compreensão... “viveu” cada momento Dessa etapa de minha vida ao meu lado, ajudando a vencer cada obstáculo.

À minha segunda família: meu sogro, sogra e irmãos de afinidade, pelas preces ao bom Deus ao meu favor.

A toda grande família Soares, que sempre dá um significado especial das palavras ‘amor e união’, pelas orações a Deus e torcida por mim.

Ao senhor major PM Ledwan Salgado Cotta, pela disposição em orientar além da confecção deste trabalho, ao transmitir em palavras e gestos a dedicação à instituição policial militar mineira.

Aos companheiros “cespianos 2011” pela oportunidade de convivência e aprendizado profissional.

RESUMO

Este trabalho de pesquisa científica tem como objetivo analisar o emprego do grupo de operações policiais especiais em Minas Gerais, nas intervenções de interesse estratégico operacional nas áreas rurais. Foi analisada a equipe especializada do Grupamento de Ações Táticas Especiais, através do Comando de Operações em Mananciais e Áreas de Florestas. Trata-se de uma inserção em tema ainda pouco estudado, trazendo muitas controvérsias acerca do papel do operador especial nas atuações não-urbanas. Estas atividades são tratadas de forma secundárias, sendo as equipes empregadas somente como forças de intervenção de nível de execução nas ocorrências rurais, de cunhos eminentemente reativos. Isto produz pouca efetividade, quando confrontado com procedimentos estratégicos indiretos que permeiam as atividades ilícitas e lícitas das áreas não-urbanas afetas a segurança pública, que pelas suas complexidade e amplitude, interferem nas políticas de governos e visibilidade institucional. Ao aplicar os critérios científicos para o estudo do tipo descritivo, com natureza quantitativo-qualitativo, pesquisa de campo com questionamentos e técnica de pesquisa documental e bibliográfica; houve a percepção de uma forma emprego, assim como as doutrinas formadoras e o conhecimento da capacidade de emprego Dessas tropas como forças de interesses estratégicos. Com base Nessas análises e verificações, concluiu-se que os objetivos propostos foram alcançados, ao reunir informações de que este instrumento de emprego policial militar do nível estratégico-operacional necessita de estrutura formada para atividades mais abrangentes, que permitam a Instituição utilizar sua força de reação de forma mais produtiva e atendente a um resultado aceitável socialmente. Assim permitiu apresentar soluções para os fatos elencados, assim como sugestões a fim de proporcionar os comandos, estratégico e intermediários, de uma força policial especial que trabalhe, com abrangência do foco, também na antecipação e legitimação da força em situações de relevante interesse institucional.

Palavras chave: Operações Especiais, Ciência Militar, Intervenção Rural

ABSTRACT

This scientific research involved the employment of the special police operations group in Minas Gerais in interventions of strategic operational interest in rural areas. Analysed was the specialized team of the “Grupamento de Ações Táticas Especiais” (Group of Special Tactical Actions) in the “Comando de Operações em Mananciais e Áreas de Florestas (Operations Command Woodland an Forest Areas). It treats a theme still little studied, bringing many controversies about the paper of the special operator in non-urban missions. These activities are treated in a secondary plan, being the teams only employed as intervention forces at execution level at rural occurrences of eminently reactive character. This produces little effectiveness when confronted with indirect strategic procedures that infiltrate the illicit and licit activities of non-urban areas impacting on public security that by its complexity and weight affects policies of government and institutional visibility. By applying scientific criteria to the study of descriptive type, quantitative-qualitative nature, research with questions, and technical documents bibliografics; of there was the perception of a form of employment, as well as formed doctrines and the knowledge of employment capacity of these troops as forces of strategic interest. Based on analysis and verifications, it was concluded that the proposed objectives were reached, by joining information that this military police employment instrument of operational strategic levels needs a structure formed for larger activities that permit the Institution to use its reaction force more productively and giving a socially acceptable result. This way it allowed showing solutions for listed facts as well as suggestions in order to give commands, strategic and intermediate, to a special police force that works with a large focus, also in anticipation and legitimacy of force in situations of relevant institutional interests.

Keys word: Special Operations, Military Science, Rural Intervention

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	
2 ESTRATÉGIA OPERACIONAL.....	
2.1 A gênese da Tática.....	
2.2 Concepções de Estratégia.....	
2.3 Arte (estratégia) operacional.....	
2.4 A arte operacional e a crise.....	
3 ASSIMETRIA.....	
3.1 Conceitos de Assimetria.....	
3.2 Estratégia assimétrica.....	
3.3 Características da Assimetria.....	
4 TEORIAS DAS OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS.....	
4.1 A precursão de Lawrence.....	
4.2 Formas das Operações Policiais Especiais.....	
4.3 As teorias das Operações Policiais Especiais.....	
5 AS OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS RURAIS NAS MINAS GERAIS.....	
5.1 Contextualização histórica.....	
5.2 Interferência do bioma mineiro.....	
5.3 Demandas das intervenções rurais.....	
5.4 Normalizações Institucionais.....	
6 METODOLOGIA.....	
7 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA.....	
7.1 Nível estratégico operacional.....	
7.2 Integrantes do Comando de Operações em Mananciais e Áreas de Florestas.....	
8 CONCLUSÃO.....	
REFERÊNCIAS.....	

APÊNDICE A.....

APÊNDICE B.....

1 INTRODUÇÃO

O tema dessa pesquisa refere-se ao emprego das tropas de operações policiais especiais, por meio de uma de suas equipes, o Comando de Operações em Mananciais e Áreas de Florestas (COMAF), nas intervenções de interesse estratégico, nas áreas não-urbanas, agindo como instrumentos estratégico-operacionais.

Desde o advento da Força Pública Estadual com maior interferência na segurança pública, está dentro de suas atribuições o policiamento ostensivo rural nos diversos biomas que compõem o Estado de Minas Gerais, para fazer prevenção da criminalidade nestes ambientes.

Atualmente ocorre uma crescente atividade organizada nos ambientes não urbanos, lícitas ou ilícitas, em virtude, dentre outros motivos, das ações proativas realizadas pela polícia nos grandes centros urbanos. As agências policiais são chamadas de forma reativa a intervirem nos ambientes não urbanos para restabelecerem a ordem pública.

À medida que se distancia dos grandes centros, a presença do Estado, com seu aparato, fica mais deficitário. Devido às grandes extensões de terra, poucos habitantes, dificuldades de fiscalização e amparo do Estado, as comunidades rurais ficaram carentes, principalmente no que tange a segurança pública.

Com isso, estão se tornando cada vez mais comuns, grupos de criminosos que atacam pequenas cidades e fogem para a área não urbana; tráfico de drogas e crime organizado se utilizam de vias vicinais para o implemento de seus desígnios.

Nesse mesmo sentido, a fertilidade da terra e a posição política e estratégica do Estado atraem inúmeros movimentos sociais reivindicatórios por melhores condições sociais, impactando a defesa social. Todos esses grupos têm capacidade empresarial e utilizam táticas de confrontação não convencionais de origem militar.

A Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) atua diante dos constantes avanços na criminalidade com diversas formas de estratégias de policiamentos, como os grupamentos de operações policiais especiais que na esfera da segurança pública realizam tarefas, que por suas características táticas, estratégicas ou por sensibilidade política necessitam de uma resposta adequada.

Deste cenário é que se justifica o estudo, que se atém à intervenção das equipes de operações policiais especiais rurais, como instrumento de resposta estratégica e não somente de recobrimento ou reforço em nível de execução operacional.

Pretendeu-se no estudo analisar o emprego da equipe Comando de Operações em Matas e Áreas de Florestas (COMAF) nas intervenções policiais não-urbanas especificamente na sua missão de interesse estratégico¹.

Delimitou-se o estudo na equipe do COMAF, que está baseada em Belo Horizonte, integrando o Grupamento de Ações Táticas Especiais (GATE), especializado na resposta de nível estratégico, em todo o espaço geográfico rural do Estado de Minas Gerais, compreendendo o período de 2010 até o período em que foi feita a pesquisa de campo, através de questionário, em Julho de 2011.

Deste fator espacial, embora não sendo foco primário deste estudo, levou-se, a estudo de campo, por meio da efetivação de um questionário pré-teste com uma das equipes de respostas táticas das operações policiais especiais em primeira instância nos eventos complexos, por ser, em tese, um prolongamento das atividades do GATE avançadas no terreno mineiro. Este recurso de diagnóstico serviu para balizar o grau de aprimoramento da equipe do COMAF, como força de suplementação desses grupos regionais.

A escolha recaiu sobre o Grupo de Gerenciamento de Crises (GGC) da 2ª Companhia de Missões Especiais (2ª Cia MEsp), sediada em Uberlândia, no Triângulo Mineiro, por ter sido a primeira unidade descentralizada de missões especiais, criada no ano de 2000 e ser um dos locais no Estado mineiro com maior índice de ocorrências de interesse estratégico. Reforça-se o fato de ser a precursora de estudos para intervenções rurais contemporâneas, seja nas demandas de operações policiais especiais ou no patrulhamento preventivo, embora não oficializada.

Estabeleceu-se como objetivo geral do trabalho científico, diagnosticar a intervenção do COMAF nas demandas rurais, de interesse Estratégico.

Alinhados a este objetivo geral, propôs-se especificamente:

- a) avaliar a capacitação funcional do COMAF nas intervenções não-urbanas;
- b) analisar a doutrina de emprego do COMAF para as intervenções não-urbanas;
- c) conhecer o potencial estratégico-operacional do COMAF nas intervenções não-urbanas.

Esses objetivos específicos procuraram atender ao pensamento estratégico da instituição sobre: legitimidade, adaptação das realidades regionais, especialização, trabalho

¹ No sentido do estudo, revela-se como interesse estratégico, as intervenções que podem gerar impactos na esfera política, na visibilidade institucional, ou de grave repercussão *interna ou externa corporis*, que necessitam de emprego pontual, racional e inteligente.

integrado e proatividade. Essas palavras-chave foram os pressupostos para os indicadores formulados.

Dos motivos que incentivaram a pesquisa, podem se ressaltar a ausência de estudos sobre o emprego estratégico, a escassez de doutrinas sobre as Operações Policiais Especiais, voltadas para as demandas contemporâneas da defesa social. Desse modo, esta monografia apresentou a necessidade de construção de bases doutrinárias alinhadas à realidade estratégica da Corporação, que obriga intervenções cada vez mais pontuais, com base na racionalidade, economia, inteligência e tendo como pressuposto básico, a legitimação para o uso da força.

Em contrapartida a essas necessidades, há urgência da utilização de procedimentos menos ortodoxos e mais flexíveis, para o enfrentamento das atividades ilícitas cada vez mais organizadas, que utilizam métodos assimétricos.

A pergunta norteadora do estudo foi elaborada no sentido de se investigar se o COMAF está apto para ser empregado como um instrumento de intervenção estratégica nas áreas rurais.

Formulou-se então como hipótese básica, que a doutrina que rege o emprego do COMAF está restringindo o potencial na utilização deste como instrumento estratégico não-urbanos.

Na metodologia, trata-se de uma pesquisa descritiva, de natureza quantitativa e qualitativa, na qual foram realizadas pesquisas de campo com aplicação de questionários e entrevistas. Como técnica de pesquisa, utilizou-se da pesquisa documental e bibliográfica. Nessa última, foram utilizadas abordagens recentes das teorias de estratégia, crises, conflitos assimétricos e operações especiais e policiamento moderno, com autores como Luecke (2009), Monteiro (1991), Lessa (2002), Visacro (2009) e Dénécé (2009), Bayley (2001) Trojanowicz e Bucqueroux (1994).

Para compreensão do tema, o trabalho foi dividido em oito seções, partindo dessa apresentação introdutória, que se dá na seção **1**, indicando o conteúdo do estudo.

As três seções seguintes traçam as definições e inserções das bases teóricas na aplicação policial, começando, na seção **2**, pelo conceito de estratégia e seu vínculo com a arte operacional; a interação quanto a processos de atuação frente a crises e conflitos. Os conceitos de Estratégia-operacional e Crise estão ligados aos movimentos da Assimetria, que é estratagema mais utilizado para eclosão de crises.

A seção **3** delinea a Assimetria, como uma das principais estratégias-operacionais utilizadas por atores não-estatais, para o alcance de seus objetivos, criando

uma ligação para as teorias de operações policiais especiais que focam, contemporaneamente, adaptações para inserção neste tipo de estratégia operacional.

As teorias de Operações Policiais Especiais são estudadas na seção **4**, mostrando a capacidade do instrumento de intervenção estratégica de utilizar métodos assimétricos na defesa social.

Na seção **5** é estabelecida a caracterização das intervenções rurais em Minas Gerais, apresentando a tradição histórica das atividades não-urbanas e seus desafios na atualidade.

A seção **6** mostra a metodologia que foi aplicada na pesquisa de campo, sendo o ponto norteador para a análise e verificação dos resultados da pesquisa de campo que se deu na seção **7**.

Por fim, as conclusões do estudo realizado, apresentadas na seção **8**, com sugestões contributivas para melhoria do emprego da equipe de operações policiais especiais nas intervenções não-urbanas na PMMG.

2 ESTRATÉGIA OPERACIONAL

As constantes mudanças estruturais da sociedade, aceleradas na contemporaneidade pelos saltos tecnológicos que permitem a globalização de informações e conceitos, de forma instantânea, exigem a cada momento a reestruturação de definições de conceitos como, específico para este estudo, o de Estratégia.

Nesse contexto de retroalimentação, inserem-se os meios ou instrumentos que podem ser utilizados para o implemento de estratégias.

No tema em pesquisa, as intervenções rurais, utilizando as ações e operações policiais especiais, demandam um conhecimento voltado para as matrizes das teorias de Estratégia, por influenciarem práticas especializadas mais voltadas para a garantia dos Estados constituídos, com grande influência dos tipos de polícia de ordem e criminal.

Diante dessas influências, emergem necessidades de estrutura mais coordenada e controlada no aspecto tático e estratégico; pois as ações desencadeadas terão reflexos políticos e de visibilidade institucional.

Nessa consecução de estratégias em situações específicas, que necessitem da intervenção da força policial especial, é imperativo ter o entendimento que os resultados advindos sempre terão conseqüências políticas e institucionais, motivo pelo qual as ações de força devem primar pelos processos que darão legitimação a esta forma de se chegar a um objetivo.

Sobre a Estratégia e seus instrumentos operacionais, há necessidade do entendimento do conceito e evolução, que passa pela definição da ação tática.

2.1 A gênese da Tática

Na análise da evolução do conceito de estratégia, verifica-se que a palavra não fazia parte dos termos militares, mas foi se formando no decorrer da história da humanidade.

No começo, devido às sociedades serem mais simples e primitivas, assim como os acervos tecnológicos, os conflitos se davam em uma concepção mais horizontalizada nos embates, prevalecendo as técnicas individuais e as táticas.

As táticas, que podem ser etimologicamente conceituadas, segundo Houaiss e Villar (2001, p. 2057-2667), do grego *taktikē (tekhnē)*, “a arte de empregar as tropas no campo de batalha com ordem, rapidez e recíproca proteção, segundo as condições de suas armas e do terreno.” Dessa definição, percebe-se que as táticas têm como essência o emprego de artifícios para a ação localizada, ou seja, no momento de um confronto.

Nas sociedades mais simples, constam-se historicamente, que a política não era totalmente divorciada da arte militar, sendo, o governante, também o mesmo comandante das ações nos campos de batalhas.

À medida que a sociedade foi evoluindo, se tornando mais complexa, as táticas, consideradas **mecânicas**, começaram a não responder as demandas que iam além das ações militares elementares no uso da força. A necessidade de criação de estrutura de pensamento que coordenasse os meios diversos para alcance dos objetivos políticos, levou ao surgimento do termo Estratégia, sendo a ele dadas várias denominações, mas que mantinham o mesmo princípio.

2.2 Concepções de Estratégia

A origem grega “*stratēgós*, composta por *stratós* – exército – e *ágein* condutor, ou seja, aquele que conduz o exército”, é ratificado por Houaiss e Villar (2009, p. 1262) que também acrescentam:

Mil. arte de coordenar a ação de forças militares, políticas, econômicas e morais implicadas na condução de um conflito ou na preparação da defesa de uma nação ou comunidade de nações. P. ext. ou arte de aplicar com eficácia os recursos de que se dispõe ou de explorar as condições favoráveis de que porventura se desfruta, visando ao alcance de determinados objetivos.

Disto provém a usualidade da frase “a arte do general”. Em concordância com esta definição, Luecke (2009, p. 10) afirma que:

É um termo militar usado na descrição da arte do general. Refere-se ao plano do general para dispor e manobrar suas forças com o objetivo de derrotar um exército inimigo. Carl Von Clausewitz descreveu a estratégia como “preocupação com o traçado de um plano de guerra e a formação de campanhas individuais e, dentro dessas, decisão sobre os envoltivos individuais.

Os executivos sempre gostaram de analogias militares, de modo que não é surpreendente que tenham adotado o conceito de estratégia. Eles também começaram a pensar na estratégia como um plano para controlar e utilizar seus recursos (humanos, físicos e financeiros), com o objetivo de promover e garantir seus interesses vitais.

Nessa concepção citada, verifica-se que os estudos e aperfeiçoamentos da arte militar foram assenhorados pela administração gerencial, que perceberam que a amplitude dos conceitos e princípios militares poderiam ser utilizados na atividade empresarial

Na lida do conceito de Estratégia, há uma íntima ligação com as expressões da Política e do Poder.

Política é compreendida como sendo a finalidade que determinado Estado, como expressão do povo que dirige, deseja alcançar, estabelecendo objetivos para sua consecução.

Para tanto, usa meios e capacidades de que dispõe para realizar estes intentos. Dessa assertiva é que está inserida a expressão do Poder; que foi sintetizado por Lessa (2002, p. 90-91), que descreve:

Política, poder, e estratégia são sempre conjugadas nas ações humanas. Para fins deste livro, chamaremos de política a arte de estabelecer objetivos. Já o poder será definido a conjugação dos meios de que se dispõe para se atingir aqueles objetivos; consiste em uma influência tão vigorosa, que obriga aquele que a sofre a fazer aquilo que deseja quem a aplicou. Uma demonstração de poder visa a convencer eventuais adversários de que seria inútil tentar impedir seu autor de alcançar seus objetivos. Estratégia será definida como a arte de empregar o poder para realizar os objetivos da política. [...] Segundo conceitos modernos a estratégia é a arte de empregar o poder utilizando quaisquer meios – entre os quais a força militar – para produzir determinada reação psicológica no adversário.

Dessa forma explicada, a estratégia é o modo como se vão utilizar os meios, indiretos persuasivos e dissuasivos, antes da ação coativa, para alcançar os objetivos. No contexto militar e do uso da força, há algum tempo já se subjugou a estratégia militar aos objetivos governamentais e não a política à estratégia militar como era pensado na antiguidade.

Clausewitz (1996, p. 27) foi um dos primeiros autores a pensar neste alinhamento, quando assinala que “a guerra é simplesmente a continuação da política por outros meios.” Esse mesmo autor, com essa base induziu a outro nível da estratégia, que iria além da maquinação militar: A estratégia política. Como destaca Caminha (*apud* PINTO, 2011, p. 4-5):

A Estratégia deixou de definir meramente a arte do comando militar em alto escalão. Tornou-se, também, instrumento permanente do estadista, para o preparo e emprego dos recursos da nação na busca de objetivos suscetíveis de provocar antagonismos. Decorreram daí conceitos mais amplos para a estratégia.

Dessa tendência, novos arranjos, dão uma definição mais globalizada e abrangedora, de acordo com Beaufre (1998, p. 27): “a arte da dialética das vontades que

empregam a força para resolver seus conflitos [...] a fim de alcançar os objetivos estabelecidos pela política, utilizando a melhor forma os meios de que se dispõe.”

O reconhecimento de que o uso da força tem que estar atrelado aos objetivos e estratégias políticos, lança um desafio às instituições detentoras do uso da força para uma análise do cenário ambiental, no que tange aos objetivos governamentais, pois a força adquire conotações, político, financeiro e diplomático, que vão além do campo da ação militar.

Nesse sentido, há consonância com a doutrina da Polícia Militar mineira, que afirma, na Diretriz para Gestão Estratégica para os Resultados, que tem como um dos objetivos alinhar-se às vontades do Estado e propõe “alinhar aos princípios da Reforma Gerencial do Estado, que estabelece o planejamento, a melhoria da capacidade de intervenção social do Estado e a gestão na realização de políticas públicas.”(MINAS GERAIS, 2010a, p. 10)

A utilização da Estratégia Política, como base para a chamada **estratégia pura ou militar**, trouxe um distanciamento desse do nível tático, responsável pela operacionalização dos estratégias.

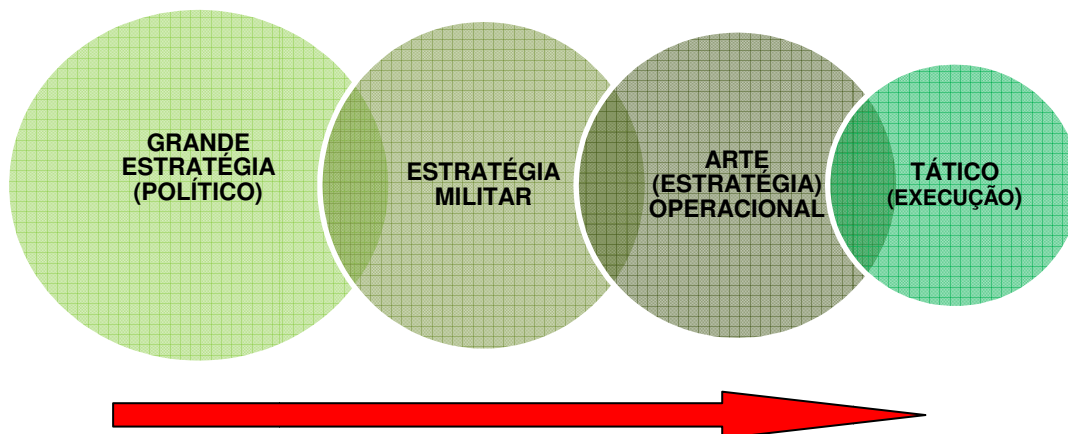
Para suprir essa lacuna, começam a surgir conceitos intermediários entre os níveis estratégicos organizacionais e os níveis de execução, recebendo diversas denominações, mas mantendo os mesmos objetivos: integração das práticas táticas aos objetivos estratégicos da instituição, que, por sua vez, segue como forma de alcance dos objetivos políticos.

Sendo um nível Estratégico-Operacional², tem a capacidade de elaborar trabalhos na coordenação e empregos combinados de diversos aprestos táticos em determinado ambiente físico e tomar decisões que podem transcender o nível tático, devido a sua capacidade de definição de medidas ambientadas a realidades geográficas de competência, para alcance dos objetivos institucionais.

Desse arranjo evolutivo, a linha de poder decisório do nível da grande estratégia para o nível de execução, assim como suas partes comuns pode ser representada na figura 1, explicativa da concepção de arte operacional:

² Definição utilizada por várias forças armadas internacionais e nacionais.

Figura 1- Linha de subordinação dos níveis de decisão e sua integralização



Fonte: Adaptação de: CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

2.3 Arte (estratégia) operacional

A junção das palavras-chave, estratégia e operacional, informa a capacidade de inserção e aglutinação nos dois níveis imediatos: o estratégico e a execução, o que induz à conclusão de que neste nível intermediário, as decisões tomadas muitas vezes têm resultados no nível superior a ele, assim como conseqüências, no nível de execução, em curto prazo.

O nível de arte-operacional tem importância, de acordo com Pinto (2011, p. 11), “no fato de que esta provê aos comandantes uma estrutura capaz de auxiliá-los no ordenamento de seus pensamentos, quando desenhando campanhas e operações de grande porte.”

Esse nível é definido na força terrestre brasileira, como “a arte de preparar, deslocar, desdobrar e empregar as forças do teatro de operações visando alcançar, nas melhores condições, os objetivos fixados pela estratégia militar.” (BRASIL, 2003, p. 7-3)

Em conformidade ao conceito da força terrestre brasileira, pode ser usada em analogia à estrutura decisória da PMMG, que na Diretriz Geral de Emprego Operacional (DGEOp), é definido como nível tático, que coordena e transforma os objetivos estratégicos da instituição, nos níveis de execução:

A PMMG estrutura-se em três níveis decisórios: direção geral, direção intermediária, e nível de execução. Quanto à natureza das atividades, estrutura-se em atividade meio e atividade fim.

[...]O nível de direção intermediária (UDI), ou tático, é composto, na área da atividade-fim, pelas Regiões da Polícia Militar (RPM) e pelo Comando de Policiamento Especializado (CPE);...

[...] Decisões de nível tático: esse nível tem como função básica traduzir as decisões estratégicas em ações efetivas a serem implementados pelos mais diversos setores da organização Neste caso, o nível de direção intermediária ou tático apresenta decisões relacionadas ao processo de como executar as ordens emanadas pelo nível estratégico. Seus reflexos são geralmente observados a médio prazo.

(MINAS GERAIS, 2010b, p. 56)

Na figura 2, apesar das denominações diferentes, pode-se deduzir uma analogia de competências dos níveis decisórios e de implementação da Estratégia no âmbito militar, conforme proposto pela força terrestre brasileira e o previsto na PMMG, respectivamente:

Figura 2: Comparação da estrutura piramidal da teoria da arte operacional e seu equivalente na PMMG



Fonte: Adaptação de BRASIL, Exército Brasileiro. **Manual de Campanha C 124- 1: estratégia**. 3 ed. Brasília, 2003 e MINAS GERAIS, Polícia Militar de. **Diretriz nº 3.01.01/10-CG**. Regula o emprego operacional da Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010b.

As estratégias no nível estratégico-operacional ou tático, como são denominadas na PMMG, têm como finalidade coordenar a manutenção da paz, no seu território de atuação, prevendo e solucionando situações de conflitos ou crises no âmbito da defesa social.

A Paz é definida etimologicamente por Houaiss e Villar (2009, p.1453) como “relação tranqüila entre cidadãos; ausência de problemas, de violência, o bom funcionamento da justiça.” Já no manual de estratégia da força terrestre brasileira, é conceituado como “a ausência de lutas, violências ou graves perturbações, no âmbito do

Estado. Os conflitos existentes não comprometem os interesses da nação.” (BRASIL, 2003, p. 2.4).

De acordo com Galtung, (*apud* MINAS GERAIS, 2010b, P. 17) a paz é:

[...] negativa-ausência de violência direta, e positiva-estrutural e cultural (que busca a justiça social). [...] na paz estrutural, seria substituída a repressão pela liberdade; exploração pela equidade; imposição pelo diálogo, segmentação pela integração; fragmentação pela solidariedade; marginalização pela participação. A paz positiva substituiria a legitimação da violência pela legitimação da paz.

Verifica-se a mesma essência nas duas conceituações, embora existam desafios, comuns nas sociedades modernas, como as crises, que não colocam em risco a estrutura democrática ou social de um Estado, num primeiro momento, mas que podem afetá-la, se a resposta for inadequada.

2.4 A estratégia operacional e a crise

Ao salientar a presença de desafios, os conflitos e crises surgem como parte da interação humana, do que se desprende especial atenção no tema em estudo, pois trata-se das equipes de operações especiais, que intervêm em áreas rurais quando é necessário o uso da força na eclosão desses eventos complexos. Nesse sentido, a DGEOp na sua articulação operacional, estrutura o recobrimento como força de enfrentamento reativo, indicando que:

[...] o Recobrimento, sustentado na especialização, nas respostas a fenômenos criminais ou violentos ou potencialmente violentos que exijam respostas estratégicas e altamente qualificadas, quer por sua dimensão, quer por sua repercussão, quer por sua complexidade.
(MINAS GERAIS, 2010b, p. 59)

Para se escolher a melhor estratégia operacional para fazer frente ao evento crítico, há necessidade de conhecer suas concepções e características. Ao detalhar sobre a palavra crise, Houaiss e Villar (2009, p.573) define etimologicamente como “episódio desgastante, complicado; situação de tensão, disputa, conflito.”

A palavra crise apresenta várias interpretações, como na ciência política, em que Salignac (*apud* SANTOS e LIMA SANTOS, 2008, p. 7) define:

A ciência política considera uma crise quando o Estado percebe uma brusca mudança na vida em sociedade, com teor manifestamente violento, repentino e rápido, traduzindo-se em um momento perigoso ou difícil de um processo do qual deve emergir uma solução. Há uma crise quando a tranquilidade social está em dissonância com a realidade percebida.

Essa definição política é acompanhada na segurança nacional brasileira, que trabalha para manutenção do estado democrático de direito no Brasil, a qual, através da Segurança Institucional da República Federativa do Brasil, define crise como:

Fenômeno complexo, de diversas origens possíveis, internas ou externas ao País, caracterizado por um estado de grandes tensões, com elevada probabilidade de agravamento – e risco de sérias conseqüências – não permitindo que se anteveja com clareza o curso de sua evolução.
(BRASIL *apud* SANTOS e LIMA SANTOS, 2008, p. 8)

A junção da definição política e de segurança da crise evidencia que o evento crítico é caracterizado por tensão, imprevisível, que afeta a tranqüilidade social.

Em termos policiais, a teoria que deu base às adaptações regionais, é a que partiu da polícia federal americana, a qual Monteiro (1991, p. 7) assim conceitua: “um evento crucial, que exige uma resposta especial da polícia, a fim de assegurar uma solução aceitável.”

Verifica-se que o entendimento de crise, se dá somente na esfera de segurança pública, não abrangendo os fatores culturais, sociais e políticos que interferem na defesa social.

Como salientado no conceito político, a crise necessita de uma solução, que muitas vezes emerge de forma difícil. Isso porque está vinculada a adjetivos que a identificam de forma singular:

Toda crise apresenta as seguintes características:
1. Imprevisibilidade;
2. compressão de tempo (urgência);
3. ameaça a vida;
4. Necessidade de:
a) postura policial não-rotineira;
b) planejamento analítico especial e capacidade de implementação;
c) considerações legais especiais.
(MONTEIRO, 1991, p. 8)

Conforme aferido na definição de crise e nas características dessa, os eventos de natureza crítica, mormente nos momentos iniciais, ressaltam a necessidade de conhecimentos e procedimentos especializados, diferentes dos rotineiros, assim como uma visão e planejamento analítico do evento.

Essa visão e planejamento têm que levar em consideração as diferenças sociais e culturais, coadunando com o pensamento doutrinário da PMMG, que ressalta o valor da preparação e da avaliação de realidades, como ressalta na Diretriz Geral de Emprego Operacional:

O Estado de Minas Gerais apresenta realidades bastante heterogêneas quanto ao desenvolvimento social, econômico e estrutural das regiões e municípios, configurando-se um desafio a prestação de serviços de polícia ostensiva de forma eficiente e que atenda às demandas e realidades locais. Como a missão da Corporação é preservar a ordem pública, e esta pode ser conceituada como "a situação de convivência pacífica e harmoniosa da população, fundada nos princípios éticos vigentes na sociedade", cabe aos gestores da PMMG procurar respeitar os costumes e o modo de vida de cada comunidade, adequando a eles suas atividades operacionais, sem ultrapassar, entretanto, os parâmetros legais e as diretrizes emanadas pelo Comando-Geral.

[...] Não se admite a ação de uma fração da Polícia Militar ou de um militar isolado que não obedeça a um planejamento oportuno e, via de regra, escrito. Nos casos simples ou de urgência, poderá ser verbal ou mental. (MINAS GERAIS, 2010b, p. 38)

O conhecimento das interferências de cada característica da crise pode auxiliar no enfrentamento e solução desta. Esse conhecimento passa obrigatoriamente pelo entendimento do Gerenciamento de Crises, conforme apresenta-se sobre o surgimento do termo e como foi reapropriado dos administradores:

O termo Gerenciamento de Crises, amplamente utilizado por teóricos da administração de empresas, foi reapropriado e passou a ser utilizado pelas polícias brasileiras, consagrando-se nos últimos anos como disciplina da malha curricular de vários cursos de formação. (COTTA, 2009, p. 54)

Nota-se que, no caminho contrário, a posse da palavra crise e o seu processo de gestão partiram das teorias de administração para o conhecimento policial.

Para Monteiro (1991, p. 8), o gerenciamento de crises "é o processo de identificar, obter e aplicar os recursos necessários à antecipação, prevenção e resolução de uma crise."

Como derivação deste conceito-base introduzido na comunidade policial, verificam-se conceitos mais abrangentes, que moldam a definição básica às realidades regionais:

O processo de gestão política, estratégica, tática e administrativa por equipes de profissionais, voltados para a utilização de conhecimentos técnico-científicos no fenômeno de crise, visando identificar, obter e aplicar os recursos necessários à prevenção, resolução e estudo de ocorrências de alto risco. (BAHIA *apud* SANTOS e LIMA SANTOS, 2008, p.9)

Percebe-se, nessa definição, a manutenção da essência da propaganda pela anterior, mas também extrapola o foco nas resoluções, para além da realidade policial na intervenção tática, alcançando o contexto estratégico mais amplo, atingindo outras esferas sociais.

Dessa capacidade de aplicação mais abrangente do gerenciamento de evento crítico está o fundamento para as exigências dos estudos e treinamentos e atuações diferenciadas, que tenham como fundamento os objetivos institucionais.

Quando se tem ameaçada a vida, como maior bem do ser humano, que aglutinado a situações caóticas e com adjetivos de alta ansiedade e nervosismos, não basta apenas bom senso. A presença da técnica e o treinamento afetivo, voltados para a resistência emocional frente às afrontas psicológicas e desatinadas dos atores causadores dos eventos, são cruciais. O tempo atua como redutor das capacidades e resoluções técnicas dos envolvidos se não há manutenção do treinamento e evolução nas formas de enfrentamento do *stress*.

Monteiro (1991, p. 9), bem resume as razões para o contínuo desenvolvimento cognitivo (treinamentos e estudos) e afetivo (preparação psicológica) assim como sua manutenção:

A resposta fundamenta-se nas seguintes razões:

- 1) As características da crise causam **stress**;
- 2) O **stress** reduz a capacidade de desempenho em tarefas de solução de problemas;
- 3) O Gerenciamento de Crises é uma complexa tarefa de solução de problemas; e
- 4) Os resultados da incompetência profissional podem ser imediatos.

A capacidade de lidar com o stress é fundamental numa resolução de conflitos ou crise. No caso rural, sofre interveniência de vários fatores, como explicado na seção relativa às atividades de intervenções especiais em áreas rurais, cuja falta de preparo para atuação ou com preparação ambientada no meio urbano pode causar soluções precipitadas.

Neste contexto de enfrentamento, normalmente os grupos de operações policiais especiais, aplicam os conhecimentos com base em ações diretas, conforme será visto na seção referente às teorias das operações especiais.

Isso induz à percepção de serem colocados como última opção de emprego de força das polícias brasileiras, pelo fato de serem utilizadas ações que colocam em risco a vida humana, logo, contra o ordenamento maior que rege a o ser humano: a preservação da vida.

Essas intervenções de cunho estratégico podem ser diretas ou indiretas, conforme o manual de estratégia da força terrestre brasileira distingue:

O Estado pode adotar, basicamente, dois métodos estratégicos para solucionar conflitos em que se veja envolvido:

(1) Método da estratégia direta - Caracteriza-se pelo emprego ou pela simples ameaça de emprego do poder nacional com predominância da expressão militar, de forma a coagir o adversário e, assim, alcançar uma solução para o conflito que atenda aos interesses do Estado coator.

(2) Método da estratégia indireta - Caracteriza-se pelo emprego predominante de qualquer uma das expressões do poder nacional que não a militar, para persuadir ou coagir o adversário a aceitar determinada solução para o conflito. A persuasão emprega os meios diplomáticos, jurídicos e políticos. A coerção emprega os meios políticos, econômicos ou psicossociais, podendo a expressão militar, neste caso, atuar como coadjuvante da ou das expressões predominantes.

Em qualquer caso, por mais decisivo que seja o papel de uma expressão na solução desejada do conflito, não se pode esquecer que as demais expressões contribuem de forma complementar para a solução, uma vez que o poder nacional é indivisível.

(BRASIL, 2003, p. 2-5)

Percebe-se, que mesmo na presença de instituição detentora do uso da força, esta também procura utilizar de métodos que diminuam as possibilidades de lesões humanas, através de métodos estratégicos diretos e indiretos, seja para resolução da crise ou para minimizar os danos, entrando em alinhamento com a diretriz institucional da milícia mineira, que apregoa como missão: “cabe à PMMG promover e assegurar a dignidade da pessoa humana, as liberdades e os direitos fundamentais, contribuindo para a paz social e para tornar Minas o melhor Estado para se viver.” (MINAS GERAIS, 2010, p. 17)

Neste sentido, a doutrina de Gerenciamento de Crises, vem auxiliar a capacidade das organizações de operações especiais a atuarem de forma antecipativa, através das ações indiretas, conforme será tratado na seção relativa às teorias de operações especiais. Nisso convém ressaltar, a definição de Monteiro (1991, p.23):

A **antecipação** consiste na identificação de situações específicas que apresentem potencial de crise e a subsequente adoção de contramedidas que visem a neutralizar, conter ou abortar tais processos.

Já a **prevenção** é um trabalho mais genérico, realizado com o objetivo de evitar ou dificultar a ocorrência de um evento crítico ainda não identificado, mas que se apresenta de uma forma puramente potencial.

Observa-se que muitas atividades policiais especiais, podem ser realizadas de forma antecipativa, em eventos de preocupação tática ou estratégica, que detectados previamente, permitem solução com menor impacto social, antes de conseqüências mais danosas, nas eclosões de eventos críticos variados.

Este pensamento é compartilhado por Pinheiro (2009, p. 17) ao afirmar que os indícios de crises devem ser acompanhados antes de sua eclosão, para diminuir sua abrangência crítica: “as Forças de Operações Especiais não podem ser improvisadas após a eclosão de uma crise.”

Dessa forma, atividades antecipativas e preventivas, vão ao encontro às necessidades institucionais da PMMG, que prega no sistema para gestão para resultados:

O estabelecimento de um Sistema Integrado de Gestão para Resultados da PMMG tem as **seguintes finalidades**:

[...]

d) desenvolver habilidades gerenciais dos servidores da PMMG para atuarem como administradores segundo as regulamentações; como **líderes** com capacidade de aumentar a produtividade e qualidade do que é realizado; como **empreendedores** com capacidade de encontrar novas respostas e modernizar o fluxo de decisões; por fim como **solucionadores** de problemas com capacidade de congregiar esforços conjuntos e atuar na busca de objetivos institucionais;

[...]

g) atuar na prevenção dos problemas de segurança, mais do que no registro à ocorrências policiais, como fator de construção da segurança objetiva e subjetiva;...

(MINAS GERAIS, 2010a, p. 15)

Coadunando com estas finalidades evidenciadas, a diretriz de qualidade das operações policiais da PMMG, definiu sobre a eficácia e eficiência, para se alcançar a efetividade:

A eficiência diz respeito a como fazer e está relacionada às ações a serem realizadas. Está relacionada ao uso racional dos recursos para se atingir os resultados.

A eficácia mede a relação entre os resultados obtidos e os objetivos pretendidos. É a realização daquilo que foi proposto, estabelecido como meta.

Efetividade, segundo os dicionários refere-se à qualidade do que atinge os seus objetivos estratégicos, institucionais, de formação de imagem, dentre outros. Sendo assim, efetividade é realizar a coisa certa para transformar a situação existente. É a capacidade de produzir um efeito. No caso da Polícia Militar, é a percepção da sociedade sobre a atividade policial e está relacionada ao atendimento feito pelo policial às pessoas, ou seja, a atenção dada ao cidadão, nas diversas intervenções preventivas e repressivas desencadeadas.

(MINAS GERAIS, 2009a, p. 12)

Sob a ótica das duas diretrizes apontadas, assevera-se que as intervenções estratégicas ou táticas, de caráter antecipativo, utilizando grupos de operações especiais como instrumentos, tendem aumentar a produtividade policial, aumentando a capacidade de novos tipos de respostas e soluções para prevenções futuras, dando-lhes mais efetividade, principalmente pelos estratagemas utilizados na atualidade por associações organizadas com fins irregulares, que se valem dos métodos assimétricos, que serão apresentados na seção 3.

3 ASSIMETRIA

Atualmente as táticas e estratégias, ditas militares são utilizadas não somente para embates armados com fins políticos ou empresariais, mas também por grupos ilícitos como a criminalidade organizada e movimentos sociais, que têm nas suas diversidades ideológicas, padrões de enfrentamento para colocar em prática suas convicções.

Esse fenômeno tornou-se globalizado, potencializado pelo desenvolvimento tecnológico disponibiliza inúmeras informações sobre conhecimentos diversos, de estratégias competitivas a técnicas de fabricação de artefatos para fins ilícitos, como os atos da criminalidade organizada, conforme Castells (1999, p. 411-539) afirma:

A revolução da tecnologia da informação motivou o surgimento do informacionalismo como a base material de uma nova sociedade. No informacionalismo, a geração de riqueza, o exercício do poder e a criação de códigos culturais passaram a depender da capacidade tecnológica das sociedades e dos indivíduos, sendo a tecnologia da informação o elemento principal dessa capacidade. A tecnologia da informação tornou-se ferramenta indispensável para a implantação efetiva dos processos de reestruturação socioeconômica. De especial importância, foi seu papel ao possibilitar a formação de redes como modo dinâmico e auto-expansível de organização da atividade humana. Essa lógica preponderante de redes transforma todos os domínios da vida social e econômica.

[...] A tentativa desesperada de alguns desses grupos sociais e territórios para conectar-se à economia global e escapar da marginalidade levou a uma situação que chamo de "a conexão perversa", quando o crime organizado em todo o mundo tirou vantagem de sua condição para promover o desenvolvimento da economia do crime global. O objetivo é satisfazer o desejo proibido e fornecer mercadorias ilegais à contínua demanda de sociedades e indivíduos abastados.

No Brasil, as histórias de enfrentamentos, de caráter ideológico deram oportunidade para que presos comuns se integrassem, e aprendessem com presos políticos, com histórico de lutas armadas e técnicas de conflitos irregulares.

Essa relação entre troca de conhecimentos e evolução tecnológica sobrevive até os dias atuais, em que sob o manto da criminalidade, grupos escusos utilizam as ferramentas das estratégias irregulares para alcance de seus objetivos pessoais ou de um seletivo grupo, mormente voltado para ganhos financeiros e ascensão ao poder.

Esse tipo de enfrentamento às forças regulares, não é fato que adveio dos dias atuais. Ao longo da história, vários são os grupos ou Estados que se utilizaram dessa forma para fazer frente a adversários mais poderosos.

Expressões foram cunhadas ao longo dos períodos, adequadas com a realidade política e correção de palavras para o período. Nomes como guerrilha, guerra irregular, insurgências, guerra não-convencional ou conflito de baixa intensidade foram e ainda são,

utilizados para designar oposição de um ente menos poderoso, em relação a outro com maior capacidade de meios de impor sua vontade.

Nessa linha de pensamento, verifica-se que da mesma forma que as operações especiais, tema que será delineado na seção 4, as definições quanto a estas estratégias de enfrentamento são diversificadas. Segundo Visacro (2010, p. 136) é uma “forma de beligerância que compreende o conjunto de ações políticas, militares e psicológicas, clandestinas e ostensivas, empreendidas por forças predominantemente nativas contra governos estabelecidos [...]”

Nessa mesma linha, o manual de estratégia da força terrestre brasileira, afirma ser guerrilha as operações “conduzidas por grupos ou forças não-regulares, contra um governo estabelecido ou poder de ocupação, com finalidade de desgastar sua capacidade militar.” (BRASIL, 2003, p. 3-1)

Com essas duas definições de termos, percebe-se que esta denominação em muito se assemelha aos métodos utilizados por quadrilhas de criminosos e criminalidade organizada.

Tais grupos ilícitos, em suas ações, usam táticas e estratégias militares, assim como mão de obra especializada no assunto, para ações de seus interesses, além de atividades de cunhos psicológicos para angariar simpatias ou impor o medo. Exploram o emprego de procedimentos que não são regulares, sendo pouco ortodoxos nas suas ações.

Ilustrando a disseminação dessas atividades, Amorim (2010, p. 250-495), demonstra que os ambientes sociais, a globalização e gênese do crime organizado do Brasil, apresentam ligações históricas com as estratégias assimétricas e as repercussões no banditismo atual:

Terrorismo e crime organizado andam de mãos dadas. Ambos precisam de espaço para prosperar. Ou seja: populações desempregadas e oprimidas, procurando um lugar ao sol.

[...] Vários brasileiros fizeram curso de guerrilha na ilha de Fidel. [...] No período de ditadura, centenas de comunistas, socialistas e libertários em geral, dividiram as celas de norte a sul do país, com criminosos comuns [...] os presos comuns utilizaram os melhores ensinamentos dos políticos e montaram suas próprias estruturas de resistência...

[...] Os africanos que desembarcam no Rio e em Salvador são outra fonte de recrutamento. [...] Uma coisa é um “preto e favelado” (como definem as estatísticas) virar bandido. Coisa bem diferente é ele se tornar um “soldado do tráfico”, bem armado, treinado e municiado – e com bom salário. O denominador comum entre os dois estágios é a mão das organizações transnacionais do crime.

[...] Muitos dos refugiados de guerra, principalmente dos países que falam português, sonham em recomeçar a vida no Brasil, [...] Muitos são veteranos de guerras tribais e de independências. Soldados experimentados em combate que vão aderir às “forças armadas” do tráfico [...] atuando como instrutores de guerrilhas e de “guerra revolucionária”. O

Comando Vermelho, o PCC Paulista, o Terceiro Comando (dissidência do CV) e os Amigos dos Amigos (ADA), além de outras organizações menores, contrataram esses ex-militares africanos para suas fileiras. Por que dominaram o uso das armas de guerra, explosivos, carros-bomba, técnicas de comunicação,...

Nesse cenário apresentado, deduz-se que as estratégias de enfrentamento ideológico, pelo efeito globalização, também fazem parte dos processos de empoderamento de outros atores, que não são estatais e com interesses privados, no que se insere o moderno conceito de Assimetria, que pode ser alocado às atividades de segurança pública.

3.1 Conceitos de Assimetria

Nas definições anteriores, acerca das estratégias irregulares de enfrentamento, pode-se acrescentar modernamente o termo Conflito Assimétrico ou Assimetria, que vem sendo utilizado para denominar ações em todos os espectros militares ou na defesa social, que apresentam as características das ações irregulares, além do fator que o condiciona como um conflito de quarta geração: a presença de novos atores não-estatais, como os movimentos ideologicamente motivados e o crime organizado.

Para um maior entendimento sobre a definição do conflito de quarta geração, há necessidade de entendimento de como são divididos os enfrentamentos, após o implemento da pólvora, entre os seres humanos, de acordo com Visacro (2009, p. 37-40).

a) Conflitos de primeira geração

Considera-se de primeira geração aquelas de combate linear, com formações táticas rígidas e cerradas, com enfrentamentos de massas diferentes e rígida obediências aos comandos.

Um bom exército era reconhecido por sua disciplina na ordem unida e no porte das armas, pois os enfrentamentos eram campais de formas estáticas, **não sendo aceitas características como iniciativa e liberdades de ação**. Este tipo de conflito propicia contatos próximos e confrontos diretos, possibilitando maior lesão a vidas humanas. O emprego dessa tática ainda é visto na segurança pública, em atividades como as formações de desfile e nas atuações das tropas de choque, quando em controle de distúrbios civis.

b) Conflitos de segunda geração

A segunda geração é caracterizada pelo **apoio de fogo sobre a manobra e com advento do uso de abrigos**, a qual se pode exemplificar com a Primeira Guerra Mundial, com o largo uso de trincheiras. Teve como parâmetro as inovações tecnológicas providas a partir da Revolução Industrial.

A defesa de terreno é mais valorizada do que a ofensividade. Embora o advento de novas tecnologias tenha causado mais devastação na vida humana com a evolução das armas de destruição, as táticas e estratégias permaneceram com vários adjetivos da primeira geração.

c) Conflitos de terceira geração

A terceira geração apresentou um incremento da tática e maior mobilidade, com a velocidade e a surpresa, procurando-se atacar pela retaguarda, tendo como principais praticantes, os comandos britânicos nas ações típicas na Segunda Guerra Mundial.

A intenção neste tipo de conflito, não é simplesmente ocupar o espaço, mas causar confusão, tendo como principais características: **a liberdade de ação, o discernimento tático, a flexibilidade de pensamento e poder de decisão.**

Na segurança pública, embora, tenham o nascedouro nas tropas de comandos e procure alguns atributos que façam analogia à defesa social, na segurança pública não são usadas todas as características desta geração.

d) Conflitos de quarta geração

Ao se falar, em termos militares, de conflito assimétrico, faz-se analogia ao conflito de quarta geração, pela presença de métodos e atores que não estavam presentes nas gerações anteriores.

Esta geração possui um vínculo de características análogas à terceira geração que as mimetizam em alguns tópicos e é definida por três componentes distintos, que, segundo Lessa (2002, p. 89), podem estar presentes em todos se superpondo ou não:

-**atores**: a presença de atores não-estatais e com interesses particulares;

-**objetivos**: diferença das metas que as partes envolvidas desejam alcançar, assim como a motivação que as permeia; quanto mais próxima das crenças culturais e necessidade social, mais o envolvimento dos entes;

-meios: Utilização de meios diversificados para alcance dos objetivos, saindo dos procedimentos convencionais, utilizando estratégias mais imaginativas, para legitimação das atividades.

O componente que salta dos demais e que diferencia a assimetria das demais gerações de conflitos é a presença de atores não estatais, sobre o qual expressa, ainda Lessa (2002, p.89) que “Os Estados, cada vez mais, se vêem confrontados com grupos não-estatais, e não apenas terroristas políticos [analogia nossa], como também máfias financeiras e quadrilhas internacionais especializadas na produção e distribuição de drogas.”

Baseado nas definições sobre os conflitos, pode-se sintetizá-los conforme suas principais características, de acordo com o Quadro 1 :

Quadro 1: Classificação dos conflitos e suas características marcantes

Evolução dos Conflitos	Características
1ª Geração	<ul style="list-style-type: none"> • Linear • Formações táticas rígidas e cerradas • Efetivo grande (massa) • Rígida obediência aos comandos (ordem unida)
2ª Geração	<ul style="list-style-type: none"> • Inovações tecnológicas (Revolução Industrial) • Evolução de armamento • Apoio de fogo para as manobras de campo • Abrigo (trincheiras e proteções) • Defesa de terreno
3ª Geração	<ul style="list-style-type: none"> • Grupos menores • Mobilidade • Velocidade • Surpresa • Ataques na retaguarda do oponente • Intenção de causar confusão • Não-linear • Liberdade de decisão e ação • Flexibilidade
4ª Geração (Assimétrico)	<ul style="list-style-type: none"> • Mesmas características da 3ª Geração • Inserção de atores não-estatais (interesses diversos)

Fonte: Adaptado de: VISACRO, Alessandro. **Guerra irregular:** terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2009.

3.2 Estratégia assimétrica

O termo Conflito Assimétrico foi utilizado pela primeira vez em 1974, definindo o tipo de conflito que seria mais comum no mundo, conforme Mendes (*apud* VISACRO, 2009, p. 37) conceitua:

Aquela compreendida no interior do Estado, por força que se lhe opõem e que, sendo menores em efetivos e meios, acabam por conseguir, no mais longo ou mais curto prazo, e por recurso a um conjunto de capacidades próprias – culturais e materiais ou circunstanciais – obter a vitória.

No entanto, o termo Assimetria como nova palavra para um conceito antigo acerca das características de movimentos irregulares e insurgentes nos diversos aspectos das palavras, é etimologicamente conceituado por Houaiss e Villar (2009, p.321) como “grande diferença; disparidade, discrepância”, no que foi interpretado nas estratégias de enfrentamento por Meigs (*apud* VISACRO, 2009, p. 37), que relatam, como assimetria a ausência de padrões para comparações ou enfrentamentos:

A assimetria significa a ausência de uma base comum de comparação relativa a uma qualidade, ou em termos operacionais, uma capacidade. A indiossincracia tem conotação diferente – posse de um padrão peculiar ou excêntrico. No sentido militar, a indiossincracia significa uma abordagem ou maneira não ortodoxa de aplicar uma capacidade, que não segue regras e sinistramente peculiar.

Logo, nota-se que surgem os padrões e uma inovação dos conceitos de movimentos irregulares e insurgentes, mais comumente chamadas de guerrilhas, adaptados às realidades contemporâneas do mundo globalizado.

Atualmente, mesmo não sendo utilizada força das armas para consecução do poder, as estratégias, táticas e técnicas, assim como os objetivos servem de parâmetros para muitos grupos e movimentos.

Nesse tipo de conflito, as soluções vêm mais pelo convencimento diplomático e estratégico, do que com uso somente da força tática e o físico.

As soluções passam pelo convencimento dos participantes e espectadores envolvidos na tensão, impondo-se mental e moralmente, devendo-se, antes do uso da força, deve-se conquistar a legitimidade da população.

Isso traz desafios na defesa social, em que os eventos complexos que envolvem seres humanos e as intervenções, com uso da força, devem ser precedidos de ações que legitimem ou diminuam a possibilidade de danos às vidas.

Para o entendimento das ações legitimadoras é necessário o conhecimento de características marcantes que fazem com que tenham maior proveito das intenções e ações em comparação com os métodos convencionais das forças estatais.

3.3 Características da Assimetria

Os procedimentos assimétricos, por sua capacidade de flexibilidade, adequação e mobilidade, causam desconforto e difícil acompanhamento pelas forças estatais, que muitas das vezes esbarram nas regras jurídicas e outras normas que não acompanham as mudanças que grupos ilícitos são capazes de promover com rapidez em suas estruturas de funcionamento e operação.

A definição do processo de imposição de poder por diferentes grupos motivados, de forma lícita ou não, utiliza cada vez mais os princípios assimétricos, indiferente de suas motivações primárias. Isso se torna mais difícil, do lado estatal, que tem como parâmetro, o cumprimento da lei e da promoção da dignidade humana.

Dessa forma são gerados grupos de trabalhos específicos para solução dos desafios modernos, como são as Forças Policiais Especiais, para fazer frente às demandas cada vez mais assimétricas; conforme o que retrata Pinheiro (2008, p. 7):

Governos são incapazes de atender às necessidades mínimas de estabilidade política e socioeconômica de suas populações apresentam-se como a principal fonte de instabilidade internacional, possibilitando a criação de campos férteis ao desencadeamento de ameaças transnacionais como o terrorismo, o narcotráfico, o contrabando de armas, a geração de um crescente fluxo de imigrantes e a degradação criminosa do meio ambiente. As presentes ameaças, materializam-se, via de regra por atores não estatais que – no radicalismo da defesa de seus valores culturais, étnicos e/ou religiosos – procuram implantar idéias e atingir, de forma dramaticamente intencional, uma imensa parcela da população civil não-combatente.

Nos campos da segurança e da defesa, é cada vez mais evidente que as formas clássicas de se opor às crises e aos conflitos armados do século passado não são mais pertinentes, oportunas e adequadas para confrontar as atuais ameaças. Nesse contexto, observa-se uma tendência global, na grande maioria dos estados nacionais, de valorização de suas forças de operações especiais, as quais ganham mais relevância em função das características específicas do seu pessoal.

[...] essas forças tem estão demonstrando ser vetores extremamente positivos no desdobramento de crise ou conflitos de caráter eminentemente não-convencional, em ambientes operacionais caracterizados pelo alto grau de sensibilidade política, grande complexidade psicossocial e exigência de ações a realizar, [...]

Com essa explanação, vê-se a ligação entre as atividades assimétricas confrontantes da defesa social e a necessidade cada vez mais crescente da especialização

dos grupos que fazem o enfrentamento de interesse estratégico, pois estruturas convencionais e de estruturação rígida não conseguem boa produtividade no enfrentamento dessas estratégias não-convencionais.

Isso é salientado por Lessa (2002, p. 102) ao afirmar que “seus combatentes se organizam em redes, que enfrentam as estruturas hierárquicas regulares. As hierarquias têm dificuldades para combater as redes; estas são melhor combatidas por outras redes.”

Essas organizações buscam ações embasadas mais em conquistas psicológicas do que físicas, utilizando a desmoralização moral das forças estatais como forma de atingir seus objetivos políticos. Utiliza para tanto, a doutrinação de parcela mais agredida socialmente, com trabalhos de conquistas emocionais e mentais em longo prazo, que darão respostas estratégicas na lassidão do tempo, conforme Beaufre (1998, p.130-132) salienta:

No plano psicológico, a idéia geral é, ainda, saber durar. [...] é preciso levar o adversário à lassidão.

[...] A linha política de base, que deve estar em harmonia com a linha política necessária à manobra exterior, deve ser tal que possa mobilizar, em vista da luta, estas paixões (patriótica, religiosas, emocionais etc) dever ser apresentadas segundo uma orientação que demonstre a justiça da causa que se quer apoiar.

[...] Os germes semeados durante a luta, mais tarde se desenvolverão e, no mínimo ter-se-á imposto ao adversário um esforço considerável ao preço de meios irrisórios.

[...] bem conduzida, objetivo de estrita reflexão, ela apresenta apenas um mínimo risco, enquanto que seus possíveis dividendos são considerados; e que, mesmo em caso de fracasso, o adversário foi desgastado, [...]

Nota-se que todas as estratégias indiretas lançadas por grupos assimétricos buscam sustentação no apoio da sociedade, utilizando medidas para influenciar e legitimar suas ações, ainda que legalmente contraditórias.

Nesse sentido, observa-se vários adjetivos que identificam a assimetria (Quadro 2), diferenciando das estratégias convencionais que são utilizadas pelos grupos criminosos. O conhecimento dessas características e capacidade de lidar e utilizá-las a favor da lei, alinhada ao estado democrático de direito é que permitem enfrentar com efetividade as novas demandas sociais.

Da assertiva da necessidade de procedimentos menos ortodoxos e mais flexíveis é que se desenvolvem as atividades das Operações policiais especiais, as quais são desenroladas na seção 4.

Quadro 2: características principais da assimetria e suas definições

Características	Definição
Proximidade entre os níveis estratégicos, táticos e de execução	Os níveis de decisão estratégica e tática estão mais entrelaçados, sem distinção clara entre os níveis decisórios e de execução
Subordinação legal	Vantagem crucial em relação ao Estado democrático está na insubordinação legal. A regra é não ter regra e usar as que existem em favor dos objetivos propostos
Individualidade e identificação	A atuação muitas das vezes é isolada ou em pequenos grupos. Muitas ações são revestidas de necessidade social, dificultando definição da finalidade organizacional
Economia e racionalismo	Não utilizam os meios dispostos para ações contra pontos fortes. Utilizam onde há maior probabilidade de fraqueza e maior resultado
Rapidez nas ações e flexibilidade no planejamento	Planos e execuções de ações rápidas, não interessando a exposição prolongada. Os planos têm alta flexibilidade, alterando de acordo a realidade encontrada.
Relevância do aspecto tático	Os enfrentamentos são utilizados para alcançar um resultado estratégico maior, como: a política, o impacto psicossocial ou econômica
Detectabilidade legal	Utilização das normas legais para mascaramento de ações, assim como defesa de causas justas como fundo de pano para ações agressivas
Estratagema do tempo	Utilização da dilatação do tempo no enfrentamento contra poderes estruturados de forma convencional, como forma de fragilização pelo cansaço destes ou pressão social desmoralizante da força regular
Ações psicológicas	Legitimação perante parcela social, assim como ações desmoralizadoras das políticas governamentais
Ambiente cultural e social	Utiliza as parcelas sociais vulneráveis para salvaguarda e apoio nas empreitadas
Não-linearidade	Não há delimitação de espaço geográfico de atuação. Pode agir em qualquer ponto geográfico de interesse
Processos indiretos	Evitam ações diretas que provoquem confronto com forças maiores. Utilizam de métodos indiretos como o terror e ataques a alvos mais fracos ou sensíveis.

Fonte: Adaptado de: LESSA, Carlos, et al. **Depois do atentado**: notícias da guerra assimétrica. Rio de Janeiro: Garamond, 2002 e VISACRO, Alessandro. **Guerra irregular**: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2009.

4 TEORIAS DAS OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS

As operações policiais especiais remetem normalmente a grupos que são chamados, em última instância, de recurso nas linhas de defesa da segurança pública.

Com ascendência e herança direta dos grupos de Comandos da II Guerra Mundial, guardam ainda hoje características de emprego calcado nesses.

No entanto, as operações policiais especiais vão além da intervenção típica dos Comandos, revelando-se também como um instrumento de suma importância estratégica no que tange à desestabilização oponente e criação de condições adequadas para que outros grupos operacionais possam atuar no emprego da força com menor possibilidade de desgaste humano e institucional.

Embora tenham existido ao longo da história da humanidade diversos empenhos de grupos que exerceram trabalhos com características de operações especiais, foi no florescer da I Guerra Mundial que foram lançados os pilares modernos desses tipos de missão, com contribuição significativa do oficial britânico, Thomas Edward Lawrence.

4.1 A precursão de Lawrence

As intervenções militares comandadas por Lawrence revelaram-se ante o ortodoxismo das formas de emprego das tropas e dos embates, uma atividade típica irregular (ou assimétrica), e tinham características que o diferiam das intenções dos exércitos tradicionais.

As operações que eram contra os oponentes no norte da África, não se davam no modo tradicional das guerras de segunda geração, conforme especificado na seção sobre Assimetria. Trabalhavam na fustigação dos adversários e na conquista de aliados através de contatos pessoais, fazendo da diplomacia a principal arma neste objetivo.

Para maiores empatias e integração com estes moradores, Lawrence muitas das vezes se vestia como estes, deixando de lado o fardamento ocidental, que causava neste tipo de convencimento, um obstáculo psicológico.

Nisso já se percebem duas características típicas das operações especiais: a desestabilização do oponente e não procura de sua derrota imediata ou conquista de terreno e angariamento de apoio dos moradores locais, para a causa que defendia, o que atualmente chamam de conquista de “corações e mentes”.

As intervenções com uso da força, conduzidas por este oficial deixavam os adversários confusos, pois não tinham uma linha certa de confronto; atacavam nas partes mais fracas e não assumiam o confronto direto.

Utilizava-se de assaltos rápidos, com o fator surpresa e sempre em pequenos grupos, o que revela características das tropas de comandos que surgiram na II Guerra Mundial: a rapidez, a surpresa e assimetria na escolha dos alvos. Disto, Lawrence (*apud* VISACRO, 2010, p. 122) dizia:

Nossa melhor ação era não defender nada, não atirar em nada. Nossos trunfos eram a velocidade e o tempo, não a capacidade de agressão. Quase todas as guerras eram guerras de contato, em que as duas forças se empenhavam nele a fim de evitar surpresa tática. A nossa deveria ser uma guerra de separação. Deveríamos conter o inimigo pela ameaça de um deserto vasto e desconhecido, sem revelar a nossa presença, até o momento de atacar.

Dessas palavras “lawrencianas” retira-se a essência das características das estratégias irregulares e assimétricas, utilizadas por movimentos de reivindicações e organizações criminosas nos dias atuais.

Muitas das ações deste oficial não eram diretamente contra exércitos oponentes, mas contra as fontes de sustentação destes, como linhas de abastecimento, vias de comunicação e principalmente, a desmoralização destes com a população local. Descobrem-se, então, duas outras características: ações diversionárias de desestruturação logística e deslegitimação do oponente.

Essas formas de combater revelaram-se efetivas no que se propuseram a alcançar e tinham um fator preponderante para o oficial britânico: eram atividades cirúrgicas, que diminuíam consideravelmente as mortes de seres humanos, vencendo pela estratégia da fadiga e desmoralização, no que Lawrence (*apud* Visacro, 2009, p. 242) dizia que “a rebelião conflito irregular [analogia nossa] não era como a guerra; na verdade, estava mais para a natureza da paz.”

No Quadro 3, pode-se comparar os pressupostos utilizados por Lawrence e sua similaridade com a assimetria, relatada na seção 3.

Nessa precursão, Lawrence lançou os fundamentos para as operações especiais, na utilização de duas formas básicas de intervenções, que foram consagradas e são explicadas, na seção de estratégia operacional, na seção 2, nas ações diretas e indiretas. Para que essas sejam explicadas, necessita-se de considerações sobre a conceituação das Operações Especiais.

Quadro 3: Analogia das estratégias indiretas de Lawrence e a Assimetria

LAWRENCE	ASSIMETRIA
Assimetria na escolha do alvo e confusão	<ul style="list-style-type: none"> • Individualidade e detectabilidade • Não-linearidade
Rapidez	<ul style="list-style-type: none"> • Flexibilidade e rapidez nas ações • Proximidade entre a Estratégia e a Tática • Economia e Racionalismo
Fustigação e Fadiga do oponente	Utilização do Tempo
Desmoralização do oponente	Ações Psicológicas
Apoio da População	Ambiente cultural e Social
Ataques a pontos vulneráveis e de sustentação	Processos Indiretos

Fonte: Adaptação de: VISACRO, Alessandro. **Guerra irregular**: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2009.

4.2 Formas das Operações Policiais Especiais

O termo Operações Especiais tem sua origem no meio militar, mas de forma análoga à Estratégia, foi utilizado por vários outros segmentos públicos ou privados, para definir trabalhos com características diferenciadas dentro das atividades executadas por esses, como é o caso da segurança pública.

Isto se deve, além do apelo glamouroso da gênese militar, às definições em separado das duas palavras que compõem o conceito, conforme Houaiss e Villar (2009, p. 2069, 1225) conceituam etimologicamente:

Operação: conjunto de atos ou medidas em que se combinam meios para obtenção de determinados resultados ou de determinados objetivos (políticos, militares, financeiros, sociais etc.)

Especial: 1.que não é geral, que diz respeito a uma coisa ou pessoa; 2.próprio, peculiar, específico, típico;[...]

Mesmo no contexto militar ou policial, as operações especiais ainda não estão bem definidas. Cada instituição, estado ou país, utiliza o termo de acordo com suas necessidades.

Apesar da importância dessas atividades, poucas são as teorias para sua conceituação, principalmente no emprego de interesse estratégico, conforme, Dénécé (2009, p. 234) asseverou:

Há alguma confusão sobre o que são realmente as operações especiais. Essa confusão deve-se particularmente as diferenças doutrinárias entre os países que empreendem tais operações. Mas provém também da denominação própria das unidades, que complica ainda mais a compreensão para o grande público [...] Uma operação especial é uma ação militar não convencional. As unidades utilizadas são “especiais” (em relação ao restante da instituição militar) e secretas (proteção dos indivíduos e da natureza de suas atividades).

A indefinição se deu, já na II Guerra Mundial, quando da utilização dos métodos diretos e indiretos dessa atividade, sendo durante algum tempo, a nomenclatura utilizada para todas as atividades que saíam do ordinário e que necessitavam conhecimentos especializados, como trabalhos militares de montanha, ribeirinhas e anfíbias (como era o caso dos Comandos Ingleses, na sua gênese).

Nas definições atuais, muitos levam em consideração o tipo de atividades que são mais executadas, de forma direta ou indireta. Neste caso, há de se estudar cada uma das duas formas.

a) Ações Diretas

Esta forma de intervenção tem sua vertente mais famosa nos Comandos da II Guerra Mundial, que eram tropas menores que tinham a missão de confrontar o adversário de forma direta e contundente, observando sempre a surpresa, a ação de choque e rapidez na duração do embate.

Atualmente, dentre muitas definições deste tipo de ação, Pinheiro (2008, p. 15) apregoa que as “operações destinadas à execução de ações de interdição de objetivos críticos, captura de pessoal e recuperação de pessoal e material, todos avaliados como alvos altamente compensadores pelo maior escalão em presença.”

Nesse mesmo sentido, a definição de Ação Direta pelo Departamento de Defesa Americano, citado por Dunningan (2008, p. 299), como sendo a de “conduzir ataques de curta duração e outras ofensivas de pequena escala para apreender, destruir, capturar, recuperar e ou punir equipes pelos danos.”

Percebe-se dessas duas definições que são ações de caráter ofensivo diretamente contra o objetivo designado como alvo.

Essa forma de ação, como costumam tradicionalmente enfatizar os operadores policiais especiais, são típicas de Comandos. Tem entre suas características principais que a revelam: confronto direto com a parte antagônica, menor número de efetivo humano, do que o convencional, rapidez nas intervenções, ofensividade nas abordagens e surpresa.

Apresenta muitas características dos conflitos de terceira geração, nos quais as respostas têm resultados de maior intensidade tática e considerável impacto estratégico, dependendo da atividade a ser desempenhada.

As forças policiais especiais brasileiras utilizam mais desse tipo de intervenção, seja por sua tradição militar, seja pela influência americana, que através dos ensinamentos táticos para equipes de respostas especiais, dissemina a doutrina policial que mais utilizam. Normalmente são utilizados como forças de última instância ou recobrimento, no último nível da força.

O emprego deste tipo de intervenção, isolado, encontra obstáculos de efetividade, se confrontado com a realidade política, social e cultural brasileira, já que muitas ações policiais necessitam além da legalidade no uso da força, buscar a legitimidade, no caso das ações indiretas.

b) Ações Indiretas

Tradicionalmente são as formas de ações que se utilizam de métodos que evitam o contato direto com o oponente mais forte, preferindo medidas fustigantes, desestabilizadoras e de evasão do embate direto. Trabalham também a preparação para que outros executem a ação direta. Isso não significa que, em situações específicas, os dois tipos de ações estejam presentes. Sobre às ações indiretas, Lessa (2002, p.92) explica:

Já nas ações indiretas buscam a vitória manobrando o adversário, usando o espaço e o tempo para evitar o confronto direto com as forças oponentes – ou, quando menos, com o núcleo mais forte das mesmas. Tenta-se desorientar o adversário, atraindo-o para uma posição mais desfavorável, que lhe provoque desgaste sem o risco de uma batalha decisiva – vencê-lo não por golpes potentes, mas pelo enfraquecimento.

A partir dessa característica, Dénécé (2009, p. 344) faz a comparação do operador especial nas ações indiretas como “um cavalo de trabalho, mais capaz de esforço de longa duração do que um puro-sangue, apto a desempenhar bem em intervalos de tempos muito curtos.”

Nesse sentido, pode ser um trabalho de preparação do ambiente para as ações diretas, tornando o uso da força, se necessário mais aceitável e com menor efeito danoso

para o ser humano. Num segundo plano, a resolução do evento somente com as intervenções indiretas.

Seguindo o raciocínio, as Operações Policiais Especiais, podem executar várias missões, como:

-intervenção assimétrica: principal atividade indireta, que trata de utilizar as características que forem possíveis da Assimetria, para o enfrentamento às atividades que utilizam esta estratégia. Trabalha a legitimação do uso da força se necessário com apoio da população e do público interno. Classifica-se por intervenções de desestabilização para auxiliar as forças de ação direta, demandando mais tempo de atuação na resolução do problema. Fator preponderante neste tipo de ação é a presença de outros atores envolvidos e organizações diferentes da policial, mas que podem auxiliar na resolução pacífica dos eventos.

-reconhecimento estratégico ou especial: levantamentos de dados de interesse estratégico, tático ou operacional, como observação, coordenação de ação no teatro de operações das forças de ação direta e levantamento de dados de interesse na execução da ação.

-operações psicológicas: embora não esteja inserida no contexto tradicional das Operações policiais especiais, tem se tornado de suma importância para intervenção dessas e tem a missão de trabalhar a produção de emoções e sentimentos favoráveis à intervenção policial, tornando legítima a ação estatal, conforme ratifica Dénécé (2009, p. 263), ao relatar sobre a legitimação de determinada força militar:

As operações psicológicas foram ali definidas como um conjunto de ações que, pela transmissão de informações e sinais selecionados a um auditório específico, visa influenciar as emoções, intenções e raciocínio dessa audiência, e agir sobre o comportamento de governos, organizações, grupos ou indivíduos. A finalidade é orientar ou reforçar as atitudes de um auditório específico favoravelmente aos objetivos definidos.

-apoio e assistências diversas: atividade subsidiária das intervenções psicológicas e assimétricas tem capacidade de potencializar a legitimação da instituição policial militar, quando presente em situações atípicas de sua missão, em que atua na complementação ou suplementação das atividades reparativas de desastres ou situações decorrentes da natureza ou causados pelo ser humano, assim como assistências em treinamentos e apoio em buscas e salvamentos de seres humanos. Também podem ser contemplados com outras atividades especiais de treinamento e operações pacificadoras.

Nas atividades de cunhos assimétricos e psicológicos, percebe-se uma coesão com os interesses institucionais da milícia mineira, pois, mesmo em atividades de cunhos repressivos, adota princípios da polícia de proximidade ao buscar a participação da

sociedade na resolução pacífica, conforme o que a Diretriz Geral de Emprego Operacional da PMMG dispõe: “a filosofia de polícia comunitária estimula a participação do cidadão em decisões sobre prevenção à criminalidade e ao policiamento, bem como, a integração de outras agências de serviço para prover maior impacto nos problemas de segurança.” (MINAS GERAIS, 2010b, p. 27)

O atrelamento das operações policiais especiais a filosofias do policiamento comunitário não é contraditório, mas necessária, no que Trojanowicz e Bucqueroux (1994, p. 175) afirmam:

Pertencer a uma equipe S.W.A.T.³ não é contraditório com o policiamento comunitário. O policiamento comunitário exige policiais comprometidos com o policiamento completo. [...] O treinamento da S.W.A.T. inclui muitos dos elementos e características desejados no policiamento comunitário. Por exemplo, um membro eficiente da equipe S.W.A.T é capaz de avaliar uma situação e tomar uma decisão, baseado numa ampla gama de alternativas, tais como entrar em um domicílio ou esperar por várias horas, ou até dias. O membro S.W.A.T. tem que ser capaz de se comunicar por telefone, por alto-falante, ou até face a face. Precisa ter boas informações dos vizinhos, e necessita merecer sua confiança, talvez até usando uma de suas casas como posto de comando. Estas são algumas das características necessárias para um policiamento eficiente.

A necessidade de aproximação da sociedade é ressaltada nas intervenções de reintegrações de posse, mormente em áreas rurais, que lembra o valor da legitimidade, e que é ressaltada na diretriz relativa ao tema:

A legitimidade é o conceito com o qual se julga a capacidade de determinado poder para conseguir obediência sem necessidade de recorrer à coação que supõe a ameaça de força, de tal forma que um Estado é legítimo se existe um consenso entre os membros da comunidade para aceitar a autoridade vigente. Assim, a sociedade, após deter conhecimento da legalidade do fato jurídico e analisá-lo, considera que há necessidade da intervenção do Estado e legitima a atuação dos órgãos envolvidos. (MINAS GERAIS, 2011a, p. 11)

Nessa linha, Visacro (2009, p. 250) resalta a importância da participação de outras instituições na resolução de problemas de origem diversa da segurança pública, mas que deságuam na intervenção policial, relatando:

As ações militares conduzidas sem a devida análise de seus efeitos políticos serão, na melhor das hipóteses ineficazes e, na pior, servirão de ajuda ao oponente. [...] Quando corporações policiais são submetidas a um processo casual de redefinição de suas atribuições institucionais e obriga a conduzirem operações militares contra forças de natureza assimétrica, em geral dão demasiada ênfase às ações de combate repressivas de cunho tático, em detrimento dos pilares básicos da contra-insurgência, quais seja a legitimidade do poder central e o apoio da população.

³ Special Weapons And Tactics são grupos de operações policiais especiais norte-americanos

Evidencia-se que a necessidade de legitimação das intervenções de interesse estratégico passa obrigatoriamente pela legitimação do uso da força. Muitas dessas atividades relacionadas estão estreitamente ligadas às ações diretas, por apresentarem, muitas vezes, suas características. Isto dá margem a diferentes interpretações do conceito, conforme se perceberá na seção seguinte.

4.3 Teorias das Operações Especiais

As definições que preponderam nos grupos de operações policiais, militares ou civis no Brasil, são da vertente de ações diretas, com natureza reativa e com menor ênfase na proatividade. Estas naturezas são definidas por Bayley (2001, p. 36):

A ação policial é proativa quando é iniciada e direcionada pela própria polícia ou pelos próprios policiais, independentemente da demanda dos cidadãos e até mesmo em conflito com uma demanda de cidadãos. A ação policial é reativa quando é iniciada e direcionada por uma solicitação dos cidadãos. Todas as polícias atuam de forma proativa e reativa. O que varia de uma polícia para outra é a forma de combinar ações e estratégias proativas e reativas: enquanto algumas polícias privilegiam estratégias proativas, outras privilegiam estratégias reativas.

Na linha de privilégios da ação reativa os operadores policiais utilizam a teoria formalizada por Mcraven (1996, p. 2), que cita um conceito restrito de operações especiais, neste campo: “uma operação especial é conduzida por forças especialmente adestradas, equipadas e apoiadas visando um alvo específico, cuja destruição, eliminação ou resgate constitui-se em imposição política ou militar.”

A partir dessa idéia aceita pelos operadores especiais de segurança pública, surgem teorias que derivam dessa idéia, como a de Proença Júnior (2006, p. 6), que considera estes grupos como resposta especializada para três tipos de situações específicas, agindo sob o manto dos Direitos Humanos:

As operações policiais especiais são o instrumento de respaldo da ordem social diante da delinqüência armada. A medida de sucesso da ação policial contra delinqüência armada é sua capacidade de desarmá-los com ‘baixa zero’ de civis, delinqüentes ou policiais, obediente ao imperativo dos Direitos Humanos e do Estado Democrático de Direito. [...] Elas correspondem à ação policial em corpos táticos em três situações-tipo: o de resgate de reféns, o reforço a policiais confrontados com a resistência armada e a execução de mandados de alto risco.

Essas duas definições levam em conta a atuação dos operadores especiais em situações específicas pré-determinadas com trabalhos de forma reativa, agindo após eclosão dos fatos, sendo o trabalho realizado de forma ofensiva, com uso da força. Apresenta característica marcante das ações de confronto direto, sem trabalhos

antecessores que viabilizem a diminuição dos riscos ou efeitos danosos, pretendidos pelos objetivos institucionais e a política de governo, no caso, o estado democrático de direitos.

Afere-se, disso que, não são utilizados como meios antecipativos a eventos complexos, mas suas respostas sempre têm um caráter tático ou estratégico, de acordo com o explicitado na seção sobre a estratégia operacional.

Ao ampliar os horizontes na conceituação do termo, integralizando as duas formas de emprego, têm-se teorias que são abrangentes, atendendo às necessidades variadas, como na visão de Visacro (2010, p. 137), em que as Operações Especiais exercem funções mais amplas, que vão além das atividades típicas do empenho ofensivo localizado, com objetivos variados e riscos físicos e políticos:

Operações de natureza peculiar, orientadas para a consecução de objetivos militares, políticos, econômicos ou psicológicos em tempos de paz, conflitos e guerras. São operações conduzidas por forças militares e paramilitares especificamente organizadas, equipadas e instruídas para se infiltrar e atuar em áreas hostis, interditas ou politicamente sensíveis, por meio de táticas heterodoxas, técnicas clandestinas e ações sigilosas. As operações especiais se diferem das operações convencionais em relação ao risco físico e político.

Some-se a esta tendência, a definição da força militar terrestre brasileira, constatada por Pinheiro (2008, p. 14), como Operações Especiais:

São aquelas conduzidas, por forças militares ou paramilitares especificamente organizadas, adestradas e equipadas, visando à consecução de objetivos militares, políticos, econômicos ou psicossociais, em ambiente hostis ou politicamente sensíveis, nas situações de paz, crise ou conflito.

Esta linha de concepção da força terrestre brasileira apresenta as mesmas expressões iniciais utilizadas por Mcraven (1996), acrescentando as palavras: econômicos ou psicossociais. Isso sugere que a atividade de operações especiais, também pode abranger situações de interesses econômicos, como situações fazendárias, no contexto estadual e de situações sociais que podem refletir no trabalho institucional, como no caso de cidadãos em situação de vulnerabilidade social ou desastres.

Na linha integrativa das teorias apresentadas, Dénécé (2009, p. 234) contribui com uma simplificação do conceito de operação especial, quando cita que “simplificadamente, deve-se entender por operação especial o conjunto das ações que um efetivo reduzido, engajado secretamente por um período que pode chegar a muitas semanas, é levado a realizar para obter resultados estratégicos decisivos em contexto hostil.”

Com essa visão sintetizada, retiram-se algumas características que aliam esta última percepção à atividade de ações indiretas, com atividades transversalizadas com os

procedimentos antecipativos e preventivos explicitados nas seções sobre estratégia operacional e assimetria.

Como forma de abranger as teorias restritivas e generalistas, vem às explicitações de Dunningan (2008, p. 296), ampliando o papel do operador especial como ente diplomático do pensamento institucional:

As Forças de Operações Especiais apresentam uma herança dupla. Elas são uma das forças fundamentais de ataque... [...] Elas também apresentam soldados-diplomatas capazes de influenciar, advertir, treinar e conduzir operações com forças estrangeiras, oficiais e população.

Essa consideração procura aglutinar todos os pensamentos anteriores, trazendo ainda a inovação de que os operadores especiais não trabalham somente na reatividade, com características de confronto direto com a parte adversa, mas também em situações específicas, trabalhando como fonte influenciadora das doutrinas e pensamentos institucionais, no que se refere à segurança, abrangendo o público interno e a sociedade consumidora dos serviços policiais.

No caso da milícia mineira, a exemplo de outras instituições detentoras do uso da força, não apresenta nenhum documento doutrinário sobre o tema especificamente, utilizando a expressão de forma genérica, conforme definido na Diretriz da Qualidade das Operações da PMMG:

[...] as operações especiais são aquelas executadas em circunstância especial e que impliquem a possibilidade de condução de pessoas ou coisas à Delegacia, repartição fazendária, dentre outros, podendo ter a participação de órgãos como Ministério Público, Juizados Especiais, Prefeitura Municipal, entre outros, dependerão de planejamento específico, precedido de contatos com as autoridades interessadas, para que possam programar adequadamente as atuações conjuntas.
(MINAS GERAIS, 2009a, p. 12)

Apesar de genérica, essa conceituação leva à indução de que as Operações Especiais são um tipo de serviço regular, que, por adjetivos próprios, demanda planejamento específico. Essa assertiva remete aos primórdios do termo, em que cada atividade, com características diferenciadas, era definida com esta expressão, assim como a definição etimológica expressada nos dicionários.

Da exposição das teorias, indiferente das tendências de ações diretas ou indiretas, é de se ressaltar que suas intervenções diferenciadas e específicas é que fazem com que sejam definidas como operações policiais especiais, a que Dénécé (2009, p. 236) resume como três modos de inserções principais: “operações autônomas na retaguarda do oponente; como unidade precursora, no acompanhamento ou apoio a forças convencionais e como unidade de apoio a operações de inteligência [analogia nossa], em ligação com os serviços secretos.”

Nessa tríade, verifica-se que o sustentáculo das operações especiais, está no trabalho de inteligência. O caráter cirúrgico, só é efetivado com informações precisas, que podem ser potencializadas pelos reconhecimentos da própria equipe.

A importância do trabalho integrado da Inteligência e as operações policiais especiais são evidenciadas no trabalho da equipe congênere da Polícia Federal, o Comando de Operações Táticas (COT), o qual Betini (*apud* GRECCO, 2009), ressalta:

A ação da Inteligência é fundamental na obtenção de informações que propiciem aos policiais do COT anteciparem-se aos criminosos. Isto propicia a tão desejada superioridade relativa em detrimento da superioridade numérica, ale de favorecer a adoção de ações pontuais, cirúrgicas e com risco mínimo para a sociedade.

Essas palavras remetem ao uso dos procedimentos diretos e indiretos, que muitas das vezes se superpõem, exaltando a antecipação, a cirurgia, e superioridade relativa sobre os criminosos, além de ressaltar a diminuição dos riscos à sociedade.

Na Figura 3, são sintetizadas as inserções, na qual é ressaltada a intervenção às vezes executada de forma independente como força de persuasão psicológica e física, preparando possíveis teatros de operações para outras forças legais ou em trabalhos integrados com as Inteligências de interesses estratégicos.

Figura 3: Os três tipos de inserções das operações especiais



Fonte: adaptação de: DÉNÉCÉ, Eric. **A história secreta das forças especiais**: de 1939 aos nossos dias. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009.

A condução das operações policiais especiais baseadas nesses três tipos de inserções conduz ao entendimento de que a sociedade é o verdadeiro ponto de partida e chegada nas intervenções assimétricas, como explica Visacro (2009, p. 343), ao descrever como se devem implementar as ações contra grupos assimétricos:

Portanto, todos os esforços empreendidos nas campanhas contra forças irregulares devem possuir como objetivo principal assegurar, respaldar e fortalecer a legitimidade do poder central. Orientadas nesse sentido, as Forças Armadas e as corporações policiais devem:

- atuar dentro dos limites legais, dispendo para tanto de um arcabouço jurídico adequado às ações policiais e à condução de operações militares;
- apresentar conduta ética e, tanto quanto possível, transparente;
- fazer uso limitado da força letal;
- sobretudo, colaborar para que sejam dadas respostas eficazes às necessidades básicas, aos anseios e as reivindicações da população local.

Essas premissas encontram guarida na PMMG, que se coloca como um instrumento estatal para promoção do bem estar social, conforme apregoa na diretriz sobre os Direitos Humanos:

A identidade institucional da PMMG estabelece como missão “assegurar a dignidade da pessoa humana, as liberdades e os direitos fundamentais, contribuindo para a paz social e para tornar Minas o melhor Estado para se viver.”

Assim, a PMMG procura ajustar-se à nova agenda mundial, que concita ir além do meramente formal, e de fato produzir ações que irão proporcionar à sociedade um atendimento de qualidade, que faça com que cada cidadão se sinta respeitado em seus direitos fundamentais.

(MINAS GERAIS, 2010c, p. 19)

Os conceitos e princípios dos direitos humanos estão integralizados nas doutrinas que regem as operações policiais especiais, que, por suas características cirúrgicas, racionalidades econômicas e especializadas, tendenciam na parte ocidental do globo terrestre, a serem utilizadas em amplos espectros de atribuições conforme Dénécé (2009, p. 419):

[...] com freqüência mais engajadas em situações caóticas, em que devem proteger cidadãos, manter ou restabelecer a paz em condições impossíveis. Elas são mais solicitadas em operações de retirada, de polícia, missões de ajuda e assistências, e outras “operações de estabilização”, do que para os combates.

Fortificando a afirmação, Veloso (2007, p. 3) alimenta as várias razões para esta tendência, ao incrementar a economia e racionalismo, assim como a capacidade de ingerência direta do nível estratégico:

As Forças de Operações Especiais constituem um instrumento discreto de poder dos Estados modernos. [...] desempenharão um papel mais “significativo nos futuros ambientes de segurança, mais imprevisíveis e menos estáveis”, sendo “uma opção relativamente barata em comparação com a utilização de grandes forças convencionais”.

As aplicações das Operações Especiais alinhadas na visão e missão institucional, apresentam tradições históricas nas atividades rurais nas Minas Gerais, como é descrito na caracterização da seção 5.

5 AS OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS RURAIS EM MINAS GERAIS

Na sua gênese, os grupos de operações especiais no Brasil foram criados como instrumentos táticos para realizarem intervenções de cunhos reativos não-convencionais frente a demandas que rompiam a ordem pública, normalmente envolvendo conflitos de natureza ideológica.

No entanto, apesar de não ter essa denominação, a presença de tropas ou homens que realizaram atividades análogas às realizadas contemporaneamente, se deram em todo o Brasil, perdurando até os dias atuais, como é o caso do Estado de Minas Gerais.

5.1 Contextualização histórica

Em Minas Gerais, nos séculos XVIII e XIX, por suas riquezas minerais e importância política no período de colonização e Império, muitas foram as tropas que realizaram o patrulhamento e captura rural, para rechaçar os bandos de criminosos, como disserta Cotta (2010, p. 65-74):

As atribuições de entrar nos matos, em lugares intrincados e de difícil acesso recaíram sobre os africanos e seus descendentes, cativos ou libertos, que integravam os terços de pretos e pardos libertos, as ordenanças a pé, os corpos de pedestres e os corpos de homens-do-mato e de assalto. Eles patrulhavam as estradas em busca de aquilombados, índios bravios, facínoras e assaltantes que atacavam as vilas e arraiais. Eram os mais aptos a identificar rastros e vestígios de passagem de pessoas. Em suas missões pelos matos enfrentavam: as fortes chuvas, insetos como mosquitos borrachudos, marimbondos, carrapatos, pernilongos e bichos-de-pé; animais ferozes e peçonhentos, tais como onças e cobras; além de doenças como a malária.

[...] Especialistas em ações nos locais de difícil acesso [...] Eram eles que entravam nos matos, descendo córregos por “despenhadeiros impraticáveis”. Pela vasta experiência prática que possuíam eram requisitados como guias nas expedições militares [...] pela natureza de suas funções, suas estratégias de mobilidades eram diferentes...

Percebe-se que apesar de tão distante na linha cronológica do tempo, as atividades, assim como as agruras e dificuldades ambientais a que são submetidos os operadores policiais rurais, permanecem iguais, exigindo mais rusticidade e melhor preparação do operador do que em outras atividades.

As ações desenvolvidas por essas patrulhas de Pedestres, segundo Cotta (2010, p. 91), tinham estratégias indiretas e assimétricas usando como fatores principais a surpresa e imprevisibilidade de alvos:

Em suas ações, utilizavam as emboscadas, caíam de surpresa sobre os inimigos; eles exploravam a seu favor os acidentes topográficos; conheciam as matas, as montanhas e os rios; sabiam tirar da natureza seu alimento. Enfim, utilizavam as táticas de guerrilha, que tanto assustavam seus adversários.

Ao lançar o olhar sobre as missões dos Pedestres, encontra-se ainda hoje, a sua essência, pois, o documento exarado pela PMMG que regula o emprego operacional, descreve atribuições para o GATE que contém atividades similares, como a “localização e prisão de cidadãos-infratores que se encontrem em locais de difícil acesso tais como matas e florestas.” (MINAS GERAIS, 2010b, p. 73)

Na década de quarenta, no século XX, constam nos registros históricos da milícia mineira, quando da preparação de defender o Brasil na campanha da Itália na II Guerra Mundial, o treinamento dos então militares estaduais, nas táticas de comandos, ou seja, nos procedimentos de conflitos de terceira geração para tarefas especiais que a Força Expedicionária Brasileira tivesse que executar nos campos europeus. (Foto 1)

Foto 1: Militares participantes do primeiro curso de comandos da força pública mineira



Fonte: Arquivo do Museu Histórico da PMMG

Nos meados do século XX, A Força Pública mineira, com atividades mescladas em bélicas e de polícia ostensiva, revelou atores de relevância na bibliografia da milícia mineira que executavam missões típicas das operações especiais, muitos de caráter estratégico, como o lendário “Capitão” Pedro, que apaziguava os sertões mineiros das ações criminosas.

Klinger (2009, p. 78 e 731) ressalta nas passagens do mito-herói da PMMG, atividades bélicas dos combates da Revolução de 1930 e de segurança pública, utilizando as formas diretas e indiretas de intervenção especial:

Conta-se que um ninho de metralhadora inimiga, posiciona numa região com comandamento sobre as tropas mineiras, inquietava constantemente e impedia qualquer movimentação tática. O menino-soldado (o então, soldado Pedrinho com quinze anos de idade) não titubeou. Arregimentou três colegas mais velhos, igualmente corajosos, e liderou uma investida para silenciar aquele incômodo perigoso. Para tanto, valendo-se da escuridão da madrugada, caminhou arditamente no matagal, enfiando-se pelas ravinas até o epicentro inimigo. Dali, confundindo-se com as próprias forças adversárias, caiu, ele e seus colegas, sobre o ninho da mortífera arma, silenciando, com o uso de arma branca, o atirador e o municionador.

[...] Tornou-se temida a captura comandada por Pedro Ferreira no combate ao abigeato e ao crime de pistolagem. Contam que muitas vezes, ele se vestia como os trabalhadores rurais e até trabalhava com eles para captar informações que o levassem a desvendar crimes misteriosos. Conhecia como ninguém a região, as trilhas nas matas e montanhas, mas conhecia muito mais o ser humano, com todos seus mistérios. Falam que ele desenvolveu tanto a sensibilidade para lidar com as pessoas que esta era a sua principal arma, [...]

O desenrolar dos anos e da evolução democrática, além do desenvolvimento tecnológico e aumento demográfico, fizeram com que a população migrasse da zona rural para os grandes centros urbanos, realizando uma mutação de cultura organizacional do Estado, gerando novos desafios para a segurança pública, apimentado, também por um aumento significativo, também da demografia, que em pouco menos de cinquenta anos multiplicou sua população.

Políticas de segurança pública foram focadas na área urbana, fazendo com que grupos organizados para fins ilícitos utilizassem cada vez mais as áreas não urbanas como homizio ou caminho de suas atividades criminosas.

A parcela restante, na zona rural, longe do olhar estatal e distante dos centros urbanos, começou a sofrer além das agruras das atividades ilícitas organizadas, com crimes que afetam seus direitos fundamentais, como formas de dignas de trabalho e inclusão social.

Diante dessa realidade, reavivaram-se as equipes de operações especiais rurais para auxiliar nas atividades complexas e críticas que a segurança pública tem que gerenciar neste meio não urbano.

O GATE então focado nas atuações táticas urbanas, reavivou sua essência de Operações Especiais, criando a equipe do Comando de Operações em Matas e Áreas de Florestas.

Sua origem se deu após o incidente crítico ocorrido em Campina Verde, Triângulo Mineiro, no ano de 2000, que demonstrou a ineficácia dos métodos táticos e estratégicos, no enfrentamento a associações criminosas organizadas, sejam bandos, quadrilhas ou crime organizado, nas áreas não-urbanas. Esse evento culminou com a criação formal em 2001, oficializado pelo comando da instituição policial militar mineira.

Mas a precursão desse tipo de atividade para os enfrentamentos das demandas contemporâneas se deu em Uberlândia, no Triângulo Mineiro, quando, já vislumbrando as demandas deste tipo de ambiente, começaram os treinamentos e estudos de situações, como o de número 01/2000- 2ª Companhia de Recobrimento (2ª Cia Recob), que sustentava a modificação de um dos pelotões de choque da recém-criada companhia de missões especiais, para operações rurais. Este intento voltou-se para a necessidade do policiamento rural ordinário, no que foi também a precursão, também das Patrulhas Rurais.

A criação de mais unidades de missões especiais se deram pelas características que revestem o território mineiro, de dimensões grandes e realidades diversificadas.

5.2 O Estado de Minas Gerais sócio-geográfico

Minas Gerais tem uma extensão territorial de 586 528 km², comparáveis com países europeus, como a França, que é menor. Apresenta uma distância linear de 986 quilômetros no sentido norte-sul e de 1 248 quilômetros no sentido leste-oeste. Com essa dimensão, o trajeto de Belo Horizonte, capital do Estado, até a cidade mais distante da federação mineira, realizado por helicóptero, que tem capacidade de pouso em locais sem pista para aeronaves de asa fixa, demora em torno de 03:30 horas.

A Tabela 1 apresenta o tempo de voo de aeronave da asa rotativa até algumas cidades mais distantes do Estado mineiro, sem contar o período de acionamento, preparação, embarque e desembarque de operadores policiais especiais em ocorrências emergenciais.

Tabela 1- Distância e tempo médio de voo de aeronave de asa rotativa entre a capital mineira e as cidades mais distantes do Estado de Minas Gerais – Julho de 2011

MUNICÍPIO	DISTÂNCIA	TEMPO MÉDIO DE VÔO (em horas)
Juvenília	660 km	03:22
Salto da Divisa	600 km	03:15
Almenara	530 km	02:55
Serra dos Aymorés	420 km	02:15

Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais. Batalhão de Rádio-Patrolhamento Aéreo

Essa extensão territorial, que divisa com seis Estados Federativos e o Distrito Federal, apresenta extensa malha viária com mais de 272 mil quilômetros de estradas, a

maior do Brasil, recepcionando inúmeras culturas, economias e logísticas; aumentando a demanda de defesa social e dificultando respostas rápidas nas diferentes partes do Estado.

5.3 Doutrina de intervenção rural

Para este tipo de intervenção rural, as doutrinas são escassas para o trabalho policial de interesse estratégico. Isso se deve a fatores como: o aumento da demanda por eventos de defesa social nas áreas urbanas, que força a especialização maior nesta, e ao passado histórico da formação dos grupos de operações especiais, com treinamentos contra as guerrilhas com táticas, técnicas e estruturas de empregos baseadas nos manuais das forças armadas, apenas como forças de ações diretas.

Os tipos de doutrinas necessárias para uma tropa policial especial são indefinidas, dificultando o trabalho junto à sociedade, que recepciona os atores da assimetria que têm conhecimentos, tecnologia e equipamentos típicos das tropas militares.

Ações com modelos típicos das táticas e estratégias militares estão presentes na sociedade, que os utiliza nas associações criminosas, e estão permeados desses procedimentos como alerta Amorim (2010, p. 471-478):

A luta latino-americana revelou uma legião de jovens que se envolveu no enfrentamento com as ditaduras do continente.

[...] Vinte e poucos anos após os enfrentamentos, na maioria dos países que viveu a experiência da luta armada revolucionária, os governos atuais são representantes diretos daqueles movimentos. E chegaram ao poder pelo voto direto.

[...] Muitos daqueles jovens combatentes da liberdade, no entanto, tiveram destino menos afortunado, deixaram de ser beneficiados pelas anistias. Haviam cometido os chamados “crimes de sangue”, como seqüestros que resultaram em assassinatos. Sem poder voltar para casa, muitos terminaram se alistando na luta armada colombiana e peruana, as únicas que prosseguiram após o período de reconstrução democrática no continente.

[...] Outros, porém, se reorganizaram em pequenos grupos e continuaram a fazer o que melhor sabem fazer: viver pelas armas. [...] Optaram por entrar para o crime, formando quadrilhas revestidas de conteúdo político e ideológico. [...] explorando contatos cultivados no movimento revolucionário, dedicaram-se a grandes roubos de valores e aos seqüestros de empresários. Foram – e ainda são – especialmente atuantes na Argentina e no Brasil.

O operador especial vive então um descompasso entre os novos desafios e roupagens das demandas globalizadas que atingem o meio rural e a ausência de doutrinas de emprego atualizadas. Muitos grupos tentam fazer analogias às intervenções urbanas, com ensinamentos para atuação em intervenções de primeira e, na melhor das hipóteses,

de terceira geração, e muitas das vezes restringindo a utilização abrangente da atividade específica.

Reforçando a situação exposta, existe o fato de que as atuações em áreas rurais apresentam fatores intervenientes e condicionantes, do bioma não-urbano que necessitam de inserção diferenciada, pois impactam no resultado aceitável do trabalho policial.

5.4 Interferências do bioma mineiro

No estudo do impacto do ambiente rural nas atividades policiais militares, retomam-se as dificuldades históricas dos Pedestres no cumprimento de suas obrigações, assim como a necessidade de atenção diferenciada na formação física destes operadores, como pode se observar nos adjetivos que cercam o território rural mineiro. Diante disso, existem fatores que necessitam ser apreciados na intervenção policial.

a) Fatores Condicionantes

O Estado de Minas Gerais apresenta vários biomas e diversos tipos de topografias, assim como vasta hidrografia. Isso permite a existência de uma fauna e flora diversificadas que podem interferir na intervenção policial.

- vegetação

Os variados tipos vegetais podem apresentar extremidades pontiagudas, espinhos e outros materiais que podem ferir a pele e, dependendo do material causar enfermidades complicadoras.

- topografia

Conjugada a vegetação, as altitudes e depressões também interferem nas cores das vegetações e o tipo do solo. Pode ser um solo mais arenoso de cor mais amarelado, ou rochoso, com tons escuros e, dependendo da região, mais acinzentada.

Maior altitude, assim como terrenos irregulares, tem como consequência maior dificuldade de progressão, maior esforço físico, que gera maior sudorese, que aliada a uma temperatura mais baixa, pode influenciar na saúde ou na capacidade tática de permanência no local.

- clima e temperatura

A chuva, a estiagem, o vento, o sol, influenciam nas cores, tonalidades do ambiente rural, mas também no sistema biológico humano. Altas temperaturas, aliadas à uniforme inapropriado tendem a prejudicar a saúde. O clima seco e quente pode afetar o ser humano biologicamente potencializando à insolação e desidratação; fato que se agrava se o uniforme favorece a absorção de calor e o material é mais pesado.

O uniforme molhado que não tem capacidade de secagem rápida aumenta o peso e diminui a produtividade, debilitando a saúde. O frio pode, de forma contrária, trazer prejuízos. As extremidades como a cabeça são partes do corpo humano que mais perdem calor.

Numa situação operacional, quando o operador está com o peso adicional junto ao corpo, com armamento e equipamentos, e realizando atividades físicas, estes fenômenos biológicos tendem a se mostrar com maior rapidez. Isso significa o sucesso ou fracasso da intervenção policial.

- hidrografia

O Estado tem um rico berço hidrográfico, que vão desde pequenos cursos de águas, até grandes represamentos, tendo, nos últimos anos, um acréscimo nas construções de barragens e usinas hidrelétricas. Como conseqüências diretas, há instalações de habitações humanas nas imediações dessas, aumentando as demandas para a defesa social, sejam criminais, conflitos agrários ou de defesa civil.

Numa intervenção nesse ambiente, a necessidade de capacidades de natação e atuação aquática é preponderante, pois as ações de acompanhamento de fugitivos ou de locais de homizio vão depender da habilidade de interagir com o meio líquido, permanecendo, neste, por períodos mais prolongados.

- fauna

Pela diversidade de biomas, o Estado de Minas Gerais apresenta uma grande variedade de fauna, desde pequenos insetos e parasitas, até representantes dos maiores animais presentes no Brasil (como onça, jacaré, anta, sucuri, queixada, dentre outros).

Dependendo da estação do ano ou local, insetos podem grudar nos uniformes, sendo muitos deles prejudiciais a saúde, como carrapatos, formigas, aranhas e escorpiões, causando males que não têm cura. Da mesma forma alguns tipos de animais podem

transmitir doenças que são mortais, como evidenciados no relatório de atividades do COMAF, no Parque Estadual do Rio Doce:

Durante as atividades práticas no interior da mata, alguns militares, foram atacados por vespas e marimbondos chumbinho. A situação foi controlada com o atendimento dos militares pelo prontoso-corrista da patrulha, fazendo a limpeza no local das ferroadas e uso de anti-estamínico [...] apresentavam reação alérgica, sendo que, o sargento com maior intensidade, apresentando grande inchaço na face.
(MINAS GERAIS, 2009b, p. 60)

Em determinadas áreas rurais, há maiores concentrações de animais peçonhentos, cujos venenos podem causar morte, como no caso das serpentes, escorpiões ou lacraias. Esses animais têm características de atacarem áreas corporais desprotegidas ou protegidas inadequadamente.

- sons e ruídos

Na área rural, os sons propagam mais facilmente, sendo ouvidos a distâncias maiores. O fato de não haver variações de sons, timbres, volumes e gravidades, como ocorre nas áreas urbanas, são mais facilmente destacáveis na área rural:

Os ruídos na zona rural são mais facilmente percebidos e propagam com menor dificuldade que em áreas urbanas [...] Em média, o som propaga pelo ar a 331 m/s, na temperatura a zero grau. A cada aumento de grau, corresponde a 0,63 m/s.
(GOMES, 2003, p. 23)

Com a afirmação acima e levando em consideração as características rurais da topografia, os sons e ruídos são mais facilmente ouvidos nas partes mais elevadas, demandando especial atenção a estes locais para observação e visão do terreno.

b) Fatores Determinantes e Componentes

Os infratores, estando mais globalizados, possuem todo um sistema estruturado para ações criminosas, em que percebem as vantagens de utilizar o bioma rural como fonte de homizão e fuga: conforme relata o Estudo de Caso da 10ª Região da Polícia Militar (RPM):

Verificamos que os assaltos estão ocorrendo cada vez mais com violência contra as forças policiais e com uso de armamento sofisticado por parte dos marginais. Podemos concluir que os marginais estão equipados, às vezes, até melhor que as forças de combate ao crime organizado. Observa-se que os marginais ficam nas cidades alvos dos assaltos por um período necessário para realizarem levantamentos sobre a rotina dos funcionários, gerentes, polícia, funcionamento do banco, dentre outros. Pesquisam sobre as rotas de fuga, estradas vicinais, rodovias e acessos que facilitam a fuga, conseqüentemente de difícil acesso por parte da

polícia, principalmente por causa da distância quando da solicitação de reforço.

Os marginais agem geralmente com coletes balísticos, vestidos com roupas camufladas, camisas de mangas longas, calças e calçados apropriados para andarem em mata, todos encapuzados, o que dificulta em muito o reconhecimento, mesmo que sejam filmados pelas câmaras internas, que geralmente são destruídas ou roubadas.

O armamento utilizado é de grande poder de fogo, sendo constatado o uso de pistola, fuzis, submetralhadoras, espingarda calibre 12, dentre outros, além de farta munição.

Geralmente os assaltantes agem em número de 04 (quatro) a 08 (oito) homens que fazem a linha de frente, ou seja, participam diretamente do roubo. Ficou constatado, em todas as quadrilhas identificadas, que sempre tem a participação de mulheres, seja para o resgate dos marginais e/ou para auxiliar no transporte de numerário e armamento.

Logo após a maioria dos assaltos, os meliantes ficam homiziados em matagais, ficando por um período de 03 a 05 dias, esperando que o cerco policial seja desativado. Daí, tomam veículos de assalto e segue seu trajeto para a fuga, levando o material roubado.

(MINAS GERAIS, 2007, p. 5)

Com essas informações do Estudo de Caso envolvendo a 10ª RPM, pode-se inferir alguns fatores que interferem na resolução policial.

- efeito psicológico

O homem é um ser social. O ambiente rural, muitas das vezes quebra essa condição interativa do ser humano. A sensação emocional de solidão é fortificada pela rusticidade que enfrenta no campo, em contradição com as comodidades que a vida moderna, no meio urbano, oferece.

As intempéries ambientais, aliadas ao sentimento de solidão aumentam a sensação de insegurança. A probabilidade de situações de tensão ou ameaças à vida biológica do homem, sem ter os apoios ou coberturas rápidas para minimizar as conseqüências, causam perturbações emocionais. Esse estado mental quando prolongado no tempo, pode levar os menos ambientados a situações de pânico, nos conflitos complexos:

Quando o perigo se mantém por um período de tempo prolongado, ou o policial enfrenta um perigo para o qual ele não está preparado, o organismo entra num processo de sobrecarga. O policial ainda consegue dar respostas compatíveis e funcionar com certa adequação. Caso isso se mantenha, ele começará a apresentar reações inadequadas ao estímulo enfrentado. Poderão acontecer inclusive, falhas na percepção da situação em que ele se encontra. Isto caracteriza o *Estado de Pânico*.

(MINAS GERAIS, 2002, p. 11)

A preparação psicológica é um fator importante no trabalho rural, e todos os demais fatores condicionantes e intervenientes, contribuem para o estado mental debilitante, como é o caso do terreno, que se vê a seguir.

- conhecimento do terreno

No meio rural não há como se ter referências facilmente definidas como na área urbana. A designação de um ponto a determinada distância, pode não ser localizado, quando se caminha em sua direção, e sofre influências do meio ambiente, como matas fechadas, depressões e elevações, gerando a perda do sentido de orientação ou direção.

Essa dificuldade se acentua drasticamente no período noturno, onde fica quase impossível aos menos ambientados se orientarem. A situação é agravada pela dificuldade de deslocamentos, pelas irregularidades dos terrenos e variados tipos de elevações e depressões, que aumentam o esforço físico e o desgaste mental, conforme é explicado no efeito físico.

- efeito físico

Nas situações de repressão qualificada ou ações indiretas, em que pese os grandes deslocamentos serem realizados por meios motorizados, o processo mais utilizado é o a pé, pela necessidade de contato com o terreno, para realização de tarefas, como: capturas em matas, resgates em locais de difíceis acessos e acompanhamentos e observações a longas distâncias, ou de pontos de comandamento do terreno.

Essas atividades desgastam fisicamente, já que o contato com o meio ambiente rural exige maior capacitação física. O desgaste físico é aumentando pela necessidade de maior atrelamento de aprestos logísticos no equipamento do operador policial, como se vê na necessidade logística.

- logística

Diferente da área urbana, em que há condições de satisfação das necessidades humanas básicas e existe relativa higiene sanitária a disposição, no meio rural não há possibilidade de se dirigir a um restaurante para alimentar ou tomar uma água tratada.

Considerando que essas são necessidades primárias do homem, pois dela dependem a segurança, nas ações no campo, o policial tem que levar materiais que possam satisfazer tais necessidades; aumentando, assim, o peso individual do operador especial.

O peso a ser carregado depende dos tipos de equipamentos de uso individual e coletivo. A falta de recursos rápidos para apoio em serviços e a tipicidade do ambiente em que se vai atuar apresentam necessidades de mais aprestos, que são transportados individualmente, para que possam dar um mínimo de segurança nas tarefas

desempenhadas. A logística está intimamente ligada ao tipo de tarefa, tempo de permanência no campo e grau de periculosidade do evento.

- contatos hostis

As grandes deficiências das intervenções rurais são as distâncias dos pontos de apoios e coberturas, que estão normalmente postados nas áreas urbanas.

Essa distância reflete no tempo de respostas a pedidos de coberturas em situações hostis e emergentes. Tal situação é agravada por haver, no Estado de Minas Gerais, muitos locais rurais onde as tecnologias de comunicações ainda são deficientes.

Para fazer frente às mais variadas situações policiais que possam advir no trabalho policial no meio rural, o operador tem que estar provido de armamentos e equipamentos para uso diferenciado da força, do menos letal ao de potencialidade letal e com maior capacidade, além de apresto para assistência básica dos suportes de vida para o caso de lesões corporais.

Aliado a esses aprestos logísticos, há necessidade de uma capacitação mais aprimorada, nos trabalhos de persuasão, dissuasão, uso diferenciado da força e primeiros socorros, para os operadores que intervêm nesse tipo de ambiente.

O operador especial deverá contar apenas com sua capacitação profissional, conjugado ao equipamento adequado, para dar uma solução aceitável e legítima para a defesa social.

A detecção da origem das ameaças ou agressões por armas de ruídos sofrem influências do ambiente rural, pois, diferente do meio urbano, os terrenos são de dimensões consideráveis e o efeito do ar e o bioma dificultam a identificação de onde surgem as agressões, como no caso da agressão com armas de fogo.

Disso, decorrem que os enfrentamentos na área urbana, são a curta distância, conforme afirma Rosa (2010, p. 84) “sendo mais comum isso ocorrer a distâncias de até 15 (quinze) metros do agressor.” Na área rural, é a distância média de 30 metros para alguns contatos hostis, aumentando de acordo com o terreno.

Sendo os enfrentamentos nos locais abertos e de visibilidade em grandes distâncias, há necessidade de melhor dissimulação no ambiente para melhorar a segurança do operador e dos envolvidos. Isso é evidenciado por Grecco (2009, p. 155):

Não somente o armamento utilizado deve ser o melhor possível, como também, devido a natureza dos lugares onde são feitas a maioria das incursões, suas roupas devem ser adequadas aos terrenos, de modo que o

policial fique o menos visível possível, principalmente nas áreas de confronto.

[...] Por isso, podemos afirmar não somente pela possibilidade, mas pela necessidade de camuflagem por parte dos policiais integrantes das equipes de operações especiais, que produz o chamado efeito “camaleão”, devido ao fato de se misturarem ao terreno, ficando quase imperceptíveis.

[...] Merece ser frisado, por oportuno, que a camuflagem deve ser utilizada para que a vida e a integridade física do policial sejam protegidas durante os confrontos travados com criminosos.

Nota-se que os aprestos utilizados para intervenções de cunhos reativos na zona rural, devem ter estreita relação com o ambiente, para melhor proteção, adaptação e produtividade policial, neste terreno não-urbano

- tempo de intervenção

Ocorrências complexas, na área rural, tendem a ter um tempo de operações mais delongadas. Normalmente, em eventos críticos, demandam uma estrutura de intervenção e de resolução da crise com análise mais acurada, do que pressupõe uma maior demora no retorno de ações aceitáveis e efetivas; conforme Gomes (2010, p. 118) relata que “o tempo de duração de ocorrência é de um dia para mais. Em situações mais complexas, começa a ter um resultado, em média a partir do terceiro dia.”

Esse tempo de permanência produtiva, no ambiente rural, tem vínculo direto com os fatores psicológicos, físicos, logísticos, que integram o operador rural, podendo redundar em decisões e intervenções precipitadas. Tende a aumentar o tempo de controle do ambiente devido à dimensão da área de intervenção.

- dimensão da área de intervenção

Normalmente em ocorrências complexas na área rural, há presença de mais atores diretamente envolvidos no evento, assim como a área para homizio destes é maior do que na área urbana, pela variedade de estradas vicinais e locais para homizios.

Nessas intervenções reativas, os cercos e bloqueios policiais são efetivados de forma a ocupar grandes extensões ao redor do local crítico. Ao mesmo tempo, os vasculhamentos e varreduras são realizados em grandes áreas.

Essas caracterizações são sintetizadas no Quadro 4, que apresenta as principais diferenças do ambiente urbano com a área rural, assim como impacto nos fatores intervenientes:

Quadro 4: Impacto dos ambientes urbanos e rurais nos fatores intervenientes

Interveniências	Urbano	Rural
Efeito Psicológico	<ul style="list-style-type: none"> • Reforço da interação social • Sensação de segurança e apoio 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência da interação social • Sensação de abandono ou apoio
Conhecimento do terreno	Pontos de referência definidos e reconhecíveis	Pontos de referências relativos e não reconhecíveis
Efeito Físico	Deslocamentos a pé curtos	Deslocamentos a pé longos
Logística	Material mínimo para atuação	Materiais para intervenção em maior quantidade e aprestos para alimentação e descanso
Contatos Hostis	Curta distância	Média e longa distância
Tempo de Intervenção	Em média, menos de um dia	Em média, mais de um dia
Dimensão da área de interven	Áreas pequenas, como casa ou quarteirões	Grandes áreas, em milhares de quilômetros quadrados

Fonte: Adaptado de: GOMES, Cleiton Ricardo Soares Gomes. **Procedimentos policiais em áreas rurais**. Uberlândia: Composer, 2003.

5.5 Demandas de intervenções rurais

As atividades policiais especiais em áreas rurais, em que pese à explosiva urbanização demográfica, ainda são necessárias e crescentes.

Nesse sentido, verifica-se, no Estado de Minas Gerais, que por sua extensão territorial e realidades diversificadas, há características que as diferenciam dos grandes centros urbanos.

As ocorrências em matagais, matas e áreas rurais mais próximas dos grandes centros urbanos, tendem a ser em maior número. No entanto, seu impacto e interesse são mais no nível de execução operacional, com métodos táticos de empregos reativos. O resultado da intervenção não reflete na imagem institucional e nem na sensibilidade política.

Por serem em locais próximos ao meio urbano, tem o maior apoio de policiais e meios, sendo suas áreas menores a serem vasculhadas. Logo o tempo de empenho e resultados são menores.

À medida que se vai para o interior, as áreas de matagais e matas aumentam, sendo suas ocorrências menos incidentes, mas com maior impacto na visibilidade institucional e sensibilidade política.

As ações assimétricas, no interior do Estado mineiro, são mais orquestradas, por associações de maior número de integrantes, com mais organização e grande comoção social. Afeta toda uma região e não somente o local do evento.

As intervenções policiais também preservam as características da reatividade, mas seus resultados interessam o nível estratégico. Demandam intervenções que vão além da presença de técnicas e táticas no uso da força, mas de um trabalho coordenado e cirúrgico, que normalmente demora mais tempo.

Várias são as necessidades de intervenção estratégica e não há um trabalho de pesquisa documental sobre os eventos críticos rurais. Existem exposições verbais de diversas atividades no Estado Mineiro, mas não existe um sistema de arquivos deste tipo de atuação.

A unidade policial de patrulhamento aéreo da PMMG apresenta as mesmas características principais das operações especiais, que é fazer o recobrimento e ser instrumento de emprego estratégico além de outras atividades similares a do GATE.

Nesse sentido, os dados de empenho da unidade, no apoio à captura de suspeitos em matagais e matas, mostram que, no ano de 2010, foram 93 empenhos, aumentando o nível de interesse e impacto político vai aumentando da unidade de execução operacional regular, na capital, para a importância estratégica no interior mineiro. Desses empenhos, em 34 intervenções, as tropas policiais terrestres tiveram sucesso na captura de suspeitos, tendo uma porcentagem de êxito de 36,56%. Nos eventos envolvendo questões agrárias, houve 15 participações.

5.6 Normatização institucional

A instituição policial militar mineira, para o alcance dos objetivos institucionais, utiliza o modelo de esforços operacionais, baseado no conceito de malha protetora, conforme definido na DGEOp:

O conceito de malha protetora, instituído na PMMG na década de 1980, ainda é bastante atual e aplicável, sendo baseado na ocupação de espaços vazios para prevenção ao delito. Consiste na definição de esforços de policiamento de forma escalonada e sucessiva, a partir da célula básica do policiamento preventivo, como 1º esforço, obedecendo ao princípio da responsabilidade territorial, até a utilização de unidades e esforços em recobrimento, para fazer em face de eventuais situações de crise ou elevação demasiada da criminalidade em determinados locais. (MINAS GERAIS, 2010b, p. 66)

Dentro dessa estrutura protetora, as equipes de operações especiais ocupam o papel de recobrimento nas situações de crise e de reação estratégica. Este termo delineando o papel reativo restringe a atuação em todas as abrangências das operações policiais especiais.

O GATE está no patamar de último recurso perene da Instituição, como um terceiro esforço de recobrimento, sendo penúltimo em situações de grande necessidade estratégica, quando há a criação de uma estrutura temporária denominada Força-Tarefa.

Como membro do 3º nível de recobrimento, está subordinado ao Comando de Policiamento Especializado (CPE), que de acordo com a DGEOp, é responsável:

[...] pela coordenação, controle e emprego das UEOp de recobrimento especial em todo o Estado de Minas Gerais, bem como pela seleção de militares que servirão no Grupamento de Ações Táticas Especiais (GATE) com base no perfil necessário para o profissional da área; acompanhamento e treinamentos específicos em operações especiais, negociação, gerenciamento de crise, [...] Ao CPE estão diretamente subordinadas as seguintes Unidades de Execução Operacional:

[...]

e) Grupamento de Ações Táticas Especiais (GATE)

(MINAS GERAIS, 2010, p. 70)

Em sendo o GATE parte de um comando especializado, participa como força de reação do Comando Geral (CG) da PMMG, para, em casos de necessidades de cunhos estratégicos, que requeiram prontas respostas aos anseios requeridos nas técnicas especiais em todo o território mineiro.

As missões do GATE estão delimitadas em situações de recobrimento das capacidades ordinárias e pela presença do caráter repressivo. Na delimitação das ações em áreas rurais, a DGEOp relata apenas uma situação, em contradição com outras atividades que a equipe pode executar no grupamento:

O GATE atua em operações específicas que extrapolem a capacidade de atendimento rotineiro do policiamento ordinário, em apoio às UEOp. Também poderá atuar nas ações/operações de caráter repressivo, em todo o Estado de Minas Gerais, após terem sido esgotados todos os meios disponíveis para a solução do fato delituoso ou na Gestão de Eventos de Defesa Social de Alto Risco, tais como:

- [...]

- localização e prisão de cidadãos-infratores que se encontrem em locais de difícil acesso tais como matas e florestas;

...O GATE é composto por cinco equipes comandadas por Oficiais:

- Time de Gerenciamento de Crises (TGC)
- Equipe de Sniper
- Esquadrão Antibombas
- Time de Invasões Táticas
- Comando de Operações em Mananciais e Áreas de Florestas (COMAF)

(MINAS GERAIS, 2010, p. 73)

O Plano de Emprego Operacional (PIEmOp) do GATE, ao explicitar as funções típicas, elenca, além dos atos mencionados, a atividade contra-terrorista e o salvamento de cidadãos em matas:

Atuar em Operações policiais especiais de caráter repressivo, em todo o estado de Minas Gerais em ocorrências de alta complexidade, típicas da unidade. Dessa forma, atuará em:

[...]

2.1.1.8 Busca de infratores, captura de infratores e salvamento de cidadãos em áreas de matas e florestas.

2.1.1.9 As operações de contra-terrorismo.

[...]

3.1.1.5 COMAF: é a equipe do GATE destinada a ocorrências de alta complexidade em áreas de mananciais, matas e florestas.

3.1.1.5.1 Cabe ao COMAF capturas de fugitivos em áreas rurais; resgate, busca e salvamento de pessoas perdidas e/ou feridas em matas; localização de plantações e laboratórios de refino de drogas, combate sistemático à caça clandestina de animais da fauna silvestre e preservação do meio ambiente, retomada de local de homizio, varredura em locais que antecede atuação de tropas, preparo do terreno em situações especiais, invasões de terra em área de mata, infiltração, identificação, prisão e exfiltração de lideranças de movimentos, apoio a órgãos de proteção do meio ambiente, acidentes de massas e calamidades públicas.

(MINAS GERAIS, 2010d, p. 8)

Na eleição das atribuições do COMAF, pelo PIEmOp do GATE, percebem-se ações de interesses táticos e estratégicos; mas não especifica como se darão tais empregos, do que se nota um pensamento voltado prioritariamente para as ações diretas.

Na diretriz que trata de reintegração de posse, nas intervenções rurais, atribui mais claramente ao GATE, a função de executar processos indiretos, ao citar:

Notadamente, ações de guerrilha rural e urbanas podem ser adotadas pelos ocupantes, como o arremesso de coquetel *Molotov* e construção de obstáculos contra pessoa e/ou viaturas com a utilização de estacas estilo *Panji*, visando claramente causar baixas na tropa policial. Neste mister, não obstante o engajamento das tropas de reação do Comando Geral, o Grupamento de Ações Táticas Especiais - GATE deverá manter equipe especializada e treinada para fazer frente a essas situações inusitadas, operando:

- a) na identificação e tomada dos postos de observação, sensíveis e vulneráveis;
- b) na identificação e inutilização dos pontos de suprimento do movimento;
- c) na identificação e dissimulação de armadilhas anti-pessoal e/ou anti-viatura;
- d) infiltração e reconhecimento do imóvel;
- e) captura e exfiltração da liderança, entre outras.

(MINAS GERAIS, 2010d, p. 18)

Esses tipos de trabalhos precursores vão ao encontro dos pensamentos que permeiam a legitimação do uso da força policial ao executar missões de desestabilização e diminuição dos riscos de maiores danos à vida quando na precursão de equipes de intervenção principal. Essas atividades são melhor aproveitadas se realizadas com antecipação ao dia do emprego da força de reintegração de posse.

No caso dos Grupamentos de Gerenciamento de Crises (GGC), embora não seja alvo primário deste trabalho científico, ganham importância, na medida em que são fontes avançadas de tropas de Operações Policiais Especiais no interior do Estado mineiro. Estão inseridos dentro da estrutura funcional das Companhias de Missões Especiais (Cias MEsp) seguindo os mesmos ditames relacionados ao GATE, sendo diferenciados pela subordinação e restrição aos comandos das Regiões da Polícia Militar (RPM).

Nos Grupos de Gerenciamento de Crises, embora sendo a representação celular das atividades das Operações Especiais nas RPM, não há previsão de nenhum núcleo do COMAF, na estrutura apresentada pela DGEOp:

A Cia MEsp será diretamente subordinada à RPM e terá sua atuação direcionada para toda a Região, constituindo-se em força de manobra do Comandante Regional, possuindo a seguinte estrutura básica:

-[...]

- 01 (um) Grupo de Gerenciamento de Crises, composto por 01 (um) Oficial Negociador, 01 (um) Sniper e 08 (oito) militares integrantes do Time de Invasões Táticas.

Tais grupamentos somente serão ativados após treinamentos técnico e tático específico devidamente reconhecido pela Instituição, ocasião em que poderão utilizar os armamentos, equipamentos e demais apetrechos, bem como vestir os fardamentos previstos no RUIPM para a atividade.

A qualificação dos Grupos de Gerenciamento de Crises subordinados às Companhias Missões Especiais possuirão vinculação técnica ao CPE, para fins de padronização da doutrina de emprego.

(MINAS GERAIS, 2010b, p. 64)

A restrição de núcleos representativos apresentados na DGEOp, sobre as células do GGC, trouxe uma dificuldade de alinhamento de doutrinas, do que Macedo (2010, p. 65) expõe:

[...] ao analisar as alternativas táticas a serem utilizadas quando da eclosão de um incidente crítico e ante as respostas obtidas por meio de entrevistas, ficou evidenciado que a estrutura, anteriormente, citada não é suficiente para o processo de Gestão de Eventos de Defesa Social de Alto Risco, mantendo o padrão de atendimento compatível com o do GATE, o que poderia colocar em comprometer a filosofia de gestão de Incidentes Críticos adotados pela PMMG.

Afere-se que, apesar das demandas nas intervenções rurais de caráter tático ou estratégico se dão com maior ênfase no interior do Estado, não foi contemplado nenhum núcleo representativo dessa especificidade.

Interessante ressaltar que, segundo a norma, a qualificação e vinculação técnica são ao CPE. É um fator positivo quanto ao treinamento e nivelamento de conhecimentos, mas a vinculação doutrinária e logística é necessária à capacitação funcional dos grupos.

Em consonância a essa necessidade de atuação dos GGC, de atuar em ocorrências complexas, demanda preparações mais intensas, que Almeida (2006, p.75), ressalta:

Os Grupamentos de Missões Especiais (GME) foram desenvolvidos, prioritariamente, para o atendimento das ocorrências de alta complexidade, sendo esta a sua principal demanda, e, condição fundamental para sua existência. Portanto, não é plausível a criação de Grupamentos para satisfazer a vaidade de comandantes ou como jogada de marketing para chamar a atenção da comunidade. Há de se haver uma real expectativa de demanda, comprovada cientificamente, caso contrário, o GME estará sujeito a todo tipo de ingerência ou desvios.

Pelos princípios que regem este segmento, caso o GME não esteja atendendo ocorrências típicas, ele deverá estar treinando ou dando treinamento, objetiva aprimorar os princípios da velocidade, surpresa e precisão, em especial, é fundamental que o Grupamento treine exaustivamente, considerando que o treinamento de outras frações é uma forma de auto-treinar, uma vez que os segmentos ordinários são fundamentais no gerenciamento das ocorrências de alta complexidade e atuam, na esfera de sua competência, conjuntamente com o GME. Portanto, se o Grupamento não estiver operando, deverá estar treinando ou dando treinamento, caso contrário, possivelmente, não estará em condições de atuar satisfatoriamente nas ocorrências típicas.

Nessa apresentação, Almeida (2006) ressalta a necessidade do emprego dessas equipes em atividades típicas, além de uma preparação maior, pois testifica que seu empenho se dá em situações de sensibilidade política e institucional.

A capacidade de responder adequadamente ao interesse estratégico, estudada nas análises da seção 7, sendo precedida pela explicitação da metodologia utilizada, que será apresentada na seção 6.

6 METODOLOGIA

Esta seção demonstra o desenvolvimento e implementação da pesquisa, explicando os processos utilizados para esclarecer a hipótese proposta para o atingimento dos objetivos do estudo.

Nesse sentido, o problema é evidenciado na pergunta: o Comando de Operações em Mananciais e Áreas de Florestas (COMAF) está apto para ser empregado como instrumento estratégico-operacional nas intervenções não-urbanas?

Para responder a esta pergunta de pesquisa tem-se a hipótese básica de que a doutrina de emprego do COMAF está restringindo o potencial de utilização como instrumento estratégico-operacional nas intervenções não-urbanas.

Utiliza-se a hipótese básica de que a doutrina de emprego do COMAF é variável independente e a contribuição para o emprego como instrumento estratégico-operacional em intervenções não-urbanas, é usada como a variável dependente.

Estabeleceram-se indicadores, através da observação do Comando de Operações em Mananciais e Áreas de Florestas nas intervenções não urbanas de interesse estratégico, que alinhasse as respostas aos objetivos específicos:

- a) Indicadores de capacidades técnicas e de trabalho integrado, como interesse institucional de especialização e interação entre os operadores da defesa social;
- b) Indicadores de embasamentos doutrinários e alinhamento estratégico, como interesse estratégico em doutrinas voltadas para legitimidade e adaptação das estratégias às realidades sociais;
- c) Indicadores sobre inteligência cultural e os desafios assimétricos como interesse estratégico de legitimação das intervenções policiais adaptadas às realidades sociais e ações proativas.

Baseado nos propósitos deste projeto, em que se deseja verificar a percepção de atuação da equipe e reunir novos conhecimentos sobre o tema deste estudo, a pesquisa é descritiva, com base teórica específica, com finalidade de analisar a empregabilidade das equipes de operações especiais rurais, nas atividades complexas não-urbanas, dentro do contexto estratégico-operacional. Para este fim, foram realizadas pesquisas de campo, com aplicação de questionários e entrevistas.

A pesquisa foi de natureza quantitativa e qualitativa, com avaliações de questionário versando sobre conhecimentos doutrinários, capacidades técnicas e táticas

específicas e produtividade das equipes. Nas entrevistas foram verificados a percepção e anseios dos potenciais usuários do COMAF como instrumento de interesse estratégico

Foi desenvolvida a pesquisa utilizando as técnicas de documentação indireta e direta, como estudos bibliográficos e documentais.

A pesquisa bibliográfica (fontes secundárias) foi feita através de obras teóricas contemporâneas específicas, baseadas nas teorias das Operações Especiais, com ênfase em autores tais como Proença Júnior (2008), McRaven (1996), Visacro (2009), Dunningan (2008), Denécé (2009), assim como monografias e artigos científicos.

A pesquisa documental (fontes primárias) foi realizada através de documentos doutrinários institucionais como: diretrizes, instruções, normas, textos e memorandos.

Essas duas pesquisas serviram para relacionar as teorias existentes com o praticado institucionalmente.

Foi utilizada a técnica de documentação direta extensiva, aplicando questionários aos integrantes da equipe de operações especiais do GATE, que têm a função de atuar nas intervenções policiais não-urbanas.

Em consideração ao objetivo geral, que foi o de verificar a intervenção de caráter estratégico-operacional, com relação à doutrina de emprego existentes para os grupos de operações especiais e a demanda estratégica, delimitou-se o universo de pesquisa aos integrantes do GATE, responsáveis pelas respostas típicas no ambiente não-urbano, de operações policiais especiais no Estado de Minas Gerais. O COMAF é a equipe formal do GATE e força de reação do Comando Geral, para as intervenções rurais.

Foram feitas pesquisas exploratórias verificando os fatores que mais se destacavam nas intervenções rurais, seja nos níveis estratégicos, táticos ou de execução. Dessa forma foi elaborado e aplicado um questionário pré-teste, antes da implementação nos grupos selecionados, sendo o modelo inserto no apêndice deste trabalho.

Este pré-teste foi realizado nos integrantes do Grupo de Gerenciamento de Crises da 2ª Cia MEsp, que realiza trabalho análogo ao COMAF no Triângulo Mineiro, sendo a primeira tropa de missões especiais criada de forma descentralizada no interior e precursora das atividades rurais contemporâneas.

Na aplicação dos questionários, optou-se pela presença do pesquisador para melhor acompanhamento dos trabalhos, além de entrevistas informais e percepção de conhecimentos das áreas de intervenção dos operadores e suas realidades.

A delimitação do universo de pesquisa foi do tipo censitário, para os questionários, pois foi realizado com toda a população de policiais integrantes do Comando de Operações

em Mananciais e Áreas de Floresta (COMAF) sediada na cidade de Belo Horizonte, num total de 21 (vinte e um) operadores.

A aplicação do questionário para o COMAF tencionou alcançar os objetivos específicos de analisar as bases doutrinárias nas intervenções não-urbanas; avaliar a capacidade funcional para as intervenções rurais e conhecer o potencial estratégico-operacional da equipe. (Apêndice A)

Também foi aplicada a técnica de documentação direta intensiva, através de entrevista aos gestores de nível estratégico-operacional, que potencialmente, podem utilizar dos serviços das equipes de operações policiais especiais. Para tanto, foram ouvidos:

a) Um comandante regional, como representante dos níveis de comando intermediário nas regiões policiais militares (RPM);

b) O diretor da Diretoria de Meio Ambiente e Trânsito (DMAT), por ser representante da atividade regular que atua rotineiramente no ambiente não-urbano e pela crescente importância do meio ambiente nos impactos e decisões ambientais;

c) Comandante do Comando de Policiamento Especializado (CPE), que coordena o GATE, do qual pertence o COMAF.

O roteiro de perguntas foi estruturada, com questionamentos voltados para os usuários diretos destes grupos, nas intervenções de caráter ou interesse estratégico-operacionais. Levando em consideração que, neste tipo de empenho, os interessados diretos são os comandos dos níveis táticos e estratégicos, impõe-se a necessidade de saber suas percepções quanto à atividade policial rural e o que se espera de um grupo, neste tipo de trabalho. (Apêndice b)

Na seção 7, é realizada a análise e verificação dos dados retirados das pesquisas de campo, os quais possibilitaram tratar sobre a capacidade de emprego dos grupos de operações policiais especiais rurais, assim como suas congruências com o pensamento estratégico.

7 ANÁLISE DO COMANDO DE OPERAÇÕES EM MANANCIAIS E ÁREAS DE FLORESTAS COMO INTERVENTOR DE INTERESSE ESTRATÉGICO

7.1 Nível estratégico-operacional

No trabalho de análise, levou-se em consideração qual o público relevante de usuários da equipe, sendo assim, avaliado nas entrevistas, a percepção dos níveis estratégicos-operacionais da corporação.

O roteiro de pergunta foi formulado com vistas à percepção estratégica sobre a visão de futuro para os empenhos não-urbanos, o poder de ampliação de atividades dos operadores especiais, a legitimidade do poder institucional frente às crises e a integração entre os defensores da vida e da lei.

As respostas obtidas nas entrevistas serviram de suporte para comparação do alinhamento do nível estratégico-operacional com a percepção dos militares questionados, que atuam como instrumentos desses usuários diretos.

- a) Visão prospectiva do emprego das Operações Policiais Especiais nas intervenções de interesse estratégicos nas áreas rurais para o futuro

Observa-se que há uma tendência de mudanças nas demandas rurais, com maior intensidade em alguns temas específicos, assim como o desgaste de outros cenários ou tipos de eventos. Embora tendo esta visão em comum, cada entrevista focou na atividade que cada um representa na PMMG, no período da entrevista.

O diretor da DMAT apresenta possibilidades futuras ligadas a assimetria, como o terrorismo, em que devido às características geográficas e ambientais do Brasil e do Estado de Minas Gerais estão mais sujeitas a sabotagens e outros atos ilícitos, como a questão das usinas hidrelétricas e a distribuição de energia.

Apresenta ainda, uma preocupação com a rapidez na resposta e o preparo do operador policial especial adequado às realidades vindouras, assim como a necessidade de uma maior seleção humana e material. Na fala, o Diretor expressa:

Visualizo, enquanto Diretor de Meio Ambiente e Trânsito, que há pontos sensíveis no Brasil como um todo que são de extrema importância para a própria defesa do país. Neste aspecto, enquanto Força Especial, acredito que o profissional de segurança pública deve estar preparado para ações e operações táticas ligadas à tomada de pontos sensíveis; salvamento aquático e salvamento em altura; entre outros. Usinas hidrelétricas com grande volume de água capaz de alagar cidades inteiras; sabotagem de

redes de transmissão elétrica capaz de deixar cidades sem luz e à beira do caos com saques etc., são exemplos de possibilidade de emprego das Operações Especiais.

Julgo inadmissível uma Força Especial que não tenha deslocamento helitransportado e equipamento de pronta-resposta em tempo útil. Para isto, além das especificidades elencadas faz-se necessário conhecimento exaustivo de rapel; conhecimento de informática e utilização de tecnologia avançada e conhecimento geral de eletrônica e utilização de armamento com destreza e sofisticação (elite) além de conhecimento básico de artefatos explosivos.

Na verdade há uma gama enorme de aprendizado para o militar de força especial, o principal é a índole, caráter e auto-controle. Devem-se ter especialistas dentro do grupo.

Vejo nas áreas não-urbanas que há uma progressiva exploração de rios, lagos etc. com emprego de barcos sofisticados no caso de pesca exploratória e também o incremento de ocorrências de maior complexidade nas ocupações dos sem-terra, muito das vezes, termina em um processo de reintegração de posse. O emprego de operações especiais, neste caso, é seletivo e em último caso. Deve-se exaurir a negociação e o próprio uso da força.

Verifica-se o pensamento do diretor da DMAT alinhado com o pensamento doutrinário de operações especiais mais abrangentes. Ressalte-se que citou problemas que podem causar comoção social, como a simples falta de energia elétrica, passando pela maior incidência da questão ecológica nas decisões governamentais ou políticas de defesa.

Isso remete à afirmação de Pinheiro (2008), de que a degradação ambiental se torna cada vez mais um objeto de discussão política e instrumento de justificativa para intervenções globais.

O representante dos comandos com responsabilidades de região apresenta demanda mais voltada para ações de bandos criminosos que atuam no interior, atacando cidades e fugindo para áreas rurais. Salaria, também, sobre a degeneração da ideologia social na reivindicação de terras, além de demonstrar que os quadros de crimes tendem a piorar devidas as políticas de governo para presos, assim expressos:

Os conflitos agrários tendem a redução considerando que não há mais sem terra (pessoas ligadas a terra e que não a têm para trabalhar. Pois sobraram apenas baderneiros e aventureiros) e os grupos sociais de luta pela posse da terra estão desgastados politicamente perante a opinião pública e abastecidos de dinheiro pelo governo de esquerda. A ação de grupos armados em ocorrências atípicas, como assaltos a bancos e seqüestros tendem ao crescimento considerando a política do governo de soltar presos (penas inferiores a quatro anos). São ocorrências que iniciam na cidade e migram para a zona rural, após a fuga.

Nessa vertente, verifica-se que a preocupação é com o uso de uma reivindicação social para encobrir intenções obscuras pessoais, que margeiam a ilegalidade, conforme enfatiza Amorim (2010), ao tratar das atitudes das organizações assimétricas para legitimar suas ações perante a parcela social que está inserida.

O comandante do CPE segue a mesma vertente de pensamento estratégico, divergindo quanto à visão prospectiva de diminuição dos grupos. Enfoca a necessidade de um conhecimento mais abrangente dos policiais que atuam no policiamento ostensivo geral, além de salientar a necessidade de um conhecimento sobre inteligência cultural:

Existe a necessidade de grupos que dêem respostas necessárias a situações especiais e Minas Gerais e no Brasil. Minas Gerais tem situações específicas de intervenções especiais. [...] Os grupos de operações especiais tendem a ser menores. Com isto, o conhecimento básico de intervenção nas áreas rurais, todos os policiais e unidades devem ter; os cursos de formações devem possuir. Os primeiros a chegar ao local de ocorrência são as viaturas básicas. Cabem a elas as primeiras intervenções. Dependendo da capacidade, quando da chegada das tropas especiais, mais 90% pode ser resolvido com base nas primeiras intervenções. [...] Nós lidamos com seres humanos. O conhecimento da psicologia humana é de primordial necessidade de todos policiais militares saberem. Seu eu tenho conhecimento dos dados do sistema de inteligência, sobre a pessoa, a origem, qual a sua cultura, qual sua participação no contexto em que vive, ficará mais fácil a solução e legitimação da intervenção policial; se não conhecer vai ter dificuldade de intervir.

O pensamento explicitado pelo nível estratégico-operacional expressa a diversificação das atividades organizadas que muitas das vezes são de interesses criminosos, conforme expressou Lessa (2002), ao mostrar que nos conflitos, os atores não terão apenas interesses políticos, mas também financeiros.

A verificação das respostas também tem importância ao ressaltar a necessidade dos conhecimentos diferenciados para atuação rural, assim como a importância cada vez mais presente das informações sobre as realidades geográficas e sócio-culturais de cada região de atual.

Visacro (2009) apregoa que qualquer força que utilize somente da tática, não se valendo de medidas de legitimação e trabalhe desintegrado com outros órgãos estratégicos, conseguirá apenas fortalecer moralmente a parte adversa, sendo ratificado por Pinheiro (2008) que ressalta a importância de que os operadores especiais estejam preparados para demandas assimétricas.

b) Potencialização das equipes de operações policiais especiais rurais diante das demandas contemporâneas da defesa social

Enfoca a necessidade de maior aprimoramento para as ocorrências rurais, sendo unânime a crença de que uma tropa de emprego convencional não está preparada para cumprir missões específicas.

O representante dos comandos regionais, informa sua proposição para criação de um grupo especial para atuar especificamente no cerrado, no caso em sua região, por

estar sofrendo, constantemente, a violência de bandos armados. Ressalta também a necessidade não somente de treinamento, mas um aparato logístico que seja condizente com a realidade rural:

Apresentamos estudo propondo a criação de grupo especial de operações no cerrado visando coibir tais ações. A tropa convencional não está apta a enfrentar tais situações, além do treinamento, os materiais logísticos não são adequados: uniforme, armamento, viaturas e treinamento.

As afirmações do entrevistado ressaltam a preocupação com a especialização e cuidados diferenciados para o trato nas intervenções rurais, que deve atingir também os aprestos. Isso reporta a seção que trata dos intervenientes de uma inserção policial, ao relatar a importância de condições profissionais e aprestos logísticos condizentes às características do bioma não-urbano e seus fatores intervenientes no emprego policial.

Seguindo a mesma linha, o diretor do DMAT é enfático em citar a necessidade de treinamento específico, integração de equipes no conhecimento e intervenções pontuais:

Neste caso, preliminarmente vejo que deve ser emitido um treinamento e a divulgação de doutrina para padronizar o comportamento da tropa especial e a que atua na Região do conflito na manutenção da segurança pública de forma rotineira. Alinhar diretrizes para o seu emprego. Não acredito que estejamos tão distantes uns dos outros hoje, melhoramos muito no que se refere a diretrizes e doutrina sobre o emprego operacional. A Polícia Militar saiu a muito tempo do amadorismo e da improvisação, mas, precisa incrementar alguns treinamentos táticos conjuntos em cada região com um Comando Especial e representantes de cada Batalhão situado na RPM. Uma operação pelo menos por semestre com o emprego da tropa em pontos chaves próximos da realidade local seria um bom começo. [...] Treinar operação especial não é tarefa corriqueira nem tampouco fácil. Subida em edifícios; transposição de muros de penitenciárias; emprego em rios e lagoas; uso de técnicas de salvamento entre outros pode ser colocado como uma pauta básica para a região se for à realidade local.

Isto alude à integração e trabalho de assistências diversas previstas na teoria de operações policiais especiais, apresentado na seção 4, servindo como fonte de conhecimento e troca de experiência para todos os envolvidos.

Já para o comandante do CPE é essencial se preocupar com a doutrina, como forma de maior produtividade e potencialidade, além do aprimoramento da inteligência cultural. E ainda, preocupar-se com a descentralização de tropas de operações especiais sem um critério de comprometimento a doutrina e o trabalho cirúrgico com base no sistema de inteligência:

O que chama a atenção é busca de doutrinas. A descentralização dos GGC sem muito critério ou contextualizada com a realidade operacional acaba comprometendo a doutrina. O emprego das operações especiais tem que ter um eixo norteador e preparação. O desconhecimento da razão de sua existência, para que foi criado, seu comprometimento estratégico, o que a organização precisa para este grupo, nas áreas rurais, pode prejudicar a doutrina. Os grupos têm que falar o mesmo idioma, ter uma unidade de pensamento. Não pode ser simplesmente a utilização de farda diferenciada

sem treinamento ou técnica. Isto passa uma mensagem falsa. [...] A potencialização dessas estruturas está muito focada no tratamento destes dados na transformação do conhecimento; o propulsor disto tudo é a inteligência. Tem que estar focado que a inteligência é um eixo para que as tropas especiais possam ter uma legitimidade. Através de tratamentos cirúrgicos. [...] Não vai menosprezar as pessoas e a comunidade. A cultura daquele local. Tem que entender a cultura do local, quem está procurando, como vai ser a intervenção. Deve estar focado nos sistema de inteligência.

Na apreciação dessa assertiva, verifica-se uma preocupação com uma doutrina capaz de fazer frente às demandas de segurança pública na atualidade, estando em analogia com o apreço com uma das funções das operações policiais especiais, que é a intervenção assimétrica, citada na seção 4, que está alinhada com a estratégia operacional citada na seção 2.

Nessa questão sobre a potencialização das intervenções em áreas rurais, verificou-se uma visão de que o trabalho deve ser cirúrgico, focado em inteligência, conforme prescreve Monteiro (1991), que cita que para fazer frente a uma crise, necessita-se de policiais capazes de posturas não-rotineiras de enfrentamento e planejamentos específicos, o que é complementado por Pinheiro (2009), ao ressaltar que as necessidades contemporâneas precisam de respostas mais pertinentes de modo diverso do convencional.

- c) Preocupações quanto ao emprego de tropas policiais especiais em eventos de repercussão política e visibilidade institucional

A idéia geral evidenciada nas respostas é de legitimação e trabalho sob a ótica da subordinação das estratégias de governo, que são pautadas no estado democrático de direito. As intervenções devem ser cirúrgicas, antecipativas e devem levar em conta as realidades regionais.

O comandante regional salienta que mesmo um grupo especializado que não tem conhecimento do ambiente específico e seus condicionantes, não consegue produzir efetivamente:

O COMAF quando utilizado nessa região apresentou-se ineficiente sob o aspecto de treinamento. Quando disposto no terreno de ação, os militares demonstraram inaptidão para operação sob o calor intenso em terreno arenoso. Os uniforme e armamentos eram inadequados. A sociedade tende a apoiar ações cirúrgicas de grupos de operações especiais; são vistos como heróis, desde que cuidem apenas dos bandidos.

Essa afirmação encontra respaldo nas condicionantes e intervenientes do bioma mineiro, expostos na seção 5, em que se relata sobre o grupo especializado ter que estar periodicamente em contato com os ambientes naturais em que há possibilidade de intervir. A dificuldade que o COMAF encontra para atuar nos diversos tipos de ambientes rurais

coloca em risco o que prescreve DGEOp ao assegurar a capacidade de intervir em todo território mineiro.

O diretor do DMAT destaca a importância estratégica das intervenções de repercussões políticas, assim como a necessidade de um trabalho pautado na legitimação das intervenções das operações policiais especiais em áreas rurais, bem como a necessidade de cautela no empenho das tropas especiais, pelo desconhecimento do seu papel na segurança pública:

Hoje, para atuar em eventos de grande repercussão política tem o aval até do Governador do Estado. Por isto, cada caso tem que ser analisado com cautela e prudência para não transformar a equipe de operações especiais em vilão, sob o pretexto que não se esgotaram todos os artifícios possíveis para resolver a ocorrência.

Utilizar grupo especial em ação não-urbana não me parece ser uma rotina e também não acredito que deva ser nos casos de reintegração de posse. Todavia em situações como operações aquáticas e seqüestros podem ser bem resolvidos com intervenções rápidas; desde que seja no início do problema. À medida que se avoluma a presença de moradores, imprensa e outros podem ser empregados, mas com muito maior cautela, pois nem todos sabem para que serve uma força especial.

Essa resposta dá vazão à subordinação das atividades de operações especiais à política de governo, que é apregoada por Clausewitz (1996); assim como a necessidade de procedimentos diferentes da ação direta para resolução de eventos complexos, como afirmou Lessa (2002), ao falar sobre as ações indiretas.

O comando especializado manifestou a preocupação com a preparação da tropa e sua doutrinação, além de respaldar o trabalho com cunho antecipativo e preventivo:

A grande preocupação não é a intervenção da tropa em si, mas se ela está preparada para isso. Se a doutrina básica, as preparações: psicológica, de estrutura e de conhecimento, se estão presentes. Esse conhecimento é a grande preocupação estratégica. [...] Hoje, quando chegam os grupos especiais, a mídia já está presente. [...] A grande preocupação no nível estratégico é o grupo está em obediência a doutrina técnica e disciplina tática. [...] Nós sabemos dos trabalhos que os grupos são focados em crise. E crise nada mais é que a vinculação de um problema diferenciado. Muitas das vezes se resolve um problema sem transformar em crise. A sociedade não fica sabendo. Tomar cuidado para que a crise não gere uma nova crise institucional.

A preocupação com a preparação elencada na resposta demonstra que a capacitação deve ser também psicológica, para fazer frente a situações críticas, conforme especificado por Monteiro (1991), sobre a necessidade de saber lidar com situações não-rotineiras e eventos sob efeitos do stress físico e emocional, em que se integram as medidas estratégicas para fazer frente às crises.

- d) Integração entre os grupos de operações policiais especiais e outros atores da defesa social seja do público interno ou externo da instituição

Nota-se a relevância que se dá a troca de informações e treinamento conjunto das tropas especiais com outras unidades policiais. Salienta-se que as operações, em situações complexas, devem ter atuações mais integradas, já que os conhecedores das realidades regionais são os policiais destes tipos de terrenos e culturas.

O diretor do DMAT lança mão de experiência pessoal para citar a importância do treinamento, comando unificado e comunicações:

Tive uma ocorrência de certa vez enquanto comandante de batalhão com a fuga de 13 (treze) presos na cidade de Curvelo. Conseguimos prender 11 (onze) deles. A maior dificuldade nossa e do GATE que foi até o local foi o de entrar nas inúmeras cavernas que tinha nas imediações da cidade onde morava um dos meliantes. Ficamos no mato comendo frutas até que pudéssemos instalar uma base em uma fazenda para podermos ficar mais tempo no terreno. Dia e noite até que ao término de uma semana aproximadamente conseguimos um grande sucesso na operação.

O relacionamento entre as duas tropas deveria ser melhor, sendo que neste caso a atuação dos policiais do batalhão demonstrou ser muito mais atuante e destemida do que a do próprio grupo de Força Especial que foi até o local. Estávamos mais dedicados e diria até ousados com vários grupos indo ao encalço dos bandidos com menor potencial de fogo; equipamento e até desprovido de semoventes mais treinados.

Há uma demanda muito grande para se ter um maior entrosamento entre as forças especiais e o restante da tropa, mas acredito que o que se pode trabalhar é um maior número de cursos a serem ministrados pela Força Especial para a tropa de uma forma geral, no entanto, no que se refere a liberdade de ação ela tem que ser feita por unidade de comando. A unidade comando e radiotelefonia são essenciais para a expedição de ordens e posicionamento tático no terreno senão perde-se o controle da tropa e aumenta-se o risco de acidentes.

Essa narração traz, à tona, a necessidade de uma maior integração, assim como a atuação característica da ação especial, que tem, como um dos seus adjetivos, o menor número de efetivo que age coordenadamente, conforme expressado por Dunningan (2008). Interessante notar a evidência de que o valor humano sobrepõe até semoventes adestrados, que têm sua produtividade limitada.

Seguindo o mesmo caminho, o representante do comando intermediário, relata caso vivenciado recentemente, e cita a necessidade de treinamento e atuação específica dos operadores de equipes ofensiva de unidade de área, quando expressa que “deve existir treinamento e intercâmbios constantes. A melhor tropa que atuou na 16ª região foi o GATE 30, de Januária, em termos de disciplina tática e espírito de sacrifício.”

Verifica-se que o policial precisa estar adaptado e conhecer o ambiente; isso muitas vezes determina o resultado. Tal fato, aliado a um treinamento mais específico, tende a aumentar as probabilidades de bons resultados.

O comando especializado, focando nos Grupos de Gerenciamento de Crise, expressa a alta probabilidade de perda da doutrina que rege as operações especiais, se não estiverem alinhadas com o pensamento estratégico da instituição:

O que não se pode ter é a perda da doutrina de emprego. A capacitação do profissional que vai atuar. Quando se fala em descentralização a preocupação é a perda da doutrina. Os grupos de operações especiais têm que estar focados na estratégia da organização, naquilo que a instituição considera como legítima, legal e o que a sociedade deseja e aprova. A preocupação que esses grupos não tenham essa capacidade de interagir com o objetivo estratégico. A ligação com o GATE é salutar e deveria acontecer doutrinariamente, pois é facilitador para o comandante da região e seria o facilitador do serviço. Não pode acontecer uma vaidade profissional. A PMMG tem diversos serviços para comunidade e um deles deve ser feito pela restauração, executado pelas operações especiais sem provocar novas crises; sendo cirúrgica. A ligação dos GGC com a estrutura estratégica da organização, com maior mobilidade, maior postura, maior gama de intervenções ou ocorrências essas ligação fazem com que os grupos possam ter conhecimentos mais amplos. Os GGC atuam numa menor proporção, mas tem conhecimento amplo, pois está ligado a uma estrutura que pratica com maior intensidade. Isto é um facilitador para a Polícia Militar de Minas Gerais.

Observa-se a preocupação com o alinhamento da estratégia institucional, assim como a capacidade de praticá-lo. Isso reporta à DGEOp, que cita quanto à necessidade de legitimação das ações policiais e o entendimento da abrangência dos resultados de atuações em ambiente complexos.

A avaliação da integração e trabalhos em conjunto com outros atores da defesa social, entra em consonância com Visacro (2009), que notifica no sentido de ter um procedimento específico para atender às demandas da assimetria, que exigem análises dos efeitos das ações táticas e respostas mais eficazes. Essa visão é complementada por Almeida (2006), que preconiza ser importante o treinamento contínuo integrado e uma padronização de doutrina que evitasse o uso baseado em vaidades pessoais.

Em suma, ficam evidenciadas, nas entrevistas o seguinte:

- a visão prospectiva das intervenções especiais em áreas rurais evidencia um aumento das tendências criminais, devido aos rumos estratégicos e políticos pelos quais a nação brasileira está caminhando. Isso também afeta a organização das atividades criminais que estão mais globalizadas e evoluídas. Há necessidade de melhoria no treinamento para atuação em áreas rurais.

- quanto à potencialização das Operações Policiais Especiais, há um consenso sobre a necessidade de adequar as realidades de segurança pública, assim como um trabalho focado nas realidades regionais, buscando estratégias de enfrentamento focadas

na legitimidade e trabalho integrado, assim como medidas que tenham capacidade de enfrentamento no nível da evolução das ilicitudes contemporâneas.

- na preocupação sobre a visibilidade institucional retornam a necessidade de legitimação e integração de ações formadoras de doutrinas e capacitação profissional.

- na integração, ressalta-se a necessidade de um maior entrosamento entre as unidades usuárias das operações policiais especiais e essas, além de um melhor intercâmbio de conhecimentos.

-os operadores rurais não são vistos, a exemplo das outras especialidades de operações especiais, como instrumento discreto do poder do Estado moderno, conforme explanado por Veloso (2007), que menciona a economia em relação à utilização de forças convencionais.

7.2 Integrantes do Comando de Operações em Mananciais e Áreas de Florestas

Foram aplicados questionários com perguntas que permitiram analisar, a partir de indicadores próprios para cada objetivo específico proposto no estudo: a capacitação funcional, a doutrina de emprego e potencialidade estratégica.

a) Capacitação funcional

Pretende-se avaliar quais as capacidades de intervenção nas atividades rurais, sendo utilizados os indicadores: capacidade técnica e trabalho integrado.

- Capacidade técnica

Em relação a percepção de cada integrante do COMAF se todos os membros da equipe estão em condições físicas para atuar no ambiente rural, 76% dos questionados responderam que não são todos os integrantes que estão em condições físicas para atuar nas áreas rurais diversas (Gráfico 1).

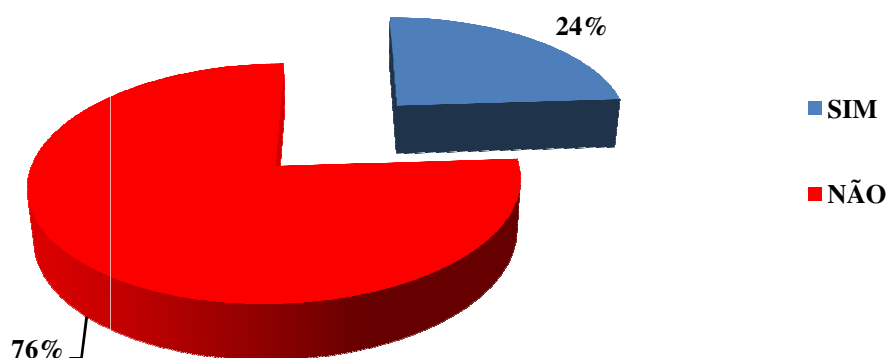
A capacidade física é sustentada por Dénécé (2009) como requisito obrigatório para atuação na atividade de operações especiais, pois o tipo de intervenção obriga resistências físicas e psicológicas mais elevadas do que é exigido do operador regular, devendo as unidades de operações especiais manterem-se sempre atentas ao padrão

mínimo de condicionamento, seja nas seleções de ingresso nas equipes, seja na manutenção dos integrantes.

Dunningan (2008) corrobora informando da importância de que os membros das equipes de intervenções tenham conhecimento mútuo das forças e fraquezas de cada integrante.

Seguindo essa linha de pensamento, verifica-se que, na percepção dos operadores do COMAF, a equipe não tem todos os integrantes em condições físicas para fazer frente às demandas específicas das intervenções rurais.

Gráfico 1: Percepção de cada integrante do Comando de Operações em Mananciais e Áreas de Florestas, sobre se todos os membros da equipe estão em condições físicas para atuar em ambiente rural - Julho de 2011



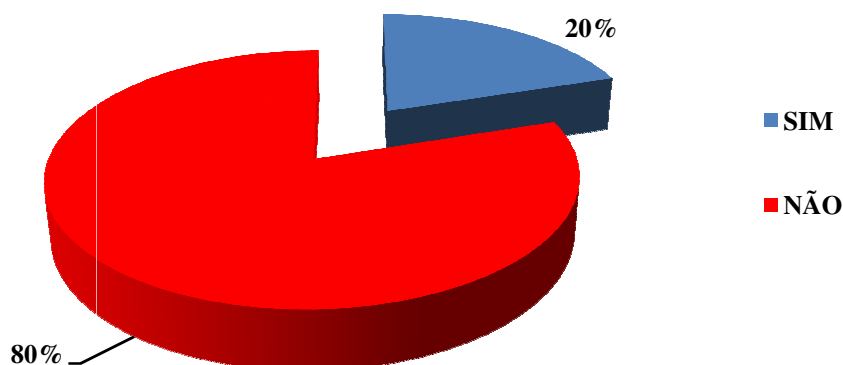
Fonte: Pesquisa de campo

Neste sentido, integrantes da equipe acumularam 80% dos que acreditam que não são todos os membros do COMAF que têm condições de atuar em ocorrências rurais. (Gráfico 2)

De acordo com Almeida (2006), o operador policial especial deve estar preparado para intervir em situações críticas, devendo sempre estar treinando e não confiar apenas na força de um nome de equipe especial. Pinheiro (2008) complementa a necessidade de preparo anterior ao citar que o operador especial não pode ser preparado somente nos momentos de crise, devendo ter preparação antecipada baseadas em organizações específicas, adestramento e equipamentos próprios.

Logo, o grupo do COMAF não tem todos os integrantes preparados para atuar em áreas rurais, sendo as habilidades fruto de conhecimentos e experiências individuais. Esta visão do grupo é compartilhada pelo entrevistado representante dos Comandos Regionais da Polícia Militar que explicita a inadaptabilidade do grupo em intervenções em algumas situações no interior do Estado mineiro.

Gráfico 2: Percentual de membros da equipe do Comando de Operações em Mananciais e Áreas de Florestas em condições técnicas para de atuar em ocorrências rurais - Julho de 2011



Fonte: Pesquisa de campo

- Trabalho integrado

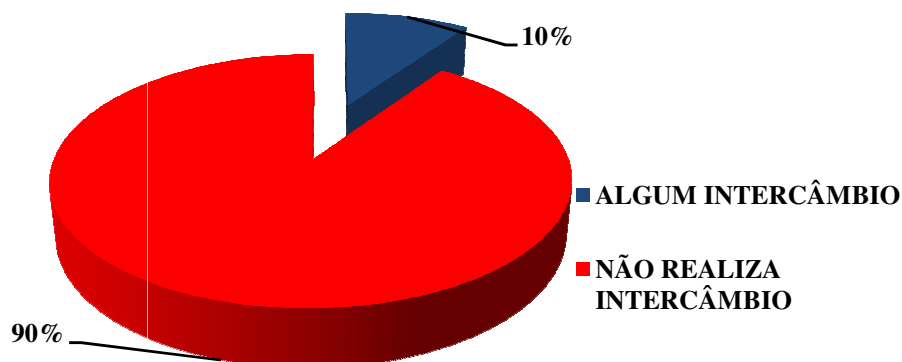
A integração, fundamental para o desenvolvimento do serviço na área rural, se expressa desde o treinamento conjunto, em que se desenvolvem relações profissionais, até o intercâmbio com diversos setores ligados à defesa social.

No que tange ao intercâmbio de treinamento com outras equipes de operações especiais das Minas Gerais, na especialidade rural, 90% responderam que não existe esta atividade. (Gráfico 3)

A importância do intercâmbio de treinamento é confirmada por Dénécé (2009), que atribui à assistência em treinamentos de outras equipes um suporte valioso para maior integração das equipes e conhecimento de realidades regionais. Almeida (2006) salienta que a equipe de operações policiais especiais tem dentro de suas funções a atribuição de dar treinamento. Essas assistências em capacitação funcional ajudam a manter um padrão doutrinário, que é necessário para manutenção de um pensamento focado na estratégia organizacional, conforme elencou o comandante do CPE na entrevista.

Assim, nota-se que os integrantes do COMAF consideram incipiente a interação com as equipes regionais e outros atores da corporação. Essa falta de integração em treinamento é sentida por todos os entrevistados do nível de gestão estratégica.

Gráfico 3: Realização, segundo integrantes da equipe, de intercâmbio de treinamento do Comando de Operações em Mananciais e Áreas de Florestas com outros grupos de operações policiais especiais - Julho de 2011



Fonte: Pesquisa de campo

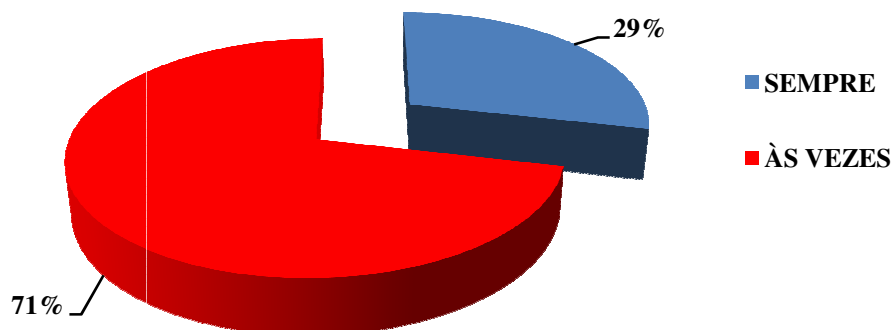
Na verificação de trabalho integrado com as outras unidades envolvidas, quando em ocorrências complexas, 71% respondeu que às vezes trabalham integrados com outras equipes policiais. (Gráfico 4)

Dentre as inserções principais das Operações Policiais Especiais, estão o trabalho de apoio e recobrimento apresentada na DGEOp, sendo corroborado por Proença Júnior (2006), na afirmação de que os grupos especiais atuam no socorro a policiais em perigo.

Dunningan (2008) revela que um dos principais trabalhos das operações especiais é assessorar e atuar integrado a forças regulares locais nos eventos complexos. Para Veloso (2008), deve-se desfazer o muro existente entre as operações especiais e as forças convencionais para se ter um trabalho de comando e controle coordenado e cirúrgico.

Dessa forma, na integração com outras unidades policiais, o COMAF não está executando uma das suas funções de inserção, mostradas na Seção 4, o que reflete na falta de trabalho coordenado dos operadores policiais especiais e outras unidades envolvidas nas ocorrências rurais.

Gráfico 4: Realização de trabalho integrado da equipe do Comando de Operações em Mananciais e Áreas de Florestas com outras unidades policiais - Julho de 2011



Fonte: Pesquisa de campo

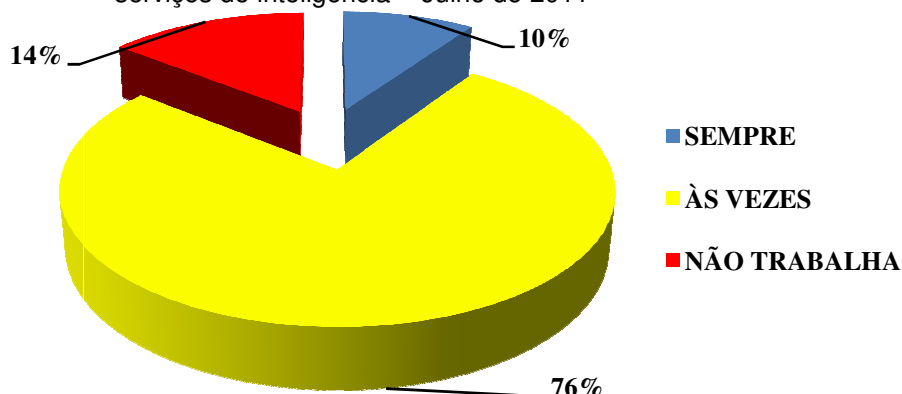
Nessa linha de trabalhos integrados, ao questionar se a equipe trabalha integrada com os serviços de inteligência, 76% responderam que às vezes trabalham; para 14% não trabalham e 10% consideram que sempre trabalham. (Gráfico 5)

O trabalho de operador policial especial, segundo Betini (*apud* GRECCO, 2009), deve ser baseado em informações de inteligência, por ser atividade altamente cirúrgica, não cabendo intervenções sem o uso dessa. Dénécé (2009) respalda as informações de inteligência como uma das formas de inserção que caracteriza as Operações Especiais.

Verifica-se que as intervenções em áreas rurais não são realizadas com a presença efetiva de informações de inteligência, por serem as equipes ativadas em situações emergenciais com poucas informações iniciais.

Assim sendo o pressuposto básico das Operações Policiais Especiais, elencado na seção sobre as teorias das operações policiais especiais não é potencializado nas operações do COMAF. Esta situação entra em desalinho com o entendimento a entrevista do comando do CPE que vê as operações especiais como ações cirúrgicas pautadas no trabalho de inteligência.

Gráfico 5: Rotina de trabalho integrado da equipe do Comando de Operações em Mananciais e Áreas de Florestas com os serviços de inteligência - Julho de 2011



Fonte: Pesquisa de campo

b) Doutrina de emprego

Para avaliar a doutrina de emprego, foram utilizados os indicadores: bases doutrinárias e alinhamento estratégico.

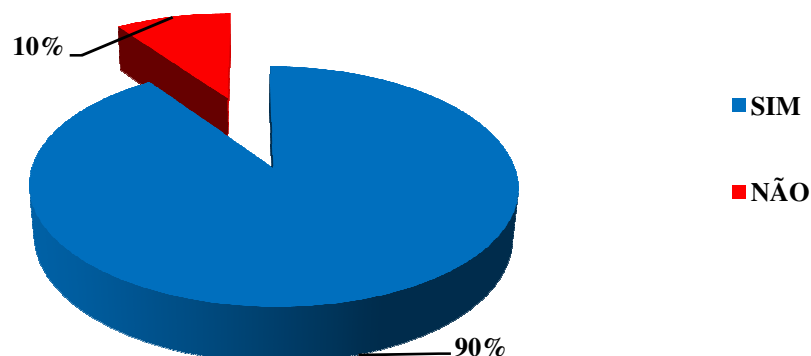
- Bases doutrinárias

Sobre o conhecimento das teorias das operações policiais aplicadas à segurança pública, 90% responderam que tem este embasamento. (Gráfico 6)

As Operações Especiais se dividem em ações que contemplam intervenções diretas de pequenos grupos especiais, com uso de força contra alvos táticos ou estratégicos, conforme prescrito por Mcraven (1996) e Proença Júnior (2006), e ações indiretas que procuram diminuir as possibilidades de erro ou enfraquecer a motivação do alvo ou legitimar o uso da força posterior, conforme Visacro (2010) e Lessa (2002).

As teorias das Operações Especiais de conhecimento da equipe são as que retratam as ações diretas, como espelho do que prescreve a DGEOp, acerca da atribuição de missões, para a equipe apenas em situações reativas. Isso reforça o pensamento de Beaufre (1998) sobre as tropas reativas serem mais focadas na coerção do que na dissuasão.

Gráfico 6: Existência de conhecimento dos integrantes da equipe do Comando de Operações em Mananciais e Áreas de Florestas sobre as teorias de operações especiais - Julho 2011



Fonte: Pesquisa de campo

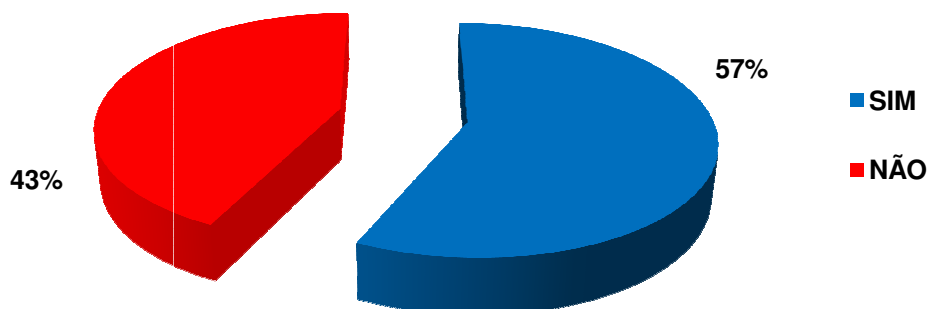
A afirmação de conhecimento das teorias das operações especiais contradiz com o resultado apresentado, a seguir, que mostra que 57% dos integrantes do COMAF afirmam conhecer todas as missões em que a equipe pode ser empregada e 43% disseram que não sabem. (Gráfico 7)

Nas teorias das Operações Especiais abrangentes, defendidas por Dénécé (2009) e Dunningan (2008), existe a descrição das principais formas de empenhos e missões dos operadores que são as atividades precursoras, de retaguarda não-linear e o trabalho com inteligência.

A DGEOp (MINAS GERAIS, 2010b) e a diretriz para reintegrações de posse (MINAS GERAIS, 2011a) relatam missões específicas nas intervenções rurais, nas quais o Plano de Emprego do GATE (MINAS GERAIS, 2010d) faz o detalhamento das missões e atribuições do COMAF.

Diante disto, verificou-se que parte considerável dos integrantes do COMAF não tem conhecimento do seu papel institucional nas intervenções rurais, além de haver equívoco na compreensão do que são as operações especiais. Esta preocupação com o desconhecimento doutrinário é revelada nas entrevistas dos gestores de nível estratégico.

Gráfico 7: Conhecimento das missões do Comando de Operações em Mananciais e Áreas de Florestas - Julho de 2011



Fonte: Pesquisa de campo

- Alinhamento estratégico

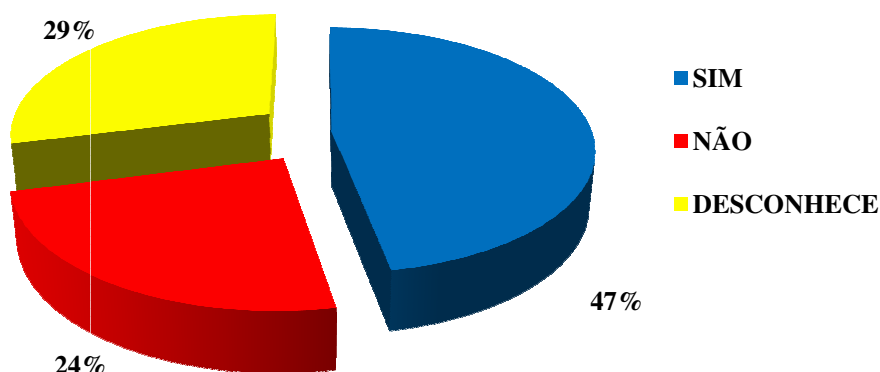
Seguindo o alinhamento das afirmativas dos Gráficos 6 e 7, 47% dos integrantes da equipe dizem ter conhecimento do plano de emprego escrito que define a organização e funcionamento do COMAF; 29% desconhece o documento e 24% que não existe. (Gráfico 8)

No Plano de Emprego Operacional do GATE (MINAS GERAIS, 2010d) constam atribuições gerais do COMAF em missões típicas de ações diretas, como captura de suspeitos em área rural, assim como ações indiretas, como reconhecimento especial e exfiltração de suspeitos elencados por Dénécé (2009), como uma das atividades caracterizadoras das Operações Policiais Especiais.

Nas respostas sobre o plano de emprego, os respondentes demonstram que não conhecer o plano de emprego da equipe do COMAF, revelando que não sabem quais as missões e atribuições que lhe são inerentes, reforçando o percentual demonstrado no Gráfico 7.

Na comparação com o Gráfico 6, nota-se que não diferenciam o que são missões, funções e conceituações das operações policiais especiais, tendo apenas o conhecimento de execução focado na captura rural, discriminado na Diretriz Geral de Emprego Operacional da PMMG.

Gráfico 8: Conhecimento de existência do plano de emprego do Comando de Operações em Mananciais e Áreas de Florestas - Julho de 2011



Fonte: Pesquisa de campo

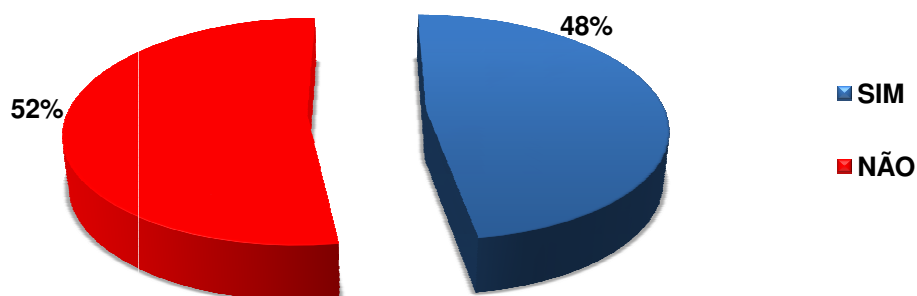
Seguindo o caminho do alinhamento estratégico institucional, relativo às demandas de natureza social, 52% dos integrantes do COMAF não têm conhecimento sobre a diretriz que regula o emprego das ações e operações da PMMG nas reintegrações de posse. (Gráfico 9)

A PMMG demonstra o interesse estratégico no conflito agrário ao tratar o assunto com normatização de maior hierarquia. A diretriz de emprego da PMMG nas reintegrações de posse (MINAS GERAIS, 2011a), atribui missões para o GATE, com tarefas tipicamente indiretas, agindo na desestabilização do resistente e proporcionando maior segurança para tropa que realizará a retomada do imóvel rural, dentro do que ressalta Dénécé (2009) nos três tipos de inserções de apoio a outras unidades.

Essas missões apresentam atividades que denotam características proativas explicitadas por Bayley (2001), em que a polícia age antes do acionamento formal por parte dos entes da sociedade.

O despreparo para intervenções em reintegrações de posse demonstra a falta do conhecimento da diretriz que regula o tema, assim como seu impacto na visibilidade institucional. Essa restrição no conhecimento dificulta a expansão da potencialidade estratégico-operacional da equipe frente aos métodos assimétricos utilizados nas invasões de terras.

Gráfico 09: Conhecimento da Diretriz de Emprego da Polícia Militar de Minas Gerais nas reintegrações de Posse de imóveis rurais e urbanos - Julho de 2011



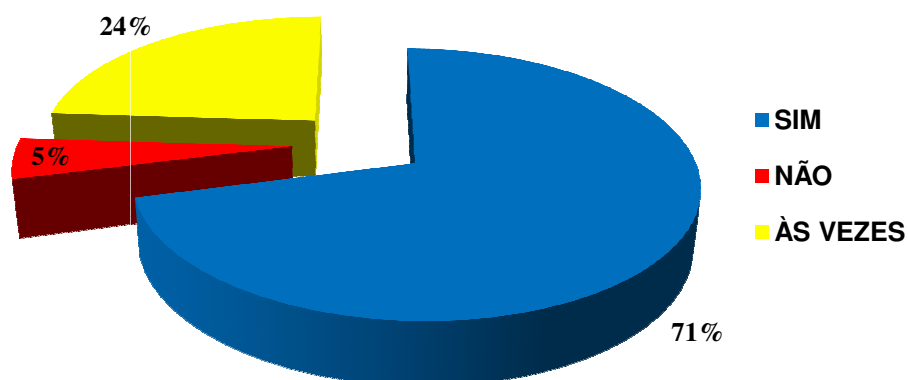
Fonte: Pesquisa de campo

A concepção de cada integrante da equipe sobre o impacto dos resultados das intervenções na sensibilidade política e institucional é afirmada por 71% que acreditam que a intervenção do COMAF tem impacto estratégico e político. (Gráfico 10)

Essa percepção sobre o impacto estratégico é salientado por Mcraven (1996) e Pinheiro (2008), ao ressaltarem missões de impactos políticos, financeiros e psicossociais. Visacro (2010) constata que devem ser incluídas atividades antes da eclosão da crise, com medidas preventivas e antecipativas, baseadas na legitimação da força.

Observa-se que mesmo com a tendência vigente de preparação como força de reação com capacidade apenas tática, há uma percepção majoritária de que a atitude da equipe pode trazer conseqüências para a legitimidade das instituições formais perante a sociedade.

Gráfico 10: Percepção sobre o impacto das intervenções da equipe do Comando de Operações e Mananciais e Áreas de Florestas na política e visibilidade institucional - Julho de 2011



Fonte: Pesquisa de campo

c) Potencialidade Estratégico-Operacional

Neste objetivo específico, utilizou-se de indicadores que permitiram conhecer a potencialidade da equipe do COMAF nas intervenções de interesse estratégico. Foram utilizados os indicadores: inteligência cultural e desafios assimétricos

- Inteligência cultural

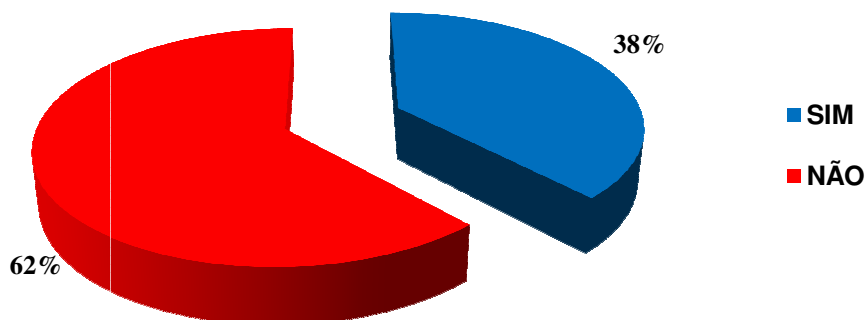
Na preparação do COMAF nos aspectos de inteligência cultural, que envolve o conhecimento dos costumes, valores e realidades sócio-políticas regionais, 62% responderam que não tem treinamento neste campo. (Gráfico 11)

O conhecimento da realidade regional é fator preponderante para intervenção especial, segundo Visacro (2010), cuja atuação de caráter repressivo sem observância dos costumes e valores culturais da comunidade afetada, somente ajudará a deslegitimar a ação estatal.

Esse pensamento é exposto na DGEOp (MINAS GERAIS, 2010b) que coloca como pressuposto a atenção da força pública mineira às diferentes realidades do Estado de Minas Gerais na prestação de serviço policial, alinhando com o pensamento de Trojanowicz e Bucqueroux (1994) de que os grupos de operações especiais precisam ter conhecimentos sobre polícia comunitária para maior produtividade nos serviços executados.

Com base nas respostas, aplicadas às doutrinas explicitadas, percebeu-se que o COMAF resente de um conhecimento sobre inteligência cultural. Isso reflete os treinamentos, que são voltados somente para intervenções com o uso da força legal, sem a observância de outros fatores que devem legitimar o emprego das operações policiais especiais junto à comunidade.

Gráfico 11: Existência de treinamento sobre Inteligência Cultural para os integrantes do Comando de Operações em Mananciais e Áreas de Florestas – Julho de 2011



Fonte: Pesquisa de campo

- Desafios Assimétricos

Conforme elencado na base teórica sobre assimetria, muitas organizações formais ou informais estão utilizando de estratégias e táticas dessa natureza para consecução de seus objetivos lícitos ou ilícitos.

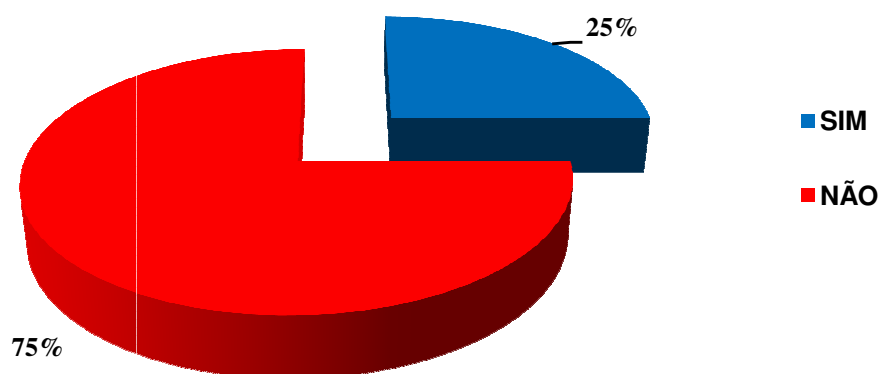
Diante disso, cabe ao operador, a percepção dessa realidade e seu papel estratégico neste contexto. Sobre o treinamento acerca dos conflitos assimétricos ou assimetria, das respostas válidas, 75% dos questionados não têm este tipo de preparo. (Gráfico 12)

A estratégia da assimetria está sendo utilizada pelo crime organizado e atores não-estatais para alcance de seus objetivos de acordo com Amorim (2010) e utiliza de conhecimentos militares para maior efetividade, conforme Lessa (2002).

Visacro (2009) e Pinheiro (2008) afirmam que os Estados democráticos de direito necessitam cada vez mais de equipes especiais que possam atuar da mesma forma assimétrica, respeitando a legalidade, para enfrentar esses eventos mais complexos e organizados.

Nota-se que a equipe do COMAF não é preparada para os desafios assimétricos e não tem treinamentos para intervenções com estas características.

Gráfico 12: Conhecimento da equipe do Comando de Operações em Mananciais e Áreas de Florestas sobre Assimetria - Julho de 2011



Fonte: Pesquisa de campo

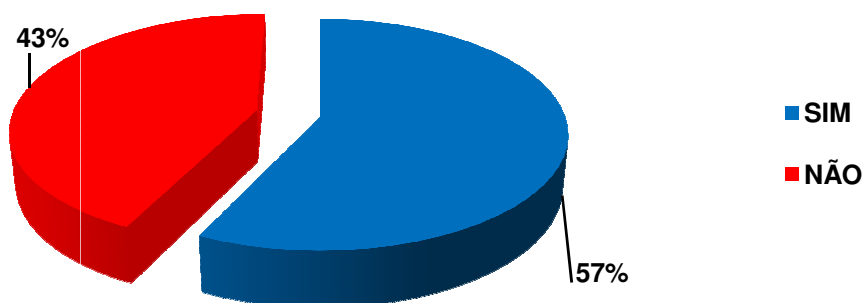
Sobre o conhecimento de temas relacionados ao crime organizado, sendo que 57% responderam que tem preparo sobre assunto e 43% responderam que não possuem. (gráfico 13)

O crime organizado toma conta do cenário mundial globalizado, infiltrando-se nas organizações públicas e políticas de acordo com Amorim (2010), utilizando-se de estratégias assimétricas.

Esses estratégias impõem respostas da segurança pública que precisam ser diferenciadas das estruturas rígidas de enfrentamento regular, segundo Visacro (2009) e que precisam de redimensionamento e treinamentos das tropas de operações especiais para fazer frente a estas demandas complexas.

Mesmo sendo, o enfrentamento contra o crime organizado, nos diversos níveis de estruturas, uma tendência mundial dos grupos de operações especiais, percebeu-se que a tropa do COMAF ainda foi não potencializada para este tipo trabalho de interesse estratégico, confirmando o exposto no Gráfico 12.

. Gráfico 13: Conhecimento da equipe do Comando de Operações em Mananciais e Áreas de Florestas sobre o crime organizado em Julho de 2011



Fonte: Pesquisa de campo

8 CONCLUSÃO

Para a compreensão do objeto de estudo, as intervenções rurais de interesse estratégico por parte do COMAF, buscou-se inicialmente rever conceitos que intervêm na implementação deste tipo de serviço prestado pela PMMG.

No que tange à Estratégia Operacional, os conceitos propostos por Luecke (2009), Clawsevitz (1996), no manual de estratégia da força terrestre brasileira (BRASIL, 2003), identificam o termo como forma de aplicar os meios e poderes de que se dispõe para alcançar um objetivo desejado.

Sendo as decisões estratégicas, normalmente tomadas no alto nível da instituição, há uma lacuna entre o plano traçado por este e sua implementação, surgindo, então, um patamar intermediário, que tem acessos e poderes de decisões que se inserem tanto no nível estratégico quanto no nível de execução: a arte (estratégia) operacional

A estratégia operacional, em muitos casos, necessita de instrumentos cirúrgicos para fazer frente a crises pontuais que possam afetar as metas institucionais a longo prazo.

Isso leva a medidas inteligentes que privilegiem ações indiretas que resolvam os conflitos, sem o uso da força no seu contexto convencional, tornando a intervenção da corporação mais legitimada e mantendo o alinhamento com as imposições do estado democrático de direito.

Quanto às estratégias operacionais inspiradas na assimetria, Pinheiro (2008), Lessa (2002) e Visacro (2009) declaram que esta forma de estratégia é identificada principalmente por ter envolvimento de atores em atividades irregulares não-estatais, com métodos que não têm locais de ações previsíveis, podendo implementar atos conflituosos em qualquer lugar, com métodos não convencionais e ausência de obediência a regras jurídicas.

Estas definições são interessantes no sentido de que foram apropriadas por grupos particulares, além dos já reconhecidos atores não-estatais que a utilizam com objetivos políticos, estando cada vez mais presentes nas demandas de defesa social e se contrapondo, de forma vantajosa, frente às respostas ortodoxas e rígidas da instituição policial militar.

Neste contexto, aparecem as teorias de operações especiais, que são intervenções operacionais do nível estratégico, nestas demandas de características complexas.

Disto, observa-se que o conceito apresentado por Mcraven (1996) e por Proença Júnior (2006), em que as operações especiais são golpes de forças cirúrgicos, com ações de choque em ataques rápidos, são procedimentos de ações diretas.

Este tipo de ação é o mais aceito pelos operadores policiais especiais no Brasil, sendo civis ou militares. Em parte, por causa da mística da gênese deste tipo de uso de emprego, que relembram os Comandos ingleses, na Segunda Guerra Mundial.

No entanto, a doutrina de operações especiais é mais abrangente do que o recurso do uso da força, de forma direta, contra um oponente, para pôr termo às hostilidades num só golpe.

Sobre isso, Dénécé (2009), Dunningan (2008), Pinheiro (2008) e Visacro (2010), são unânimes ao salientarem que as operações especiais, sendo de caráter tático e estratégico, devem primar por ações antecipativas e proativas, citadas por Monteiro (1991) e Bayley (2001), e que visem à desarticulação de atividades ilícitas por meios indiretos ou trabalho precursor na legitimação do uso da força mais contundente.

Essa proposição é mais afeita às necessidades institucionais, pois aumenta a capacidade do emprego das operações policiais especiais, para atuar no campo das ações indiretas, de forma a legitimar o poder institucional, através de intervenções cirúrgicas antecipadas e de cunho preventivo à eclosão de conflitos ou crise.

A contribuição dessas teorias e grupos de autores foi pertinente no sentido da percepção das intervenções rurais, representada pelo COMAF, que guarda essência tradicional das Operações Policiais Especiais.

Esta essência tradicional posiciona o COMAF a ser a equipe que tem maior potencialidade para atuar plenamente nas atividades de interesses estratégicos de forma preventiva, antecipativa e reativa. Isso requer:

- um conhecimento e compreensão de sua natureza, como instrumento estratégico, na legitimação dos objetivos institucionais perante o público interno e sociedade;

- a evolução dos conceitos doutrinários sobre o que são as operações policiais especiais, com um espectro mais abrangente do que o praticado atualmente;

- um preparo doutrinário voltado para o enfrentamento assimétrico, que se faz presente no mundo globalizado, exigindo habilidades de intervenção mais flexíveis, inteligentes e menos ortodoxas por parte dos operadores policiais especiais nas áreas rurais.

A seção 5, que faz o relato sobre a caracterização do objeto de estudo, buscando apresentar as intervenções policiais especiais no emprego de interesse estratégico nas áreas não-urbanas mineiras, lembrando a identidade histórica, passando pelas necessidades que se apresentam na atualidade, chegando até a doutrina de emprego do COMAF e seu empenho na atualidade.

Nessa doutrina de emprego, a Polícia Militar de Minas Gerais prevê dentro de sua estrutura de operações policiais especiais, o Comando de Operações em Mananciais e Áreas de Florestas (COMAF) como parte do GATE, sendo a DGEOp muito sucinta na descrição de sua missão, acrescentando apenas um tipo de missão atribuído a este grupo.

Isso gera uma contradição com a realidade de demandas nas áreas rurais que são de múltiplas faces, além de ser, no contexto do espaço geográfico do Estado de Minas Gerais, o que tem maior índice de ocorrência de interesse estratégico e onde se concentram os principais problemas de sensibilidade institucional e política: são as invasões de terras e ações de quadrilhas e associações criminosas organizadas para fins violentos.

Tal visão incompleta das atividades de operações policiais especiais em áreas rurais, tem como consequência a implementação de doutrinas restritas, que refletem no treinamento, pensamento, planos de emprego e aprestos logísticos, os quais a análise dos dados da pesquisa permitem ressaltar.

Assim, com o exposto na seção 7 é possível perceber que os policiais do COMAF, embora sejam força de reação estratégica não dispuseram, no período analisado, de estrutura doutrinária e de capacitação para seu emprego nessa dimensão.

Nota-se que no período avaliado, o COMAF não apresentou capacidades funcionais para intervir em ocorrências de interesse estratégico como equipe, assumindo, os pesquisados, as deficiências atuais no condicionamento físico e preparo técnico adequado para a amplitude de trabalhos a que são afetos. As habilidades técnicas são frutos de conhecimentos ou experiências pessoais.

Ainda, quanto à capacidade funcional do COMAF, nota-se que nos trabalhos integrados, que é um dos anseios institucionais, não estão sendo plenamente aproveitados, contribuindo para menor efetividade da equipe.

Verifica-se a falta de um consenso sobre as bases teóricas que suportam as doutrinas de emprego do COMAF; o conhecimento vigente está focado no pensamento de uma tropa reativa embasada em técnicas e táticas visando somente o momento do uso da força direta contra um alvo, não vislumbrando medidas proativas.

De acordo com o Gráfico 6, 53% dos integrantes do COMAF desconhecem quais as missões e atribuições que lhe são inerentes, não sendo sabedores dos documentos de emprego operacionais da unidade a que é pertencente, resultando na impossibilidade de transversalizações dos embasamentos doutrinários com o pensamento estratégico.

A ausência de alinhamento pleno dos integrantes do COMAF com o pensamento estratégico é também motivado pela falta de conhecimento dos integrantes da equipe de diretrizes sobre a missão em intervenções de interesse estratégico.

Apesar dessa impossibilidade temporal de alinhamento pleno com o pensamento estratégico, existe o entendimento de que as intervenções do grupo têm, muitas vezes, resultados que impactam na visibilidade institucional e, por conseqüência, nas políticas de governo.

O COMAF apresenta grande potencial que não é aproveitado pela própria limitação e pensamento vigente das diretrizes, que prescrevem o seu uso apenas como último recurso em situações de interesse estratégico.

Isso prejudica a ampliação do preparo cognitivo para demandas contemporâneas que assolam a defesa social, como as estratégias assimétricas utilizadas por grandes grupos organizados na confrontação com o Estado; a restrição no emprego da equipe de forma proativa, não propicia a ela oportunidade de apreender conhecimentos que fortalecem o alinhamento com o interesse estratégico.

Em suma, a equipe do COMAF foi criada para atividades reativas de último recurso, não lhe dando oportunidade de desenvolvimento da doutrina para atividades proativas que podem ser realizadas antes da eclosão de crises. A inovação do emprego da equipe para as demandas globais contemporâneas não foi implementada no nível estratégico-operacional o que resultou num menor empenho das potencialidades do grupo.

A partir dessas conclusões, é possível apontar sugestões para potencializar o emprego do COMAF como instrumento de intervenção estratégico-operacional em atividades proativas no enfrentamento da criminalidade assimétrica, tais como:

- estruturar a capacidade funcional, com adequações dos conhecimentos cognitivos para as demandas da defesa social vigentes, alinhando o preparo tático ao pensamento estratégico. A capacitação do operador especial rural nas atividades específicas de intervenções indiretas e nas missões atribuídas pelo Plano de Emprego do GATE;

- reestruturar o pensamento estratégico-operacional quanto ao emprego do COMAF em situações reativas, para emprego proativo focalizando as ações indiretas, como

forma de empenho adaptado à evolução das necessidades da defesa social, transformando as operações policiais especiais de reação do Comando Geral para força de emprego estratégico;

- ampliar a capacidade de emprego do COMAF nas estratégias assimétricas como forma de enfrentamento adequado à evolução da criminalidade organizada.

Ressalta-se que a pretensão deste estudo é chamar a atenção para possibilidade da equipe do COMAF alcançar maior nível de produtividade, o que em última instância, se reflete em maior efetividade da Instituição e maiores benefícios para a sociedade. Portanto, não há intenção de criticar a capacidade dessa equipe, que tem executado, ao longo de sua história, papel relevante na PMMG.

Deste modo, as sugestões se baseiam nos dados recolhidos dos questionários e entrevistas, que revelam a convicção de que somente com a percepção da natureza estratégica das operações policiais especiais nas intervenções rurais e ampliação da doutrina de emprego abrangendo atuações assimétricas proativas, é que será possível ser um instrumento efetivo na legitimação institucional e fomentador da paz social, mesmo que em situações complexas ou críticas.

Em consonância à visão estratégica de adaptação das atividades às realidades regionais, embora não seja o foco principal do estudo, sugere-se que seja inserida, na DGEOp, uma célula representativa do COMAF nos Grupos de Gerenciamento de Crises, a exemplo das outras equipes.

Por fim, sugere-se que seja dada continuidade neste estudo pelo Centro de Pesquisa e Graduação da APM, por estudiosos das Operações Policiais Especiais e pelos assessores do nível estratégico institucional para atualizar e potencializar este serviço especial na PMMG.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Eduardo Lucas de. **A descentralização das atividades de missões especiais para o gerenciamento das ocorrências de alta complexidade**. Monografia de (Especialização em Segurança Pública). Academia da Polícia Militar. Belo Horizonte, 2003.
- ALMEIDA, Klinger Sobreira de. **Um certo delegado de capturas: o romance de um mito-herói**. Salvador: Contexto & Arte, 2009.
- AMORIM, Carlos. **Crime organizado: assalto ao poder**. São Paulo: Record, 2010.
- BAYLEY, David H. Padrões de Policiamento: uma análise internacional comparativa. **Polícia e Sociedade** 1. São Paulo: [n.s.], 2001
- BEAUFRE, André. **Introdução à estratégia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1998.
- BRASIL, Exército Brasileiro. **Manual de Campanha C 124- 1: estratégia**. 3 ed. Brasília, 2003.
- CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e terra, 1999, v.3.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- COTTA, Francis Albert. **Negros e mestiços nas milícias da América Portuguesa**. Belo Horizonte: Crisálida, 2010.
- COTTA, Francis Albert. Protocolo de Intervenção Policial Especializada: uma experiência bem-sucedida da Polícia Militar de Minas Gerais na Gestão de Evento de Defesa Social de Alto Risco. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. São Paulo, ano 3, 2009.
- DÉNÉCÉ, Eric. **A história secreta das forças especiais: de 1939 aos nossos dias**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009.
- DUNNINGAN, James F. **Ações de comandos: operações especiais, comandos e o futuro da guerra dos EUA**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008.
- FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual de Normalização de publicações técnico-científicas**. 8 ed. Belo Horizonte: [n.s.], 2007
- GOMES, Cleiton Ricardo Soares Gomes. **Procedimentos policiais em áreas rurais**. Uberlândia: Composer, 2003.
- GRECCO, Rogério. **Atividade policial: aspectos penais, processuais penais, administrativos e constitucionais**. Niterói, RJ: Impetus, 2009.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. Assimetria. In _____ **Dicionário Houaiss de língua portuguesa**. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. Especial. In _____ **Dicionário Houaiss de língua portuguesa**. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. Estratégia. In _____ **Dicionário Houaiss de língua portuguesa**. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. Crise. In _____ **Dicionário Houaiss de língua portuguesa**. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. Operação. In _____ **Dicionário Houaiss de língua portuguesa**. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. Paz. In _____ **Dicionário Houaiss de língua portuguesa**. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. Tática. In _____ **Dicionário Houaiss de língua portuguesa**. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. Tactico. In _____ **Dicionário Houaiss de língua portuguesa**. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LESSA, Carlos, et al. **Depois do atentado**: notícias da guerra assimétrica. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

LUECKE, Richard. **Estratégia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Record. 2009.

MACEDO, Daniel dos Santos. **Grupos de Gerenciamento de Crise**: estruturação e funcionamento diante da previsão da Diretriz Geral do Emprego Operacional da PMMG (DGEOP). . Monografia (Curso de Ensino e Graduação). Academia da Polícia Militar. Belo Horizonte, 2010.

MCRAVEN, Willian Harry. **Spec Ops**: case studies in special operations warfare theory & practice. New York: Presidio Press, 1996.

MINAS GERAIS, Polícia Militar de. **Diretriz nº 1/10-CG**. Organiza e disciplina o sistema integrado de gestão para resultados da PMMG. Belo Horizonte, 2010a.

_____. **Diretriz nº 3.01.01/10-CG**. Regula o emprego operacional da Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010b.

_____. **Diretriz nº 3.01.02/11-CG**. Regula o Emprego da Polícia Militar de Minas Gerais nas Ocupações de Imóveis Urbanos e Rurais. Belo Horizonte, 2011a.

_____. **Diretriz nº 3.01.05/10-CG**. Regula a atuação da Polícia Militar de Minas Gerais segundo a filosofia dos Direitos Humanos, 2011c.

_____. **Diretriz nº 3.02.01/09-CG**. Regula os procedimentos e orientações para execução com qualidade das operações na Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009a.

MINAS GERAIS, Polícia Militar de. **Estudo de Caso 02/07**: Assalto a Estabelecimento Comercial em São Gotardo. 10ª Região da Militar de Minas Gerais. Patos de Minas, 2007.

MINAS GERAIS, Polícia Militar de. **Estudo de Situação 01/00**: Criação dos pelotões de operações rurais e urbanas. 2ª Companhia de Recobrimento. Uberlândia, 2000.

MINAS GERAIS, Polícia Militar de. **Manual de Prática Policial I**. Belo Horizonte, 2002.

MINAS GERAIS, Polícia Militar de. **Memória 09/11**. 28º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais. Unaí, 2011b.

_____. **Plano de Emprego Operacional do Grupamento de Ações Táticas Especiais**. Belo Horizonte, 2010d.

MINAS GERAIS, Polícia Militar de. **Relatório de Treinamento do COMAF**: Parque Estadual do Rio Doce. Grupamento de Ações Táticas Especiais. Belo Horizonte, 2009b.

MONTEIRO, Roberto das Chagas. **Gerenciamento de crises**. Brasília: Departamento de Polícia Federal, 1991.

PINHEIRO, Álvaro de Souza. **Apresentação do livro ações de comandos: operações especiais, comandos e o futuro da guerra dos EUA**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008.

PINTO, José Carlos. **Introdução à arte operacional**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <www.egn.mar.mil.br/arquivo/cepi/arteoperacional>. Acesso em 08Abr2011.

PROENÇA JUNIOR, Domício. **Conceitos, métricas e metodologia da avaliação do desempenho policial em operações especiais**. Ministério da Justiça Relatório final de Concursos Nacionais de Pesquisas Aplicadas em Justiça Criminal e Segurança Pública.. Brasília: 2006.

ROSA, Wesley Rodrigues. **Confrontos armados entre policiais militares e infratores da lei: relação de coerência entre o treinamento com arma de fogo e a realidade operacional**. Monografia (Especialização em Segurança Pública). Academia da Polícia Militar. Belo Horizonte, 2010.

SANTOS, Júlio César Ferreira; LIMA SANTOS, Jorge Ramos de. **Gerenciamento de Crises**. Salvador: [s.n.], 2008.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policciamento comunitário: como começar**. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994.

VELOSO, Eduardo José Martins. **Comando e Controlo das Forças de Operações Especiais**. Revista Militar. Coimbra, 2007. Disponível em: <[http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=206/comando e controlo no emprego da forças de operações especiais](http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=206/comando_e_controlo_no_emprego_da_forcas_de_operacoes_especiais)> Acesso em 13Jan2008.

VISACRO, Alessandro. **Guerra irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**. São Paulo: Contexto, 2009.

VISACRO, Alessandro. **Lawrence da Arábia**. São Paulo: Contexto, 2010.

APÊNDICE A - Questionário aplicado aos policiais militares pertencentes ao Comando de Operações em Mananciais e Áreas de Florestas em Julho de 2011.

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA – CESP 2011

Caros policiais militares,

Em cumprimento ao requisito de aprovação no Curso de Especialização em Segurança Pública- CESP 2011, estou desenvolvendo um trabalho monográfico. Assim sendo, me motivou a escolher o tema “O Comando de Operações em Mananciais e Áreas de Florestas nas intervenções de interesse estratégico nos ambientes não-urbanos: diagnóstico do emprego”.

Este tema tem o período analisado de 2009 até a data o mês Dessa pesquisa de campo, em 2011, sendo que elaborei dados sob o emprego da equipe nos acionamentos estratégicos-operacionais.

É importante que faça a sua leitura e contribua nas respostas das questões formuladas. Não será mencionada a sua identidade ou pensamento individualizado, sendo os resultados apresentados no somatório das respostas.

Cordialmente,

CLEITON RICARDO SOARES GOMES, CAP PM

ALUNO CESP 2011

Indicadores	Número	Perguntas
Capacidade técnica	1	Na sua percepção, todos os integrantes da equipe estão em condições físicas para operar em áreas rurais diversas? Sim____ Não____
	2	Todos os membros de sua equipe estão tecnicamente aptos para atuarem em ocorrências rurais? Sim____ Não____
	3	Sua equipe (COMAF) faz intercâmbio de treinamento com as outras equipes de operações especiais do Estado, na especialidade rural? Regularmente____ Algum intercâmbio____ Não realiza intercâmbio____

Trabalho integrado

- 4 Nas ocorrências complexas, a equipe trabalha integrada com as outras unidades policiais envolvidas:

Sempre _____ Às vezes _____

Não trabalha _____

- 5 A equipe trabalha integrada com o serviço de Inteligência:

Sempre _____ Às Vezes _____

Não Trabalha _____

- 6 Conhece as teorias de operações especiais aplicadas na atividade de segurança pública?

Sim _____ Não _____

Bases doutrinárias

- 7 Todos os membros da equipe conhecem quais as missões em que podem ser empregados nas intervenções rurais?

Sim _____ Não _____

- 8 Sua equipe possui um Plano de Emprego escrito que defina a organização e funcionamento em intervenções rurais?

Sim _____ Não _____

Desconhece _____

- 9 Sua equipe tem conhecimento sobre a Diretriz que regula o emprego das Ações e Operações da PMMG nas reintegrações de posse?

Sim _____ Não _____

Alinhamento Estratégico

- 10 Na sua concepção, resultado nas intervenções da equipe tem sensibilidade (impacto) política e institucional?

Sim _____ Não _____

Às vezes _____

- 11 Sua equipe tem conhecimentos sobre inteligência cultural (valores, costumes, crenças) da população rural para atuarem em todas as áreas geográficas sob sua responsabilidade?
- Inteligência cultural**
- Sim____ Não____
- 12 A equipe tem conhecimentos sobre conflitos assimétricos?
- Emprego assimétrico**
- Sim____ Não____
- 13 A equipe recebe treinamento sobre temas relacionado ao crime organizado?
- Sim____ Não____

APÊNDICE B - Roteiro para entrevistas dos gestores do nível estratégico-operacional da PMMG**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA – CESP 2011**

Senhor Coronel PM _____,

Em cumprimento ao requisito de aprovação no Curso de Especialização em Segurança Pública- CESP 2011 estou desenvolvendo um trabalho monográfico. Assim sendo, me motivou a escolher o tema “O Comando de Operações em Mananciais e Áreas de Florestas nas intervenções de interesse estratégico nos ambientes não-urbanos: diagnóstico do emprego”.

Este tema tem o período analisado de 2009 até a data o mês Dessa pesquisa de campo, em 2011, sendo que elaborei dados sob o emprego da equipe nos acionamentos estratégicos-operacionais.

Solicito sua contribuição no sentido de responder as perguntas que versam sobre o tema, com a visão de usuários estratégico-operacionais da equipe.

Cordialmente,

CLEITON RICARDO SOARES GOMES, CAP PM

ALUNO CESP 2011

- 1- Qual sua visão prospectiva do emprego das Operações Especiais, em situações de interesse estratégico-operacional nas áreas rurais para o futuro.
- 2- Diante das demandas contemporâneas de criminalidade violenta e levando em consideração que as equipes de operações policiais especiais rurais são instrumentos de intervenção tática e estratégica, como acredita que poderiam ser potencializadas (ou ampliadas) suas atividades para uma maior produtividade.
- 3- Levando em consideração que Os grupos de operações policiais especiais são instrumentos de reação estratégico-operacional e, neste contexto, suas ações têm efeitos políticos e reflexos na visibilidade institucional, qual a maior preocupação quando se utiliza os grupos de operações policiais especiais nas intervenções não-urbanas.
- 4- Sendo instrumentos estratégicos-operacionais (tático) de resposta em Operações Especiais, na sua percepção, qual seria o tipo de ligação ou relacionamento estrutural que deve existir entre os grupos de operações policiais especiais, entre si, e com outras órgãos, internos e externos, na demandas rurais.

